



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX Nº 109 SÁBADO, 11 DE JULHO DE 2015

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Vicentinho Alves - (PR-TO)
2º SECRETÁRIO
Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO
Gladson Cameli - (PP-AC)
4º SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)
2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)
3º Elmano Férrer (PTB-PI)
4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 24</p> <p style="text-align: center;">Líder Humberto Costa - PT ^(22,28)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Acir Gurgacz ^(3,37) Benedito de Lira ^(16,18,44) Walter Pinheiro ^(31,36,43) Telmário Mota ^(4,38,42) Regina Sousa ⁽⁴¹⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PT - 13 Humberto Costa ^(22,28)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PT Paulo Rocha ⁽³²⁾ Walter Pinheiro ^(31,36,43) Lindbergh Farias ⁽³⁰⁾ Fátima Bezerra ⁽³⁴⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz ^(3,37)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PDT Telmário Mota ^(4,38,42)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PP - 5 Benedito de Lira ^(16,18,44)</p>	<p>Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 21</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PMDB - 17</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSD - 4 Omar Aziz ⁽¹³⁾</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão ⁽¹²⁾</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 17</p> <p style="text-align: center;">Líder Alvaro Dias - PSDB ⁽²⁰⁾</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Ataídes Oliveira ⁽³³⁾ Wilder Moraes ⁽⁴⁶⁾ Antonio Anastasia ⁽⁴⁷⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSDB - 12 Cássio Cunha Lima ⁽¹⁷⁾</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer ⁽²³⁾ Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁴⁰⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado ⁽⁶⁾</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do DEM José Agripino ⁽³⁹⁾</p>
<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9</p> <p style="text-align: center;">Líder Lídice da Mata - PSB ^(11,25)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes José Medeiros ^(15,19,29) Vanessa Grazziotin ^(21,26) Randolfe Rodrigues ^(24,27)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSB - 6 João Capiberibe ^(1,14)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PSB Roberto Rocha ⁽⁴⁵⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PPS - 1 José Medeiros ^(15,19,29)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues ^(24,27)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin ^(21,26)</p>	<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p style="text-align: center;">Líder Fernando Collor - PTB ^(5,10)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Blairo Maggi ⁽⁹⁾ Eduardo Amorim ⁽⁸⁾ Marcelo Crivella ^(2,7)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PTB - 3 Fernando Collor ^(5,10)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PR - 4 Blairo Maggi ⁽⁹⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim ⁽⁸⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella ^(2,7)</p>	<p style="text-align: center;">Governo Líder Delcídio do Amaral - PT ⁽⁴⁸⁾</p>

EXPEDIENTE

Ilana Trombka Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial	Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários Quésia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar
---	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 117ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 10 DE JULHO DE 2015	005
1.1 – ABERTURA.....	005
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE.....	005
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação	005
1.2.1.1 – Término de prazos	
Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei do Senado nºs 704/2011; e 71, 217 e 257/2013	005
1.2.1.2 – Relatório Parcial	
Nº 5/2015, da Comissão Especial destinada a sistematizar as proposições legislativas afetas ao tema da Reforma Política, com apresentação do Projeto de Lei do Senado nº 464/2015 ; abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, à referida matéria (vide item 6.1.1)	
1.2.1.3 – Comunicação	
Da Liderança do PT na Câmara dos Deputados, de indicação de membros para integrarem a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (Ofício nº 445/2015)	020
1.2.1.4 – Requerimento	
Nº 800/2015, de autoria do Senador Davi Alcolumbre, de informações ao Ministro de Estado da Fazenda...	021
1.2.2 – Oradores	
SENADOR ACIR GURGACZ – Expectativa com o cumprimento do prazo para votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias pela CMO; e outros assuntos.	024
SENADOR PAULO PAIM – Registro da aprovação de resolução que altera o Regimento Comum do Congresso para definir novas regras para apreciação de vetos; e outros assuntos.	027
SENADOR TELMÁRIO MOTA – Defesa do fortalecimento político e cultural do Mercosul como base para o avanço econômico do bloco; e outros assuntos.	037
1.2.3 – Veto	
Veto Total nº 24/2015, aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 103/2014 (Mensagem nº 252/2015, da Presidência da República).....	037
1.2.4 – Oradores (continuação)	
SENADOR ELMANO FÉRRER – Registro do transcurso dos 18 anos de fundação do Programa Interlegis e destaque à sua importância para a capacitação profissional e para o desenvolvimento de tecnologias da informação; e outro assunto.	041
1.3 – ENCERRAMENTO.....	044
2 – ATA DA 118ª SESSÃO, ESPECIAL, EM 10 DE JULHO DE 2015	045
2.1 – ABERTURA.....	045
2.2 – FINALIDADE DA SESSÃO.....	045
Destinada a celebrar o aniversário de 65 anos da Associação Nacional dos Auditores da Receita Federal do Brasil (ANFIP).....	045
2.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro	
2.2.2 – Execução do Hino da ANFIP e de vídeo institucional	
2.2.3 – Fala da Presidência (Senador Paulo Paim).....	045
2.2.4 – Oradores	
Sra. Margarida Lopes de Araújo.....	046
2.2.5 – Entrega de placa, pelos membros da ANFIP, ao presidente da sessão	048
2.2.6 – Oradores (continuação)	
Senador Telmário Mota	049
Sr. Edson Guilherme Haubert.....	050
Sr. Benedito Adalberto Brunca.....	052
Sr. João Florêncio Pimenta	054

2.2.7 – Fala da Presidência (Senador Paulo Paim)	057
2.2.8 – Execução do Hino do Idoso pelo Sr. Mário Massau	
2.3 – ENCERRAMENTO.....	060
3 – REQUERIMENTOS DE LICENÇA	061
4 – ATO ADMINISTRATIVO	
4.1 – ATO DA COMISSÃO DIRETORA	
Nº 9/2013, que altera o Ato da Comissão Diretora nº 14, de 2014, que “regulamenta o art. 182 do Regimento Interno do Senado Federal, para dispor sobre o acesso de servidores credenciados ao Plenário do Senado Federal”.	061
5 – DOCUMENTOS E CORRESPONDÊNCIAS ENCAMINHADOS À PUBLICAÇÃO	
5.1 – CONVÊNIO	
Nº 16/2015 (Processo nº 00200.023977/2009-95.), entre o Senado Federal e o Banco do Brasil S/A	062
6 – SUPLEMENTO À PRESENTE EDIÇÃO	
6.1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA	
6.1.1 – Comissão Especial da Reforma Política	
Relatório Parcial nº 5/2015 (Suplemento “A”)	
6.1.2 – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	
Emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 1/2015-CN (Mensagem nº 98/2015-CN), que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016 e dá outras providências (Publicadas em Suplemento “B” VOLUME I/V)	

SENADO FEDERAL

7 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	070
8 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL	073
9 – LIDERANÇAS	074
10 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	076
11 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	092
12 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	100
13 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	147

CONGRESSO NACIONAL

14 – COMISSÕES MISTAS	169
15 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	182

Ata da 117ª Sessão, Não Deliberativa, em 10 de julho de 2015

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. Paulo Paim e Acir Gurgacz

(Inicia-se a sessão às 9 horas e 2 minutos e encerra-se às 11 horas e 8 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está aberta a sessão do dia de hoje.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento da Casa, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

É o seguinte o expediente:

TÉRMINO DE PRAZOS

Encerrou-se no dia 9 de julho o prazo fixado no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem interposição do recurso ali previsto, no sentido da apreciação pelo Plenário dos **Projetos de Lei do Senado nºs 704, de 2011; 71, 217 e 257, de 2013**.

Tendo sido apreciados terminativamente pelas Comissões competentes, os **Projetos de Lei do Senado nºs 71 e 257, de 2013**, aprovados, vão à Câmara dos Deputados; e os **Projetos de Lei do Senado nºs 704, de 2011; e 217, de 2013**, rejeitados, vão ao Arquivo.

RELATÓRIO

Foi encaminhado à publicação o **Relatório Parcial nº 5, de 2015(*)**, da Comissão Especial da Reforma Política, criada pelo Ato do Presidente do Senado nº 12, de 2015, com apresentação do **Projeto de Lei do Senado nº 464, de 2015**, que altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para estabelecer o calendário para a escolha dos candidatos e da campanha eleitoral, o limite dos gastos com pessoal, reduzir para trinta dias o período de propaganda eleitoral pelo rádio e pela televisão e para trinta minutos a duração dos programas diários de rádio e televisão, com a participação somente de candidatos, ampliar para quarenta minutos as inserções de propaganda no rádio e na televisão e incluir restrições à propaganda eleitoral em geral.

É o seguinte o projeto:

(*) O Relatório Parcial nº 5, de 2015, encontra-se publicado em suplemento ao presente Diário do Senado Federal (vide item 6.1.1 do Sumário)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 464, DE 2015

(APRESENTADO COMO CONCLUSÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA POLÍTICA)

Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para estabelecer o calendário para a escolha dos candidatos e da campanha eleitoral, o limite dos gastos com pessoal, reduzir para trinta dias o período de propaganda eleitoral pelo rádio e pela televisão e para trinta minutos a duração dos programas diários de rádio e televisão, com a participação somente de candidatos, ampliar para quarenta minutos as inserções de propaganda no rádio e na televisão e incluir restrições à propaganda eleitoral em geral.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 8º A escolha dos candidatos pelos partidos e a deliberação sobre coligações deverão ser feitas no período de 12 a 31 de julho do ano em que se realizarem as eleições, lavrando-se a respectiva ata em livro aberto, rubricado pela Justiça Eleitoral, publicada em 24 (vinte e quatro) horas em qualquer meio de comunicação, inclusive internet.

.....” (NR)

“Art. 11. Os partidos e coligações solicitarão à Justiça Eleitoral o registro de seus candidatos até as dezenove horas do dia 5 de agosto do ano em que se realizarem as eleições.” (NR)

“Art. 26.

.....

VII – remuneração ou gratificação de qualquer espécie a pessoal que preste serviços às candidaturas ou aos comitês eleitorais, observado o disposto no art. 100-A;

.....” (NR)

“Art. 36. A propaganda eleitoral somente é permitida após o dia 10 de agosto do ano da eleição.

.....” (NR)

“Art. 37. Nos bens cujo uso dependa de cessão ou permissão do Poder Público, ou que a ele pertençam, e nos de uso comum, inclusive postes de iluminação pública e sinalização de tráfego, viadutos, passarelas, pontes, paradas de ônibus e outros equipamentos urbanos, é vedada a veiculação de propaganda de qualquer natureza, inclusive pichação, inscrição a tinta, fixação de placas, bandeiras, estandartes, faixas, cavaletes, bonecos e assemelhados.

.....

§ 2º Em bens particulares, é proibida a veiculação de propaganda eleitoral por meio da fixação de faixas, placas, cartazes, bandeiras, pinturas ou inscrições, aposição de cavaletes e bonecos, exceto na forma do disposto no § 3º do art. 38 desta Lei, sujeitando-se o infrator às penalidades previstas no § 1º.

.....” (NR)

“Art. 38......

SENADO

.....

§ 3º Os adesivos de que trata o *caput* deste artigo poderão ter a dimensão máxima de 40 (quarenta) centímetros por 20 (vinte) centímetros.

..... ” (NR)

“Art. 39.

.....

§ 3º É vedada, nas campanhas eleitorais, a utilização de alto-falantes, amplificadores de som ou qualquer outra aparelhagem de sonorização fixa, bem como de carros de som, minitrios ou trios elétricos, ressalvada a hipótese do § 4º.

§ 4º A realização de comícios ou reuniões com a utilização de aparelhagens de sonorização fixas, carros de som, minitrio ou trios elétricos são permitidas no horário compreendido entre as 6 (seis) e as 24 (vinte e quatro) horas, com exceção do comício de encerramento da campanha, que poderá ser prorrogado por mais 2 (duas) horas.

..... ” (NR)

“Art. 47. As emissoras de rádio e de televisão e os canais de televisão por assinatura mencionados no art. 57 reservarão, nos trinta dias anteriores à antevéspera das eleições, horário destinado à divulgação, em rede, da propaganda eleitoral gratuita, na forma estabelecida neste artigo.

§ 1º

I –

a) das sete horas às sete horas e quinze minutos e das doze horas às doze horas e quinze minutos, no rádio;

b) das treze horas às treze horas e quinze minutos e das vinte horas e trinta minutos às vinte horas e quarenta e cinco minutos, na televisão;

II –

a) das sete horas e quinze minutos às sete horas e trinta minutos e das doze horas e quinze minutos às doze horas e trinta minutos, no rádio;

b) das treze horas e quinze minutos às treze horas e trinta minutos e das vinte horas e quarenta e cinco minutos às vinte uma horas, na televisão;

III –

a) das sete horas às sete horas e doze minutos e das doze horas às doze horas e doze minutos, no rádio, nos anos em que a renovação do Senado Federal se der por 1/3 (um terço);

b) das treze horas às treze horas e doze minutos e das vinte horas e trinta minutos às vinte horas e quarenta e dois minutos, na televisão, nos anos em que a renovação do Senado Federal se der por 1/3 (um terço);

c) das sete horas às sete horas e onze minutos e das doze horas às doze horas e onze minutos, no rádio, nos anos em que a renovação do Senado Federal se der por 2/3 (dois terços);

d) das treze horas às treze horas e onze minutos e das vinte horas e trinta minutos às vinte horas e quarenta e um minutos, na televisão, nos anos em que a renovação do Senado Federal se der por 2/3 (dois terços);

IV – na eleição para Senador, às segundas, quartas e sextas-feiras:

a) das sete horas e doze minutos às sete horas e dezoito minutos e das doze horas e doze minutos às doze horas e dezoito minutos, no rádio, nos anos em que a renovação do Senado Federal se der por 1/3 (um terço);

b) das treze horas e doze minutos às treze horas e dezoito minutos e das vinte horas e quarenta e dois minutos às vinte horas e quarenta e oito minutos, na televisão, nos anos em que a renovação do Senado Federal se der por 1/3 (um terço);

c) das sete horas e onze minutos às sete horas e vinte minutos e das doze horas e onze minutos às doze horas e vinte minutos, no rádio, nos anos em que a renovação do Senado Federal se der por 2/3 (dois terços);

d) das treze horas e onze e um minutos às treze horas e vinte minutos e das vinte horas e quarenta e um minutos às vinte horas e cinquenta minutos, na televisão, nos anos em que a renovação do Senado Federal se der por 2/3 (dois terços);

V – nas eleições para Deputado Estadual e Deputado Distrital, às segundas, quartas e sextas-feiras:

a) das sete horas e dezoito minutos às sete horas e trinta minutos e das doze horas e dezoito minutos às doze horas e trinta minutos, no rádio, nos anos em que a renovação do Senado Federal se der por 1/3 (um terço);

b) das treze horas e dezoito minutos às treze horas e trinta minutos e das vinte horas e quarenta e oito minutos às vinte e uma horas, na televisão, nos anos em que a renovação do Senado Federal se der por 1/3 (um terço);

c) das sete horas e vinte minutos às sete horas e trinta minutos e das doze horas e vinte minutos às doze horas e trinta minutos

minutos, no rádio, nos anos em que a renovação do Senado Federal se der por 2/3 (dois terços);

d) das treze horas e vinte minutos às treze horas e trinta minutos e das vinte horas e cinquenta minutos às vinte e uma horas, na televisão, nos anos em que a renovação do Senado Federal se der por 2/3 (dois terços);

.....” (NR)

“**Art. 51.** Durante os períodos previstos nos arts. 47 e 49, as emissoras de rádio e televisão e os canais por assinatura mencionados no art. 57 reservarão, ainda, quarenta minutos diários para a propaganda eleitoral gratuita, a serem usados em inserções de até sessenta segundos, a critério do respectivo partido ou coligação, assinadas obrigatoriamente pelo partido ou coligação, e distribuídas, ao longo da programação veiculada entre as oito e as vinte e quatro horas, nos termos do § 2º do art. 47, obedecido o seguinte:

.....” (NR)

“**Art. 54.** Dos programas e inserções de rádio e televisão destinados à propaganda eleitoral gratuita de cada partido ou coligação só poderão aparecer, em gravações internas e externas, o candidato e caracteres com propostas, fotos e *jingles* ou clipes com música, vinheta, inclusive de passagem, com indicação do número do candidato ou do partido, bem como seus apoiadores, inclusive os de que trata o § 1º do art. 53-A, apresentadores e repórteres, que poderão dispor de até vinte por cento do tempo de programa ou inserção, sendo vedadas montagens ou trucagens, computação gráfica, desenhos animados e efeitos especiais.

.....” (NR)

“**Art. 100-A.** É vedada a contratação direta ou terceirizada de pessoal para prestação de serviços referentes a atividades de militância e mobilização de rua nas campanhas eleitorais.

.....

§ 5º O descumprimento da vedação prevista neste artigo sujeitará o candidato às penas previstas no art. 299 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965.

§ 6º São excluídos da vedação prevista neste artigo a militância não remunerada, pessoal contratado para apoio administrativo e operacional, fiscais e delegados credenciados para trabalhar nas eleições e os advogados dos candidatos ou dos partidos e coligações.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, observado o disposto no art. 16 da Constituição Federal.

Art. 3º Revogam-se os §§ 10 e 11 do art. 39 e os §§ 1º a 4º do art. 100-A da Lei nº 9.504, de 1997.

Sala da Comissão,

Senador JORGE VIANA, Presidente

Senador ROMERO JUCÁ, Relator

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997.

Estabelece normas para as eleições.

Art. 8º A escolha dos candidatos pelos partidos e a deliberação sobre coligações deverão ser feitas no período de 12 a 30 de junho do ano em que se realizarem as eleições, lavrando-se a respectiva ata em livro aberto, rubricado pela Justiça Eleitoral, publicada em 24 (vinte e quatro) horas em qualquer meio de comunicação. [\(Redação dada pela Lei nº 12.891, de 2013\)](#)

Art. 11. Os partidos e coligações solicitarão à Justiça Eleitoral o registro de seus candidatos até as dezenove horas do dia 5 de julho do ano em que se realizarem as eleições.

Art. 26. São considerados gastos eleitorais, sujeitos a registro e aos limites fixados nesta Lei: [\(Redação dada pela Lei nº 11.300, de 2006\)](#)

VII - remuneração ou gratificação de qualquer espécie a pessoal que preste serviços às candidaturas ou aos comitês eleitorais;

Art. 36. A propaganda eleitoral somente é permitida após o dia 5 de julho do ano da eleição.

Art. 37. Nos bens cujo uso dependa de cessão ou permissão do Poder Público, ou que a ele pertençam, e nos de uso comum, inclusive postes de iluminação pública e sinalização de tráfego, viadutos, passarelas, pontes, paradas de ônibus e outros equipamentos urbanos, é vedada a veiculação de propaganda de qualquer natureza, inclusive pichação, inscrição a tinta, fixação de placas, estandartes, faixas, cavaletes e assemelhados.

§ 2º Em bens particulares, independe de obtenção de licença municipal e de autorização da Justiça Eleitoral a veiculação de propaganda eleitoral por meio da fixação de faixas, placas, cartazes, pinturas ou inscrições, desde que não excedam a 4m² (quatro metros quadrados) e que não contrariem a legislação eleitoral, sujeitando-se o infrator às penalidades previstas no § 1º. [\(Redação dada pela Lei nº 12.034, de 2009\)](#)

.....

Art. 38. Independe da obtenção de licença municipal e de autorização da Justiça Eleitoral a veiculação de propaganda eleitoral pela distribuição de folhetos, adesivos, volantes e outros impressos, os quais devem ser editados sob a responsabilidade do partido, coligação ou candidato.

.....

§ 3º Os adesivos de que trata o **caput** deste artigo poderão ter a dimensão máxima de 50 (cinquenta) centímetros por 40 (quarenta) centímetros.

.....

Art. 39. A realização de qualquer ato de propaganda partidária ou eleitoral, em recinto aberto ou fechado, não depende de licença da polícia.

.....

§ 3º O funcionamento de alto-falantes ou amplificadores de som, ressalvada a hipótese contemplada no parágrafo seguinte, somente é permitido entre as oito e as vinte e duas horas, sendo vedados a instalação e o uso daqueles equipamentos em distância inferior a duzentos metros:

I - das sedes dos Poderes Executivo e Legislativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, das sedes dos Tribunais Judiciais, e dos quartéis e outros estabelecimentos militares;

II - dos hospitais e casas de saúde;

III - das escolas, bibliotecas públicas, igrejas e teatros, quando em funcionamento.

§ 4º A realização de comícios e a utilização de aparelhagens de sonorização fixas são permitidas no horário compreendido entre as 8 (oito) e as 24 (vinte e quatro) horas, com exceção do comício de encerramento da campanha, que poderá ser prorrogado por mais 2 (duas) horas.

.....

§ 10. Fica vedada a utilização de trios elétricos em campanhas eleitorais, exceto para a sonorização de comícios. [\(Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009\)](#)

§ 11. É permitida a circulação de carros de som e minitrios como meio de propaganda eleitoral, desde que observado o limite de 80 (oitenta) decibéis de nível de pressão sonora, medido a 7 (sete) metros de distância do veículo, e respeitadas as vedações previstas no § 3º deste artigo.

.....

Art. 47. As emissoras de rádio e de televisão e os canais de televisão por assinatura mencionados no art. 57 reservarão, nos quarenta e cinco dias anteriores à antevéspera das eleições, horário destinado à divulgação, em rede, da propaganda eleitoral gratuita, na forma estabelecida neste artigo.

§ 1º A propaganda será feita:

I - na eleição para Presidente da República, às terças e quintas-feiras e aos sábados:

a) das sete horas às sete horas e vinte e cinco minutos e das doze horas às doze horas e vinte e cinco minutos, no rádio;

b) das treze horas às treze horas e vinte e cinco minutos e das vinte horas e trinta minutos às vinte horas e cinquenta e cinco minutos, na televisão;

II - nas eleições para Deputado Federal, às terças e quintas-feiras e aos sábados:

a) das sete horas e vinte e cinco minutos às sete horas e cinquenta minutos e das doze horas e vinte e cinco minutos às doze horas e cinquenta minutos, no rádio;

b) das treze horas e vinte e cinco minutos às treze horas e cinquenta minutos e das vinte horas e cinquenta e cinco minutos às vinte e uma horas e vinte minutos, na

III - nas eleições para Governador de Estado e do Distrito Federal, às segundas, quartas e sextas-feiras:

a) das sete horas às sete horas e vinte minutos e das doze horas às doze horas e vinte minutos, no rádio, nos anos em que a renovação do Senado Federal se der por 1/3 (um terço); [\(Redação dada pela Lei nº 12.034, de 2009\)](#)

b) das treze horas às treze horas e vinte minutos e das vinte horas e trinta minutos às vinte horas e cinquenta minutos, na televisão, nos anos em que a renovação do Senado Federal se der por 1/3 (um terço); [\(Redação dada pela Lei nº 12.034, de 2009\)](#)

c) das sete horas às sete horas e dezoito minutos e das doze horas às doze horas e dezoito minutos, no rádio, nos anos em que a renovação do Senado Federal se der por 2/3 (dois terços); [\(Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009\)](#)

d) das treze horas às treze horas e dezoito minutos e das vinte horas e trinta minutos às vinte horas e quarenta e oito minutos, na televisão, nos anos em que a renovação do Senado Federal se der por 2/3 (dois terços); [\(Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009\)](#)

IV - nas eleições para Deputado Estadual e Deputado Distrital, às segundas, quartas e sextas-feiras:

a) das sete horas e vinte minutos às sete horas e quarenta minutos e das doze horas e vinte minutos às doze horas e quarenta minutos, no rádio, nos anos em que

a renovação do Senado Federal se der por 1/3 (um terço); [\(Redação dada pela Lei nº 12.034, de 2009\)](#)

b) das treze horas e vinte minutos às treze horas e quarenta minutos e das vinte horas e cinquenta minutos às vinte e uma horas e dez minutos, na televisão, nos anos em que a renovação do Senado Federal se der por 1/3 (um terço); [\(Redação dada pela Lei nº 12.034, de 2009\)](#)

c) das sete horas e dezoito minutos às sete horas e trinta e cinco minutos e das doze horas e dezoito minutos às doze horas e trinta e cinco minutos, no rádio, nos anos em que a renovação do Senado Federal se der por 2/3 (dois terços); [\(Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009\)](#)

d) das treze horas e dezoito minutos às treze horas e trinta e cinco minutos e das vinte horas e quarenta e oito minutos às vinte e uma horas e cinco minutos, na televisão, nos anos em que a renovação do Senado Federal se der por 2/3 (dois terços); [\(Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009\)](#)

V - na eleição para Senador, às segundas, quartas e sextas-feiras:

a) das sete horas e quarenta minutos às sete horas e cinquenta minutos e das doze horas e quarenta minutos às doze horas e cinquenta minutos, no rádio, nos anos em que a renovação do Senado Federal se der por 1/3 (um terço); [\(Redação dada pela Lei nº 12.034, de 2009\)](#)

b) das treze horas e quarenta minutos às treze horas e cinquenta minutos e das vinte e uma horas e dez minutos às vinte e uma horas e vinte minutos, na televisão, nos anos em que a renovação do Senado Federal se der por 1/3 (um terço); [\(Redação dada pela Lei nº 12.034, de 2009\)](#)

c) das sete horas e trinta e cinco minutos às sete horas e cinquenta minutos e das doze horas e trinta e cinco minutos às doze horas e cinquenta minutos, no rádio, nos anos em que a renovação do Senado Federal se der por 2/3 (dois terços); [\(Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009\)](#)

d) das treze horas e trinta e cinco minutos às treze horas e cinquenta minutos e das vinte e uma horas e cinco minutos às vinte e uma horas e vinte minutos, na televisão, nos anos em que a renovação do Senado Federal se der por 2/3 (dois terços); [\(Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009\)](#)

VI - nas eleições para Prefeito e Vice-Prefeito, às segundas, quartas e sextas-feiras:

a) das sete horas às sete horas e trinta minutos e das doze horas às doze horas e trinta minutos, no rádio;

b) das treze horas às treze horas e trinta minutos e das vinte horas e trinta minutos às vinte e uma horas, na televisão;

VII - nas eleições para Vereador, às terças e quintas-feiras e aos sábados, nos mesmos horários previstos no inciso anterior.

§ 2º Os horários reservados à propaganda de cada eleição, nos termos do § 1º, serão distribuídos entre todos os partidos e coligações que tenham candidato, observados os seguintes critérios: [\(Redação dada pela Lei nº 12.875, de 2013\)](#)

I - 2/3 (dois terços) distribuídos proporcionalmente ao número de representantes na Câmara dos Deputados, considerado, no caso de coligação, o resultado da soma do número de representantes de todos os partidos que a integram; [\(Redação dada pela Lei nº 12.875, de 2013\)](#)

II - do restante, 1/3 (um terço) distribuído igualitariamente e 2/3 (dois terços) proporcionalmente ao número de representantes eleitos no pleito imediatamente anterior para a Câmara dos Deputados, considerado, no caso de coligação, o resultado da soma do número de representantes de todos os partidos que a integram. [\(Redação dada pela Lei nº 12.875, de 2013\)](#)

§ 3º Para efeito do disposto neste artigo, a representação de cada partido na Câmara dos Deputados é a resultante da eleição. [\(Redação dada pela Lei nº 11.300, de 2006\)](#)

§ 4º O número de representantes de partido que tenha resultado de fusão ou a que se tenha incorporado outro corresponderá à soma dos representantes que os partidos de origem possuíam na data mencionada no parágrafo anterior.

§ 5º Se o candidato a Presidente ou a Governador deixar de concorrer, em qualquer etapa do pleito, e não havendo a substituição prevista no art. 13 desta Lei, far-se-á nova distribuição do tempo entre os candidatos remanescentes.

§ 6º Aos partidos e coligações que, após a aplicação dos critérios de distribuição referidos no *caput*, obtiverem direito a parcela do horário eleitoral inferior a trinta segundos, será assegurado o direito de acumulá-lo para uso em tempo equivalente.

§ 7º Para efeito do disposto no § 2º, serão desconsideradas as mudanças de filiação partidária em quaisquer hipóteses. [\(Redação dada pela Lei nº 13.107, de 2015\)](#)

§ 8º As mídias com as gravações da propaganda eleitoral no rádio e na televisão serão entregues às emissoras, inclusive nos sábados, domingos e feriados, com a antecedência mínima: [\(Incluído pela Lei nº 12.891, de 2013\)](#)

I - de 6 (seis) horas do horário previsto para o início da transmissão, no caso dos programas em rede; [\(Incluído pela Lei nº 12.891, de 2013\)](#)

II - de 12 (doze) horas do horário previsto para o início da transmissão, no caso das inserções. [\(Incluído pela Lei nº 12.891, de 2013\)](#)

.....

Art. 51. Durante os períodos previstos nos arts. 47 e 49, as emissoras de rádio e televisão e os canais por assinatura mencionados no art. 57 reservarão, ainda, trinta minutos diários para a propaganda eleitoral gratuita, a serem usados em inserções

de até sessenta segundos, a critério do respectivo partido ou coligação, assinadas obrigatoriamente pelo partido ou coligação, e distribuídas, ao longo da programação veiculada entre as oito e as vinte e quatro horas, nos termos do § 2º do art. 47, obedecido o seguinte:

.....

Art. 54. Dos programas de rádio e televisão destinados à propaganda eleitoral gratuita de cada partido ou coligação poderá participar, em apoio aos candidatos desta ou daquele, qualquer cidadão não filiado a outra agremiação partidária ou a partido integrante de outra coligação, sendo vedada a participação de qualquer pessoa mediante remuneração.

.....

Art. 100-A. A contratação direta ou terceirizada de pessoal para prestação de serviços referentes a atividades de militância e mobilização de rua nas campanhas eleitorais observará os seguintes limites, impostos a cada candidato: [\(Incluído pela Lei nº 12.891, de 2013\)](#)

I - em Municípios com até 30.000 (trinta mil) eleitores, não excederá a 1% (um por cento) do eleitorado; [\(Incluído pela Lei nº 12.891, de 2013\)](#)

II - nos demais Municípios e no Distrito Federal, corresponderá ao número máximo apurado no inciso I, acrescido de 1 (uma) contratação para cada 1.000 (mil) eleitores que exceder o número de 30.000 (trinta mil). [\(Incluído pela Lei nº 12.891, de 2013\)](#)

§ 1º As contratações observarão ainda os seguintes limites nas candidaturas aos cargos a: [\(Incluído pela Lei nº 12.891, de 2013\)](#)

I - Presidente da República e Senador: em cada Estado, o número estabelecido para o Município com o maior número de eleitores; [\(Incluído pela Lei nº 12.891, de 2013\)](#)

II - Governador de Estado e do Distrito Federal: no Estado, o dobro do limite estabelecido para o Município com o maior número de eleitores, e, no Distrito Federal, o dobro do número alcançado no inciso II do **caput**; [\(Incluído pela Lei nº 12.891, de 2013\)](#)

III - Deputado Federal: na circunscrição, 70% (setenta por cento) do limite estabelecido para o Município com o maior número de eleitores, e, no Distrito Federal, esse mesmo percentual aplicado sobre o limite calculado na forma do inciso II do **caput**, considerado o eleitorado da maior região administrativa; [\(Incluído pela Lei nº 12.891, de 2013\)](#)

IV - Deputado Estadual ou Distrital: na circunscrição, 50% (cinquenta por cento) do limite estabelecido para Deputados Federais; [\(Incluído pela Lei nº 12.891, de 2013\)](#)

V - Prefeito: nos limites previstos nos incisos I e II do **caput**; [\(Incluído pela Lei nº 12.891, de 2013\)](#)

VI - Vereador: 50% (cinquenta por cento) dos limites previstos nos incisos I e II do **caput**, até o máximo de 80% (oitenta por cento) do limite estabelecido para Deputados Estaduais. [\(Incluído pela Lei nº 12.891, de 2013\)](#)

§ 2º Nos cálculos previstos nos incisos I e II do **caput** e no § 1º, a fração será desprezada, se inferior a 0,5 (meio), e igualada a 1 (um), se igual ou superior. [\(Incluído pela Lei nº 12.891, de 2013\)](#)

§ 3º A contratação de pessoal por candidatos a Vice-Presidente, Vice-Governador, Suplente de Senador e Vice-Prefeito é, para todos os efeitos, contabilizada como contratação pelo titular, e a contratação por partidos fica vinculada aos limites impostos aos seus candidatos. [\(Incluído pela Lei nº 12.891, de 2013\)](#)

§ 4º Na prestação de contas a que estão sujeitos na forma desta Lei, os candidatos são obrigados a discriminar nominalmente as pessoas contratadas, com indicação de seus respectivos números de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF). [\(Incluído pela Lei nº 12.891, de 2013\)](#)

§ 5º O descumprimento dos limites previstos nesta Lei sujeitará o candidato às penas previstas no [art. 299 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965](#). [\(Incluído pela Lei nº 12.891, de 2013\)](#)

§ 6º São excluídos dos limites fixados por esta Lei a militância não remunerada, pessoal contratado para apoio administrativo e operacional, fiscais e delegados credenciados para trabalhar nas eleições e os advogados dos candidatos ou dos partidos e coligações. [\(Incluído pela Lei nº 12.891, de 2013\)](#)

.....



Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

CTREFORMA, 08/07/2015 às 14h30 - 5ª, Reunião

Comissão Temporária de Reforma Política do Senado Federal

TITULARES		SUPLENTE	
JORGE VIANA	PRESENTE	1. WALTER PINHEIRO	PRESENTE
HUMBERTO COSTA	PRESENTE	2. DONIZETI NOGUEIRA	PRESENTE
FÁTIMA BEZERRA	PRESENTE	3. ELMANO FÉRRER	
GLEISI HOFFMANN	PRESENTE	4. EDUARDO AMORIM	
REGUFFE	PRESENTE	5. TELMÁRIO MOTA	
LASIER MARTINS	PRESENTE	6. GLADSON CAMELI	
IVO CASSOL	PRESENTE	7. VAGO	
BENEDITO DE LIRA		8. VAGO	
EUNÍCIO OLIVEIRA	PRESENTE	9. VAGO	
OTTO ALENCAR		10. VAGO	
ROMERO JUCÁ	PRESENTE	11. VAGO	
SIMONE TEBET	PRESENTE	12. VAGO	
JADER BARBALHO		13. VAGO	
GARIBALDI ALVES FILHO	PRESENTE	14. VAGO	
EDISON LOBÃO	PRESENTE	15. VAGO	
SANDRA BRAGA	PRESENTE	16. VAGO	
JOSÉ AGRIPINO		17. VAGO	
RONALDO CAIADO	PRESENTE	18. VAGO	
AÉCIO NEVES	PRESENTE	19. VAGO	
ALOYSIO NUNES FERREIRA	PRESENTE	20. VAGO	
TASSO JEREISSATI	PRESENTE	21. VAGO	
ANTONIO CARLOS VALADARES	PRESENTE	22. VAGO	
LÍDICE DA MATA	PRESENTE	23. VAGO	
RANDOLFE RODRIGUES		24. VAGO	
FERNANDO COLLOR	PRESENTE	25. VAGO	
MARCELO CRIVELLA		26. VAGO	
MAGNO MALTA	PRESENTE	27. VAGO	
MARTA SUPLICY	PRESENTE	28. VAGO	
LÚCIA VÂNIA	PRESENTE	29. VAGO	

Não Membros Presentes

LINDBERGH FARIAS
WALDEMIR MOKA

A matéria ficará perante a Mesa, durante cinco dias úteis, para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, f, do Regimento Interno do Senado Federal.

COMUNICAÇÃO



**Câmara dos Deputados
Partido dos Trabalhadores
Gabinete da Liderança**



Em 10/07/2015 À publicação

OF nº 445/GAB-LidPT

Brasília - DF, 07 de julho de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
EDUARDO CUNHA
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar como membros suplentes as deputadas BENEDITA DA SILVA - PT/RJ, MARGARIDA SALOMÃO - PT/MG e MARIA DO ROSÁRIO - PT/RS, na Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Atenciosamente,


Dep. Sibá Machado - PT/AC
Líder da Bancada

REQUERIMENTO**REQUERIMENTO Nº 800, de 2015**

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216, I, e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, solicitamos seja o presente requerimento encaminhado ao Excelentíssimo Senhor **Ministro de Estado da Fazenda**, para que este providencie, no prazo previsto pela Carta Política de 1988, as informações abaixo, acompanhado das relações que especifica.

Considerando a crise fiscal e econômica enfrentada pelo Brasil;

Considerado a declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal (RE – repercussão geral nº 595838) do inciso IV do art. 22 da Lei nº 8.212/91, o qual determina a incidência de Contribuição Previdenciária sobre Cooperativas de trabalho nos seguintes termos: “quinze por cento sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, relativamente a serviços que lhe são prestados por cooperados por intermédio de cooperativas de trabalho”;

Considerando os efeitos obrigatórios dessa decisão no âmbito administrativo da Receita Federal do Brasil (Despacho do Ministro da Fazenda, publicado em 05.07.2012, que determinou a vinculação dos órgãos de julgamento da primeira instância administrativa da RFB em relação às decisões do STF em repercussão geral múltipla, cf. art. 543-B do CPC) e do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (art. 62-A do RICARF, que determinou que as decisões do STF em repercussão geral múltipla, cf. art. 543-B do CPC, deverão ser reproduzidas pelo CARF);

Considerando a necessidade de verificação por esta Casa da perda de arrecadação por parte da União em relação à Contribuição Previdenciária em todo o Brasil, por Região, por Estado e Distrito Federal, por contribuinte e por ramo de atividade;

Considerando a necessidade de estudo por este Senado Federal das formas substitutivas de tributação;

Formulamos os seguintes questionamentos:

- a) Qual a situação passada do orçamento para o custeio da seguridade social nos últimos dez anos? - Qual é o atual orçamento para o custeio seguridade social? – Qual a projeção para os próximos cinco anos? - Qual relação contribuinte-beneficiário?
- b) Qual o valor total de Contribuição Previdenciária na rubrica “valores pagos a cooperativas” da GFIF nos últimos cinco anos? - Qual o impacto estimado no orçamento da seguridade social com a decisão consolidada do Poder Judiciário? - Quais as medidas administrativas tomadas após a decisão do Supremo Tribunal Federal?
- c) Como a Pasta está atendendo aos pedidos de restituição de indébito tributário? – Quais os ramos de atividade que mais se beneficiaram com a decisão?
- d) Quais as medidas que têm sido adotadas para gerar maior receita orçamentária para o custeio da seguridade social?

Ao ensejo, para que possamos nesta Casa cotejar e avaliar as informações que serão prestadas, requeremos, ainda, sejam enviadas as seguintes relações:

- e) Relação de valores da Contribuição Previdenciária na rubrica “valores pagos a cooperativas” da GFIF (inciso IV do art. 22 da Lei nº 8.212/91) em todo o Brasil nos últimos cinco anos;
- f) Relação de valores da Contribuição Previdenciária na rubrica “valores pagos a cooperativas” da GFIF (inciso IV do art. 22 da Lei nº 8.212/91) por regiões (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul) nos últimos cinco anos;
- g) Relação de valores da Contribuição Previdenciária na rubrica “valores pagos a cooperativas” da GFIF (inciso IV do art. 22 da Lei nº 8.212/91) por Estados e Distrito Federal nos últimos cinco anos;
- h) Relação de valores da Contribuição Previdenciária na rubrica “valores pagos a cooperativas” da GFIF (inciso IV do art. 22 da Lei nº 8.212/91) por nome e CNPJ em todo o Brasil nos últimos cinco anos;

- i) Relação de valores da Contribuição Previdenciária na rubrica “valores pagos a cooperativas” da GFIF (inciso IV do art. 22 da Lei nº 8.212/91) por ramo de atividade (médico/odonto/hospitalar, rural, etc) nos últimos cinco anos;

São essas as indagações e requisições que esperamos ver respondidas e recebidas, nos prazo estabelecido pela Carta Política de 1988.

Sala das Sessões, 09 de julho de 2015.

Senador **Davi Alcolumbre**
DEMOCRATAS/AP

(À Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Há oradores inscritos.

Senador Acir Gurgacz, Líder do PDT, com a palavra.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nossos amigos que nos acompanham pela TV Senado, pela Rádio Senado, esta semana, nós cumprimos aqui, no Senado Federal, uma etapa importante no processo de elaboração do Orçamento do País para o próximo período, ou seja, o ano de 2016.

Votamos nas comissões temáticas e permanentes dessa Casa os relatórios setoriais da LDO. Tive o prazer de ser relator das emendas da Comissão de Serviços de Infraestrutura à LDO 2016, onde destinamos 40% das emendas para o setor de transportes rodoviários, 20% para o transporte ferroviário, 13,33% para o setor de minas e energia, 13,33% para o setor de portos e hidrovias, 6,67% para o transporte aéreo e aviação civil, e 6,67% para o setor de comunicações.

A novidade com relação à LDO 2015 é que, para 2016, elevamos a prioridade dos investimentos em ferrovias, sendo que destaco a inclusão dos trechos da Ferrovia Transcontinental, ou Bioceânica, de Campinorte (GO) a Lucas do Rio Verde (MT), de Lucas do Rio Verde (MT) até Vilhena (RO) e de Vilhena (RO) até Porto Velho (RO) e, com certeza, terá seguimento também até Rio Branco e Cruzeiro do Sul, e veremos essa ferrovia chegar até o Pacífico. Uma grande obra, uma obra importante para o nosso País e também, claro, não poderia ser diferente, muito importante para o nosso Estado de Rondônia.

Além disso, para o Estado de Rondônia, também incluímos a duplicação da BR-364, numa articulação com toda a Bancada Federal de Rondônia, principalmente com o nosso colega, Senador Valdir Raupp, que também fez uma emenda para colocar recursos para manutenção e também a duplicação da BR-364, coincidente com a nossa emenda. Optamos, então, por colocar a emenda do Senador Valdir Raupp no relatório de emendas, aprovado na Comissão de Infraestrutura.

São as duas obras importantes para Rondônia e também para as Regiões Centro-Oeste e Norte do País, principalmente porque irão contribuir para a consolidação da rota intermodal, conhecida como Arco Norte, que é a nova fronteira agrícola, nova fronteira de exportação do Brasil.

Essa rota já tem como seu ponto forte o escoamento da safra de grãos pela Hidrovia do Madeira e também poderá oferecer a saída pelo Pacífico, facilitando o acesso aos mercados da Ásia, especialmente a China, que tem, inclusive, interesse em investir nessa ferrovia, como já falamos aqui.

Levamos o Embaixador até Porto Velho, ele e uma equipe de empresários, banqueiros chineses, que queriam conhecer e fizeram o trajeto de Porto Velho até Cuiabá, por estrada, junto conosco.

Além de priorizar as rodovias e ferrovias, também acatamos em nosso relatório a emenda do Senador Wilder Moraes, destinando recursos para o levantamento de geologia e do potencial mineral de novas fronteiras. Isso certamente também beneficiará o nosso Estado de Rondônia e os demais Estados da Amazônia, pois nós não sabemos exatamente o potencial de riqueza que nós temos no subsolo da Amazônia.

Esse trabalho de aprovação de emendas nas comissões foi concluído essa semana, de modo que o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016, ou seja, o PLN 2015 estará pronto para ser votado nesta terça-feira, dia 14, no Congresso Nacional, o que já foi anunciado pela Senadora e Presidente da Comissão Mista de Orçamento, Senadora Rose de Freitas, do PMDB, do Espírito Santo.

Com isso, concluiremos, neste semestre, dentro do prazo regimental, a apreciação da LDO, que tem como principal finalidade orientar a elaboração do Orçamento do País, do Governo, para o ano de 2016.

Este é um trabalho importante, que já começa nas comissões das duas Casas, tanto do Senado quanto da Câmara, a votação da LDO na comissão mista e depois no Congresso Nacional.

O cumprimento dos prazos é sempre um compromisso que devemos honrar, temos de ter uma atenção especial, ainda mais neste momento de ajuste fiscal do Brasil, que o Brasil enfrenta, em que a construção do Orçamento ganha importância e torna-se estratégica, uma vez que poderemos estimar, de forma antecipada, a previsão de receitas e estabelecer os gastos mais prioritários e urgentes, que comporão a principal peça orçamentária do país, que é o Orçamento Geral da União, que nós queremos votar este ano e não fazer como foi feito no ano passado, quando tivemos de deixar para o ano seguinte e acabamos votando quase no meio do ano o Orçamento de 2015. Para 2016, nós estamos já trabalhando com a previsão para votar o Orçamento dentro deste exercício.

Como relator de receitas do Orçamento de 2016, espero contribuir para que o Governo trate com equilíbrio e responsabilidade as contas públicas, sem maquiagem, sem as pedaladas fiscais, sem manobras para alcançar as metas de superávit. Vamos apresentar uma estimativa real de receitas e a mais exata possível para que o Governo trabalhe dentro do Orçamento, dentro das limitações do Orçamento, sem gastar mais do que arrecada.

E todo esse trabalho começa exatamente na elaboração das emendas da LDO, com a relatoria de receitas e depois, evidentemente, a relatoria de despesa. Precisamos mostrar ao Brasil um Orçamento real, e não uma peça de ficção. Entendo que o bom governo começa com planejamento estratégico e com um bom Orçamento.

Para uma boa gestão, basta seguir os planos e manter a peça orçamentária como guia, como leme condutor da nossa economia. É através do Orçamento que podemos indicar a situação real da economia brasileira para que as pessoas possam também se planejar e se preparar para enfrentar os momentos difíceis, uma vez que esse Orçamento tem repercussão na vida dos empresários, dos trabalhadores, das donas de casa, dos aposentados. Enfim, o Orçamento brasileiro influencia diretamente a vida de toda a população brasileira.

Por isso a nossa preocupação de fazer um Orçamento real, dentro daquilo que está acontecendo e das previsões que nós temos para o futuro, não só aqui, no Brasil. É claro que nós temos a preocupação com o Orçamento brasileiro, mas, para isso, nós temos de ver o que está acontecendo fora do Brasil: o que acontece na China, o que acontece na Europa, a situação da Grécia. Com certeza, isso influencia no equilíbrio das nossas balanças comerciais e no câmbio do real

com relação ao dólar e também ao euro. A queda da bolsa da China, que acontece nesse momento, também tem uma influência muito forte na economia brasileira.

Precisamos mostrar ao Brasil um Orçamento real, e não uma peça de ficção, como eu já disse. Nesse contexto, possivelmente teremos de rever algumas metas apresentados pelo Governo, como a meta de superávit primário, que é de 1,2% do PIB para 2015 e 2% para 2016.

Creio que uma redução na meta de superávit pode ajudar o Governo, neste momento de crise, pois permite maior espaço para manobrar os recursos. Essa é uma questão que ainda estamos discutindo com o Governo, com os demais Senadores da comissão mista e também com Deputados Federais que fazem parte. Creio que uma redução para 1%, nos dois anos, seria uma medida mais prudente, que poderia evitar que o Governo tivesse que recorrer a manobras artificiais para alcançar a meta.

Ontem, Sr. Presidente, nós nos reunimos com o Ministro Joaquim Levy, também com o Secretário da Receita, Dr. Jorge Rachid, juntamente com alguns Líderes partidários do Congresso Nacional, para debatermos a participação do Legislativo no ajuste das contas do Governo. Foi uma reunião positiva e propositiva, uma vez que finalmente recebemos propostas do Ministro Levy que não sejam apenas cortes e arrocho nas contas do País e dos brasileiros.

Não se falou em aumento de juro, que é a nossa grande preocupação. Quando se aumenta o juro, tira-se o dinheiro da praça, do mercado, coloca-se na ciranda financeira, e passam a ganhar sempre os banqueiros. E a população que precisa tomar empréstimo não tem condições, porque o juro está muito alto e, além de alto, as exigências aumentaram para que a população brasileira possa ter acesso a financiamentos e, dessa forma, girar a economia. Quando se tira o dinheiro do mercado, cai o consumo. Caindo o consumo, cai a produção. Caindo a produção, evidentemente gera-se desemprego e é o que nós estamos vendo. Eu entendo que a alta de juro é um dos principais motivos pelo desaquecimento da economia brasileira.

A principal proposta que discutimos é a unificação do ICMS, o que acabaria com essa guerra fiscal entre os Estados da Federação e manteria um equilíbrio nos repasses aos Estados, uma vez que seria criado um fundo compensatório para ajudar os Estados menos desenvolvidos da Federação, ou para compensar os Estados que terão prejuízos nas transações interestaduais com a unificação da alíquota do ICMS.

Hoje nós temos Estados com alíquotas menores exatamente para atrair investimentos nos seus Estados. Com a unificação, esses Estados vão ter perda e, para que nós possamos ter investimentos ou para atrair investimentos nos nossos Estados, nós precisamos fazer com que os nossos Estados ofereçam algo além de desonerações, além de incentivos fiscais, como segurança, conforto, qualidade no seu Estado, melhorando as condições de infraestrutura nos seus Estados. Então, esse fundo é exatamente para melhorar aquelas infraestruturas que são importantes para os Estados.

E temos muitas. No nosso caso, no Estado de Rondônia há muita coisa para fazer com relação a melhorias na infraestrutura e, conseqüentemente, na qualidade de vida. E melhorando a qualidade de vida, poderemos com certeza atrair mais investimentos para o nosso Estado, já que Rondônia está posicionado numa região estratégica para a exportação. Saindo de Cuiabá para Porto Velho, quando se chega a Porto Velho, você tem caminho tanto para o Atlântico, através da Hidrovia do Madeira, ou, via Rio Branco, uma saída também para o Pacífico. Então Porto Velho está situada, ou Rondônia está situado numa posição geográfica muito importante, que deverá atrair muitos investimentos na geração de empregos, principalmente se nós investirmos na infraestrutura do Estado.

A unificação do ICMS nas transações interestaduais está condicionada à criação dessa fonte para o Fundo Constitucional, pois não vamos aceitar que seja aprovada uma matéria que prejudique financeiramente os Estados, que já sofrem com as desigualdades dos investimentos no nosso País. Uma das sugestões para a fonte desses recursos é a mudança na legislação para repatriar dinheiro não declarado de brasileiros no exterior. A intenção é que a lei permita a entrada do dinheiro no país legalmente, através do pagamento de multas e impostos, que totalizam um percentual de aproximadamente 35, ou o mínimo de 35% do valor não declarado e repatriado ao nosso País. Neste momento de crise e falta de recursos, eu entendo que essa medida é importante.

É um projeto do nosso Senador Delcídio do Amaral e também do Randolfe, que vem ao encontro de uma necessidade brasileira, e tanto os Líderes, quanto a equipe técnica do Ministério da Fazenda, incluindo o Ministro Levy, veem com bons olhos a aprovação dessa matéria aqui no Congresso. Foi uma conversa inicial sobre o assunto; porém, o mais importante é que o Governo encampou de vez a tese do Pacto Federativo e vai enviar essas e outras propostas através de medidas provisórias, para que o Congresso Nacional possa analisar e também dar a sua contribuição e possamos ver os Estados mais aparelhados financeiramente para enfrentar as suas necessidades.

Outra questão importante para atravessarmos este momento de crise, sem a redução do emprego, está em outra medida provisória que o Governo enviou esta semana ao Congresso e sobre a qual já tratamos, nesta semana, com o Ministro do Trabalho, nosso companheiro e parceiro, Manoel Dias. Essa proposta permite que empresas em dificuldades, por conta da redução da produção, decorrentes da crise econômica, promovam a redução de jornada de trabalho de seus funcionários para que se evitem demissões, com redução salarial compensada com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador. Com isso o trabalhador não terá uma perda total dessa desoneração, pois metade dessa redução do salário (15%) o Governo vai pagar por meio dos recursos do FAT.

Essa é uma medida que valerá a pena para alguns setores até 31 de dezembro de 2016, sendo que a adesão das empresas só poderá ser feita até o fim deste ano. É uma medida para assegurar o emprego até que a economia do País volte a crescer e esses setores mais afetados possam se reerguer e retomar sua produção e seus trabalhos normalmente.

Durante o prazo de vigência do Programa, as empresas não poderão demitir nenhum funcionário, e a proibição, que será mantida, pelo menos, dois meses após o fim da vigência. Neste momento, o Governo entende que é mais im-

portante usar recursos públicos para manter o emprego do que para custear o desemprego. Entendo que é uma medida acertada, visto que as perspectivas de retomada do crescimento são boas a partir do segundo semestre de 2016. É muito mais barato, inclusive para o Governo, pagar esses 15% de salário do que pagar 100% do seguro-desemprego. Também é muito mais importante para o trabalhador e para a empresa optar por esse plano do que fazer demissão ou ser demitido, que é o caso dos trabalhadores. Então, é uma medida provisória importante que, entendo, vem ao encontro dos anseios dos sindicatos brasileiros, tanto é que os sindicatos participaram da elaboração desse plano e também da assinatura da medida provisória que a Presidenta assinou nessa segunda-feira.

Sr. Presidente, outra questão que quero abordar é a da regularização fundiária. Nessa quinta-feira, discutimos na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária o Plano Nacional de Reforma Agrária que o Governo Federal está elaborando para ampliar e facilitar o acesso à terra.

A elaboração desse plano é sinal de que precisamos avançar muito na reforma agrária, acelerar os procedimentos de regularização fundiária e aperfeiçoar os mecanismos para assegurar o acesso à terra aos agricultores e a todos que queiram produzir. É um sinal, também, de que o Governo está disposto a melhorar o seu desempenho nessa área, porque é uma dificuldade trazer essas pessoas que precisam de terra sem afetar a produção, que é grande no País, sem afetar aqueles proprietários que têm a sua propriedade e estão trabalhando. É uma questão, realmente, de governo.

Essa é uma cobrança que temos feito, sistematicamente, na Comissão de Agricultura, aqui no plenário do Senado e, também, diretamente ao Governo Federal, nos últimos seis anos: ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, da Agricultura, à Casa Civil e, também, aos diretores do Incra e a todos os órgãos envolvidos nessa questão, como o Ibama e o Ministério do Meio Ambiente.

Portanto, já era hora de o Governo Federal reunir todos os entes, todos esses ministérios e órgãos envolvidos nessa questão, para elaborar um plano estratégico para que possamos, de fato, avançar com mais efetividade na reforma agrária e, principalmente, na regularização fundiária, ou seja, dar documento àquelas pessoas que já estão assentadas há mais de 10, 20, 30 anos e ainda não têm o documento da sua terra, principalmente na Amazônia.

A regularização fundiária é um tema recorrente, importante, em que nós precisamos avançar. O Brasil precisa avançar com relação a essa questão, para dar mais segurança jurídica ao nosso agricultor e fazer com que ele tenha acesso a todos os programas de governo e aos financiamentos públicos e privados também. Por isso, o documento da terra é fundamental para o nosso agricultor.

É muito bom que tenhamos espaço para discutir esse plano, para que ele promova, de fato, a desburocratização da reforma agrária e da regularização, com normas e regras mais simples e eficazes, que facilitem o acesso ao título definitivo da terra e que contemplem políticas de apoio à produção, à comercialização e ao escoamento da produção, o que, certamente, vai trazer mais qualidade de vida aos assentados e aos agricultores que receberem o título da sua terra.

A elaboração desse plano de reforma agrária e também de novas regras para o crédito fundiário foi anunciada pelo Governo no dia 22 de junho, com prazo de 30 dias para ele ficar pronto.

Portanto, no lugar de questionamentos, apresentei à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de forma resumida – e apresento, detalhadamente, aqui no plenário –, mas de forma bem clara e objetiva, as minhas contribuições, sobre as quais já venho trabalhando há algum tempo para apresentá-las, na forma de projeto de lei ou como emendas à Medida Provisória nº 679, que também já apresentamos, mas que podem ser, perfeitamente, incorporadas a esse plano, como forma de agilizar a reforma agrária e principalmente a regularização fundiária, mais especialmente em Rondônia e em toda a Amazônia Legal.

Em primeiro lugar, minha principal sugestão é que a elaboração deste plano e, principalmente, a sua execução sejam feitas com base na realidade do campo, numa estreita parceria entre os ministérios e os órgãos federais envolvidos, mas, principalmente, com os governos estaduais e os departamentos estaduais para que a estrutura de apoio também possa trabalhar falando a mesma linguagem, operando a mesma tecnologia e, o que é mais importante, utilizando os mesmos procedimentos em todos os Estados, em todas as esferas. Isso é de uma importância muito grande, vai desburocratizar muito e avançar na regularização fundiária.

A segunda questão, que também já discutimos com o MDA e com Incra, para facilitar a titulação dos imóveis dos assentamentos emancipados, seria fazer, nos moldes do Programa Terra Legal, a ampliação da área a ser titulada para quatro módulos fiscais, visto que hoje existe uma limitação a dois módulos fiscais. Até o Código Florestal já fala em quatro módulos fiscais. Se o Código Florestal já parte do princípio de quatro módulos fiscais, seria importante nós passarmos também para quatro módulos fiscais e não apenas dois.

Já apresentei essa medida como emenda na MP 679. E, se necessário, apresentarei como projeto de lei, mas espero que o Relator acolha essa emenda, pois ela vai facilitar, e muito, a regularização fundiária na Amazônia Legal.

Outra questão que também já apresentei como projeto de lei, que é o PLS 388/2014, é retirar da competência do Incra o fracionamento de áreas consideradas rurais, mas que, na verdade, são urbanas, já viraram cidade – o tempo passou tão rápido e a regularização não aconteceu, e as áreas que eram rurais passaram a ser cidades. Eu entendo que essa regularização das cidades tinha que ser feita pelos Municípios. Então, transferir aos Municípios essa competência para que as prefeituras possam fazer essa regularização fundiária nas suas cidades. Essa competência, no meu entendimento, é dos Municípios e dos Estados, e não mais do Incra. Isso também viria desburocratizar muito essa questão da regularização fundiária no perímetro urbano.

Outra questão é a possibilidade de regularização de áreas de até 15 módulos para pessoas jurídicas, áreas não superiores a 1,5 mil hectares, desde que a ocupação mansa e pacífica tenha sido efetivada anterior a 22 de julho de 2008, data

definida no Novo Código Florestal para os procedimentos de regularização ambiental – um tema que nós debatemos amplamente no Congresso, aprovamos o Código Florestal com essa data, e por isso a importância de remeter a julho de 2008.

Agora, uma questão fundamental é a redução, de dez para três anos, do prazo de alienação do imóvel para as áreas de até um módulo, caso o beneficiário opte pela quitação do pagamento. No caso de áreas superiores a um módulo fiscal, o prazo extingue-se com o pagamento da terra. Apresentei essa proposta como emenda à MP 679 justamente para que ela possa ser adotada, a partir de sua aprovação, por esse plano de reforma agrária que estamos discutindo neste momento, que o Governo discute, que o Governo quer criar. Se nós estivermos, já, aprovado na MP 679, vai facilitar a nova reforma agrária que o Governo está elaborando neste momento.

Outra questão importante para facilitar a desapropriação de terras é que é avaliação do imóvel tenha como base valor mínimo estabelecido em planilha referencial de preços do Incra ou outro indicador referencial sobre o qual incidirão os critérios de ocupação, de especificidades de cada região e da dimensão da área. Atualmente, somente a tabela do Incra é aceita, o que tem gerado situações em que se paga muito pela terra e, em outras, em que o valor está muito abaixo do mercado. Essa proposta, também apresentei como emenda na Medida Provisória nº 679. Peço ao nosso Relator que acolha essas emendas, pois elas vão facilitar, e muito, esse plano do Governo para a nova reforma agrária.

Outra questão primordial no processo de regularização é a retirada de determinadas cláusulas resolutivas que tratam do uso do solo, das questões ambientais, dos pagamentos e de outras que impedem a emissão do título definitivo ao agricultor.

Pois todas essas questões já estão no Código Florestal brasileiro, portanto não precisam estar alienadas ao título da terra que é dado ao agricultor. Basta ele cumprir o que está no Código Florestal brasileiro. Por isso a importância dessa questão e também da aprovação ou da inclusão na Medida Provisória nº 679.

Outra questão que trago para o debate, que já discutimos no ciclo de debates da Comissão de Agricultura, é a integração das políticas ambientais com as de regularização fundiária.

Entendemos que essas duas políticas poderiam e deveriam caminhar juntas, desde que uma não atrapalhe a outra. Entendo que o CAR, Cadastro Ambiental Rural, pode ser também uma ferramenta para a regularização fundiária, pois os dados que precisam ser levantados pelo agricultor para fazer o CAR, que é o Cadastro Ambiental Rural, são os mesmos de que o agricultor precisa para fazer a sua regularização fundiária.

Se os dados são os mesmos, se o Governo é o mesmo, se é tudo dentro do mesmo Ministério, por que não utilizarmos os mesmos dados e caminharmos juntos, CAR e regularização fundiária? É um tema importante que já debatermos várias vezes na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Acredito e entendo que é possível avançarmos.

Foi feita uma experiência em Porto Velho, quando foi feito o CAR junto com a regularização fundiária. Foi um sucesso absoluto. Basta agora tornar isso uma regra e não apenas uma experiência.

São essas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as minhas contribuições para agilizar a reforma agrária e a regularização fundiária em todo o País, mas principalmente no Estado de Rondônia, nas áreas já assentadas, já consolidadas, nas áreas emancipadas.

Temos várias discussões nesse sentido. Não temos disputa de áreas, não temos discussões de limite de divisa de áreas. Nós temos apenas uma discussão entre o agricultor e o Governo, que é a regularização fundiária, o documento da terra para o nosso agricultor, que depende, única e exclusivamente, do Governo. E nós podermos não apenas aguardar o Governo Federal. Nós vamos convocar os governos estaduais e municipais para nos ajudar a promover aquilo que é da maior importância para o agricultor: ter o documento da sua terra, ter o documento da sua casinha, ter o documento da sua área, tanto na zona rural como na área urbana.

Então, Sr. Presidente, são essas as minhas colocações, que podem, perfeitamente, ser incorporadas pelo Governo nesse plano que está sendo elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.

E espero que essas emendas que nós apresentamos na Medida Provisória nº 679 sejam acatadas, pois elas vão facilitar, e muito, a reforma agrária futura e a regularização fundiária de todos os assentamentos do nosso País, principalmente na Amazônia, em especial no nosso Estado de Rondônia.

Eram essas as minhas colocações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Acir Gurgacz.

Eu convido V. Ex^a a presidir, para que eu possa também fazer alguns comentários sobre temas em debate aqui na Casa.

O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Com a palavra o Senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente Acir Gurgacz, que preside a sessão e fez um belo pronunciamento, nesse momento eu venho também à tribuna para fazer alguns comentários, aproveitando esta manhã de sexta-feira no espaço que é destinado para isso, para que cada Senador que está em Brasília possa, dentro do limite da sua agenda, usar a tribuna para expressar o seu ponto de vista sobre temas nacionais e também temas específicos de cada Estado, já que aqui nós representamos os Estados.

Sr. Presidente, eu quero primeiro registrar que esta Casa aprovou a Resolução nº 1, de 2013, que altera o Regimento Interno do Congresso e que definiu, com isso, novas regras para apreciação de vetos.

Pela referida norma, criada pela Comissão Mista, há uma determinação de calendário de tramitação de 72 horas. Nesse período o veto deve ser colocado em votação na Ordem do Dia da sessão conjunta imediata. Além disso, as pautas das sessões conjuntas do Congresso ficam sobrestadas para qualquer outra deliberação até a votação final do mesmo, ou seja, do veto.

Caso, por qualquer motivo, não ocorra a sessão, deverá ser convocada sessão para a terça-feira seguinte, porque as sessões deliberativas ocorrem principalmente terça, quarta e quinta.

Por que eu lembro isso? Porque temos necessidade, Sr. Presidente, de apreciar vetos pautados com o objetivo de deliberar sobre temas importantes. É um espaço, uma prerrogativa importante também da Presidente da República que ela possa vetar ou não essa matéria, mas o Congresso, por sua vez, principalmente a partir dessa norma, não pode se omitir de deliberar contra ou a favor do veto colocado pela Presidenta.

Explico isso mais uma vez, Sr. Presidente, porque nós temos que deliberar sobre o Projeto de Lei nº 2, de 2015, do Congresso Nacional. O projeto que estou comentando abre, no orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência Social, um crédito especial de R\$368.258.333 para o pagamento do Aerus, para esses homens e mulheres que deram a sua vida levando o Brasil pela via aérea para todo o mundo. Depois, infelizmente, o fundo faliu e eles ficaram praticamente sem receber salário.

O valor tem, por objetivo, o cumprimento de sentença judicial em decisão antecipatória. Milhares de idosos já morreram sem receber um centavo sequer do que tinham de direito. Agora que há uma decisão, agora que o Governo está mandando fazer a sua parte no projeto do Congresso, só falta o Congresso votar. Então, não dá agora para nós, que brigamos tanto, lutamos tanto, fizemos vigília nos aeroportos, aqui dentro do Senado e na Câmara, para que essa decisão saísse... A decisão saiu, o Governo está cumprindo a sua parte, manda para cá o projeto, e o projeto não é aprovado.

Aqui não há, como eu sempre digo, nesse caso específico, com certeza absoluta, porque daí não é nem consultar o plenário, não há divergência nenhuma entre o Executivo e o Congresso. É só votar.

Os aposentados e os pensionistas do Aerus não podem esperar mais, Sr. Presidente, sobre um tema que já está discutido. Assim, faço um apelo para que nós votemos o PL nº 2, de 2015, do Aerus na próxima semana.

Que não haja recesso parlamentar. Eu não consigo nem imaginar que possamos entrar em recesso sem votar apenas um projeto que é uma verba complementar que o Governo mandou para pagar os idosos. Isso não é briga nenhuma de reajuste, não é nada. Decisão do Supremo, o Governo está cumprindo a sua parte, mandou para cá, e o Congresso não vota. Não há como, Sr. Presidente!

Faço um apelo ao Presidente da Casa para que, na próxima terça-feira, votemos os vetos e, consequentemente, votemos também o projeto do Aerus, atendendo a uma demanda da Justiça e do próprio Governo. Às vezes não conseguimos votar porque há obstrução do Governo. Não é o caso. O Governo é totalmente favorável, até porque já mandou o projeto para a Casa.

Sr. Presidente, aproveitando ainda este momento, quero destacar que o Ministério da Saúde publicou, no dia 1º de julho passado, a Portaria nº 30, que incorpora ao Sistema Único de Saúde – SUS o transplante de células-tronco hematopoiéticas entre parentes, a partir da medula óssea de sangue periférico ou de sangue de cordão umbilical.

Isso, Sr. Presidente, é muito, muito, importante, muito positivo, pois, com o transplante, os pacientes podem ter aumento de sobrevida, controlar as dores e até chegar à cura. Isso me faz lembrar o projeto que apresentei e que transformei em lei, o Projeto nº 12.104, de 2009. Esta lei institui o Dia Nacional de Luta pelos Direitos da Pessoa com Doenças Falciformes, 27 de outubro. Sempre acreditei que deveria provocar essa reflexão. Esse é um tema, Sr. Presidente, de suma importância que pode salvar vidas.

Em uma correspondência que recebi, o remetente diz:

Depois de muita luta, enfim saiu a publicação, Sr. Senador, e agradeço a V. Exª pela sua parte, mas agradeço também ao Ministério da Saúde pela portaria que inclui a doença falciforme no rol de doenças passíveis de transplante de medula óssea. Agradeço muito por seus esforços pela nossa Casa. Eternamente gratos.

Quero dizer, Sr. Presidente, que é claro que fico feliz em ver que os pacientes que sofrem com a doença falciforme – e registre-se que, de cada 100, 90 são negros – têm uma nova opção para o tratamento. Já havia estudos demonstrando um aumento na sobrevida de dois anos em 90% dos casos transplantados.

Pode ser pouco, mas, para a vida, dois anos sempre é bom e sempre há uma esperança de mais dois, mais dois.

Em outros casos, percebeu-se que as pessoas com doença falciforme, na maioria população negra, deixaram de utilizar a morfina – tinham que usar a morfina antes – para controlar a dor após o transplante.

A partir da publicação da portaria, o Sistema Nacional de Transplantes tem até 180 dias para incluir a doença falciforme em seu regulamento técnico, de forma a garantir o acesso gratuito dos portadores que se encaixarem em critérios ali definidos.

A estimativas apontam, Sr. Presidente, que 25 mil a 50 mil pessoas no Brasil tenham essa doença. Ela apresenta alta morbidade e mortalidade precoce. O tratamento é feito com o uso de vacinação nos primeiros cinco anos de vida, com profilaxia às infecções, uso regular de ácido fólico, medicamento para dor, uso de hidroxiureia e, em alguns casos, transfusão de sangue de forma rotineira.

Creio que vale salientar que o procedimento é indicado para pacientes com doença falciforme que apresentem certas condições que constem na portaria.

Como todos devem imaginar, o transplante de medula óssea é um procedimento bastante complexo, mas muito importante. O paciente transplantado praticamente zera toda a capacidade de respostas imunológicas e, com isso, requer uma infraestrutura hospitalar que atenda requisitos de segurança, como isolamento e uma equipe multidisciplinar qualificada para garantir o sucesso do procedimento.

De acordo com notícia publicada no Portal da Saúde, no final de 2014, o Ministério da Saúde publicou portaria onde consta que as medidas previstas resultarão no aumento do número de leitos para a realização de transplantes de medula óssea até 2016. A expectativa é triplicar os leitos existentes, passando de 88 para 250 a partir do incentivo financeiro. E o objetivo é ampliar a capacidade também de realização de transplante dessa tão importante medida que é o transplante de medula óssea.

Outro doador que não seja o próprio paciente é o que se refere aqui.

Sr. Presidente, essas são boas novas do Ministério da Saúde. Eu, que muitas vezes sou crítico, muitos me chamam de rebelde, de último dos moicanos, outros me chamam de último zumbi, nem um nem outro, Sr. Presidente.

Eu saberei sempre elogiar e saberei também ter a minha posição quando eu entender que o tema deve ser aprofundado, expressando o meu ponto de vista.

Mas, nessa linha, Sr. Presidente, eu quero dar outro elogio. Um elogio à Presidenta, pela sanção do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Quero aqui registrar, nesta sexta-feira, artigo de nossa autoria publicado em diversos jornais do Brasil, entre eles jornais do Rio Grande do Sul, de Brasília e do centro do País, que trata o Estatuto da Pessoa com Deficiência, com o título "A Grande Jornada".

No ano de 2000, Sr. Presidente, apresentei o Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei Brasileira de Inclusão –, sancionado no último dia 6 de julho pela Presidenta Dilma, num ato muito concorrido. Estavam lá em torno de 700 pessoas, a maioria pessoas com deficiência.

O Estatuto, Sr. Presidente, que aprovamos por unanimidade – aqui ficam os meus cumprimentos a todos Senadores e Deputados –, é um dos mais importantes instrumentos de emancipação civil e social dessa parcela da sociedade. Um documento que consolida as leis existentes e avança no princípio da cidadania.

Nessa década e meia de tramitação, realizamos, Sr. Presidente, mais de 1500 encontros, audiências públicas, seminários, consultas, conferências nacionais e regionais, com ampla participação da sociedade, de entidades e de pessoas com deficiência. Cerca de 46 milhões de brasileiros serão beneficiados com esse instrumento, nas mais variadas áreas: saúde, educação, trabalho, habilitação, reabilitação, transporte, turismo, lazer, acessibilidade, em sua mais ampla garantia.

Em seus 127 artigos, temos os que penalizam aqueles que descumprirem o que consta no Estatuto. Alguns pontos de destaque: atendimento prioritário em situação de socorro, disponibilização de pontos de parada, estações e terminais acessíveis de transporte coletivo de passageiros; hotéis e pousadas devem disponibilizar 10% de seus dormitórios com acessibilidade; reserva de 3% das unidades habitacionais que utilizarem recursos públicos; estímulos ao empreendedorismo nessa área, estímulo ao trabalho autônomo, a linhas de crédito, entre outros investimentos que o Estatuto orienta e de que passa a exigir cumprimento, na área da saúde, da educação, da acessibilidade e de todo o complexo das cidades.

Tudo isso, Sr. Presidente, representa um enorme avanço na qualidade de vida das pessoas. A entrada em vigor da Lei Federal nº 13.146, de 2015, não vai encerrar apenas a trajetória de um projeto de lei, mas será uma nova caminhada de um projeto de vida de pessoas quase invisíveis, que, até então, eram esquecidas pela diversidade de sua própria história.

O pensador Theodore Zeldin, em sua obra *Uma história íntima da humanidade*, diz que "vida alguma pode ser considerada plenamente vivida se não tiver se beneficiado de todos os encontros de que é capaz". Hoje, a esperança se sustenta, acima de tudo, pela perspectiva do encontro com novas pessoas.

Eu acredito que esse desejo que reside na alma de cada um de nós, por si só, move montanhas e aproxima corações e gerações. A nossa gente vem, ao longo dos últimos anos, encontrando-se consigo mesma por meio do respeito às diferenças e às identidades de cada um.

O Estatuto do Idoso, o Estatuto da Igualdade Racial, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto da Juventude são divisores de água nessa grande evolução, uma vez que deixaram suas marcas, neste belo momento da civilização brasileira, em personagens reais, gente sofrida, homens e mulheres das florestas, dos campos, das cidades, das areias do nosso litoral, das favelas, das palafitas. Enfim, Sr. Presidente, é a nossa gente mais sofrida que é contemplada com esses estatutos.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência nasceu justamente desses encontros e esperanças, dos anseios e sonhos de muitas vidas, das reflexões, do diálogo de pais e mães, filhos, irmãos, tios, avós, amigos, namorados, namoradas, que, lá atrás, entrelaçaram-se na busca de um mesmo horizonte, cumprindo um ideal, os mesmos caminhos do vento – lembrando agora o meu Rio Grande, mas saindo do Rio Grande para o resto do País –, "o vento que vai para o sul e faz seu giro para o norte".

Creio que o Estatuto é uma forma de perceber o ser humano em sua força e fragilidade, uma nova forma de compreender que a diversidade é um traço que não tem que separar as pessoas, mas uni-las, num sentimento de identidade e pertencimento. De ir e vir pelos caminhos e espaços.

Caminhamos, escalamos montanhas, atravessamos rios, falquejamos sonhos e esperanças, estendendo a mão sempre para a adversidade, acreditando e tendo a certeza de que cada um de nós é um coletivo, e o coletivo é um todo, dentro de cada um de nós.

A vida faz com que aprendamos. A vida nos ensina que, quando tudo parece dar errado, tudo está perdido, sempre haverá um sol nascendo. É claro que temos que fazer também pela vida, para que esse quadro todo aconteça como uma

pintura iluminada pelo melhor artista. Temos que lapidar a pedra da sabedoria, com muita maestria e muita paciência, ajustar seus ângulos e, assim, calmamente, as boas novas nós iremos alcançar.

Senador Telmário Mota, um político antigo, de muitos anos, disse-me um dia: “Na política, Paim, tu tens que aprender três coisas”. “Quais as três coisas, meu amigo?” Aqui, Floriceno Paixão, que já faleceu: “Precisa ter paciência, paciência e paciência. Se você tiver paciência, paciência e paciência, nunca abrirá mão da sua posição. Mas tenha paciência, porque o tempo, que é o senhor da verdade, haverá de conduzi-lo para um patamar que a energia do universo entender que é o mais correto”.

E é nesse sentido que eu vim hoje à tribuna, com muita calma, depois de ter – confesso – rezado muito ontem à noite, pedindo que a energia do universo nos ajudasse aqui no Congresso, para que a gente faça o bem sem olhar a quem, que a gente consiga aqui aprovar leis que beneficiem realmente os que mais precisam, e que a Presidenta não fique só vetando. Não pode só vetar – “eu veto, eu veto e eu veto”. E que a Presidenta, na arte – que é uma arte milenar – de fazer política, estabeleça mais diálogo com o Senado, com os relatores. E não só vete, vete, vete, vete, vete e vete.

Senador Telmário, eu disse ontem e vou repetir hoje – depois vou passar-lhe a palavra, pois faço questão do aparte de V. Ex^a: não houve um voto contra, todos os votos foram a favor desse debate que tivemos aqui do idoso – eu fiz questão de mostrar para quem me perguntou, Estado por Estado, em que tive a felicidade de dar entrevista.

O voto foi simbólico no projeto original. E era ali que estava o mérito do reajuste aos aposentados, conforme o crescimento do PIB. Ninguém foi contra.

Então, essa matéria, no principal, no mérito, nós aprovamos por unanimidade, exatamente como veio da Câmara – aí foi por unanimidade. Depois, destaque, emenda é outra história. Mas o projeto original... Inclusive, não foi destacado nada do que veio da Câmara – quero deixar bem claro isso. Nós queríamos introduzir outra oportunidade.

Então, se uma matéria foi votada por unanimidade, como é que agora, de pronto, setores do Governo me saem dizendo que ela vai vetar? Eu vou fazer muito apelo para que ela não vete, que converse com o Congresso, converse, enfim, com os especialistas na área. Eu diria que o gasto financeiro é zero. É zero! Eu até queria que não fosse, mas o PIB, infelizmente, não está bom. O PIB, se olharmos para dois anos atrás e que será o que vai repercutir agora, na frente, é zero; e o outro é um por cento. O PIB dos próximos dois anos deve ficar em torno disso.

Então, num orçamento de R\$700 bilhões, como é que alguém me diz que isso pode quebrar a Previdência? Meu Deus do céu! Eu estou falando num orçamento de R\$700 bilhões! É aproximadamente R\$700 bilhões, ou seiscentos e poucos bilhões. Como é que um gasto, ao longo de quatro anos, ao longo de quatro anos... O gasto poderá ser de R\$5 bilhões em quatro anos; não é, como dizem, R\$5 bilhões ou R\$9 bilhões por ano. Isso é irracional. Eu não quero nem... Como eu rezei bastante, estou me cuidando até nas palavras.

E dizem: “Não, tenha calma, paciência e paciência.” Vamos dialogar, vamos ver! Vamos nos sentar efetivamente com tabela, com cálculo atuarial. “Tem gasto ou não tem?” E a lei só vale por quatro anos. Daqui a quatro anos, deverá ser votada outra lei. Por que não dialogar e, já de pronto, anunciar o veto? Não é palavra da Presidenta – deixo claro isso. Ela, em nenhum momento, disse que vai vetar. Ela disse que há uma discussão sobre o tema.

É por isso que eu faço um apelo aos articulistas do Governo. São inúmeras derrotas, uma em cima da outra. Foi assim no fator; é assim agora, neste momento. Eu digo isso no aspecto da visão de que poderíamos ter negociado ali, já.

E por que não votamos os vetos até agora? Ninguém é contra o Aerus, por exemplo. Não se votam os vetos porque há medo de perder os vetos. Esse é o mundo real. Senão, teriam sido votados. O que dá para fazer? Porque, agora, os vetos não se apreciam mais secretamente. Vamos nos sentar, vamos conversar, vamos ver o que é possível. Todos nós queremos o melhor para o País.

Senador Acir Gurgacz, que preside a sessão neste momento e tem feito também um belíssimo trabalho – e V. Ex^a também –, acho que este é o momento de se fazer política. Política é *parlar*, é falar, é conversar, é dialogar, é encontrar saídas, não por queda de braço de quem ganhou ou de quem perdeu. Não é isso que interessa.

Senador, por favor, um aparte de V. Ex^a.

O Sr. Telmário Mota (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Senador Paim, eu estava atento, ouvindo o pronunciamento de V. Ex^a. E V. Ex^a falava dos estatutos. Eu queria fazer coro com V. Ex^a no sentido de que o Estatuto do Índio está, há 20 anos, na Câmara Federal, e ele sequer mexe nesse instrumento tão importante para o nosso povo original. Então, eu queria fazer esse registro. Aproveito, faço um pedido e vou formular um pedido oficial, encaminhando ofício ao Presidente da Câmara, para que ele tenha sensibilidade em colocar esse assunto em pauta, que é de importância para 0,4% da nossa população, que são os indígenas, novecentos e poucos mil indígenas, que nós temos hoje no País afora. Então, deixe-me dizer uma coisa, também aproveitando: V. Ex^a tem razão. Eu acho que é preciso... E aqui está o Senador Acir, que é Líder do PDT, o meu Partido, e é da Base. Muitos assuntos estão deixando para ser discutidos, Senador Acir, já no último momento. Isso desagrega. Isso desencontra. E o prejuízo político acaba indo para a Presidenta, que já não está muito bem. Ela acaba recebendo a última missão do tal do veto ou não veto. E aí há aquele velho ditado: não adianta bater para depois assoprar. Só a expectativa do veto já cria um mal-estar, já cria um distanciamento, já cria uma rejeição, porque o veto, *a priori*, parece que está rejeitando aquilo que vai beneficiar o bolso de alguém. E, se há uma coisa que não faz parte do corpo e que dói muito, é o bolso. Essa parte é extremamente dolorida. Às vezes, dói mais que alguma parte do corpo. Então, é importante que tenhamos essa conversa com o Delcídio e com outros Líderes do Governo, no sentido de que haja um alinhamento de discussão muito antes. Ulysses Guimarães já dizia: “Vamos primeiro alinhar para depois nos reunir e fazer a festa”. Não que não se tragam assuntos aqui para discutir, mas a própria Base acaba se dividindo em temas que nós poderíamos estar debatendo com a oposição, para aprimoramento do trabalho, porque a oposição é salutar, é necessária.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É assim que eu entendo também, a oposição é fundamental.

O Sr. Telmário Mota (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Ela é necessária, ela é necessária, porque aponta aquilo que de repente não está indo pelo caminho mais correto, e ela acaba trazendo para o aprimoramento da questão. Então, é fundamental que haja essa discussão, mas que haja unidade dos lados, para poderem as forças se equilibrar, porque acaba sobrando, e já ficou, parece, meio cômodo. “Ah, deixa, a Presidente decide no veto ou não veto.” E aí está criado o trauma, está criada a insatisfação, está criado o distanciamento, está cada dia mais acumulando só outras dificuldades para o Governo, quando nós temos coisas aí para estarmos abraçados. Mas V. Exª falava das três coisas da política: paciência, paciência, paciência. É verdade. Isso me lembrou um cidadão casado, que chegou para a mulher dele e disse: “Minha mulher, minha esposa, eu hoje vou atrás de emprego. Não sei quando volto, mas eu vou atrás de buscar algo melhor para a nossa família. Agora, eu só te peço uma coisa: seja fiel comigo, que eu serei fiel com você.” Esse trabalhador foi embora. Chegou a certa fazenda, achou emprego, vinte anos ele passou nessa fazenda. E, com vinte anos, ele chegou ao patrão e disse: “Meu patrão, hoje não quero mais trabalhar, quero ir-me embora.” E quando ele arranhou esse emprego, ele falou para o patrão: “Não me pague, não; só me pague no dia em que eu for pedir para sair.” E assim o patrão fez, com o recurso dele, guardou, e no dia em que ele foi pedir, o patrão disse: “Você quer o dinheiro ou quer três conselhos? Vá para casa, pense, amanhã volte e me procure.” No dia seguinte o empregado voltou e disse: “Eu resolvi aceitar os três conselhos.” O patrão disse: “Então você não quer o dinheiro, quer os três conselhos?” “Quero os três conselhos.” “Primeiro: não desvie caminho; cuidado, às vezes, ao desviar um caminho, achar que ele é mais curto, ele pode ser o caminho da precipitação. Não seja curioso no mal, isso pode levar a consequências muito ruins. E não tome decisão na cólera, num momento de raiva e de ódio. Estão aqui três pães para você comer de retorno e um maior para você comer com a sua família.” E o empregado foi embora. Logo, andando, caminhando, foi a pé, eram três dias de viagem, quando ele chegou a determinada parte do caminho, ele viu um desvio e falou: “Opa, se eu for por aqui, o caminho é muito mais longo; eu vou por aqui.” E pegou o desvio. No caminho, ele se lembrou do conselho, voltou. No dia seguinte, ele ficou sabendo que naquele desvio havia uma armadilha para que o primeiro que passasse ali fosse sacrificado. Hospedou-se em um hotel. À noite, ele ouviu gritos, gritos, gritos, gritos. Ele pulou da cama e se levantou para ir lá. Quando ele caminhou, pensou: “Opa, não posso ser curioso no mal.” Recolheu-se. No dia seguinte, o dono do hotel perguntou: “Você ouviu uns gritos ontem?” Ele disse: “Eu ouvi.” “Você não foi ver?” Ele disse: “Não.” “Pois você foi o único hóspede que escapou, porque há um louco que grita e mata a pessoa que vai até lá.” E ele caminhou. Ao chegar perto de sua casa, ao olhar a fazenda, sua esposa estava abraçada com um homem. Aí ele falou: “Não aguento isso. Vou tirar a vida daqueles dois.” Aí, lembrou-se do conselho do patrão e falou: “Não, eu vou dormir [era finalzinho de tarde] e, amanhã cedo, vou lá.” No dia seguinte, ele chegou lá e, quando a esposa o viu, abraçou-o com todo calor, todo amor, todo carinho. Ele, então, disse a ela: “Você fazendo isso comigo? Vinte anos que eu parti e vinte anos fui fiel a você, e você não o foi comigo?” Ela disse: “Como que não fui, se eu o estou esperando?” “E aquele homem que estava...?” Ela disse: “Aquele é seu filho que ficou em minha barriga.” Então, ele abraçou a mulher, chorou e chorou, comeu o pão, o quarto pão. E, quando ele abriu, estava todo o dinheiro de seu salário ali dentro. Ou seja, nessa caminhada política, em que tratamos da vida de muitas pessoas, é preciso ter esse grande exercício de paciência. Essa mesma paciência que o Senador Acir está tendo na Presidência, ao nos dar esse tempo e ouvir. Eu sinto, a cada hora, ele está mais calmo e mais tranquilo, ele tem tomado um chá e tem sido extremamente parceiro. Quero parabenizar V. Exª.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Obrigado, Senador Telmário Mota. Eu acho que é quase uma fábula o que V. Exª conta. Ela tem tudo a ver com o momento que nós estamos atravessando, de ter essa responsabilidade de não tomar decisões precipitadas, e eu acho que é isso que está acontecendo.

Mandam para cá – eu confesso aqui, neste diálogo com V. Exªs – medidas provisórias que atingem o mundo do trabalhador, do aposentado e até de empreendedores, e eu fico sabendo pela imprensa. Eu tenho quase 28 anos de Congresso, fui oposição, sou da Base, e não consigo entender isto: como sobre aquelas duas MPs que vieram no fim do ano, ninguém estava sabendo. Não dá! Não é assim que a gente vai chegar a um bom termo e um caminho correto e adequado.

Eu sempre digo que quanto mais dialogarmos, mais discutirmos, mais haveremos de encontrar caminhos, e caminhos do bem. Eu acho que alguém, aqui... Eu não consigo acreditar nem que a oposição queira o mal do Governo. Tu achas que alguém da Base quer o mal do Governo? Seria dar tiro no pé!

A gente tem posições que entendemos que não são adequadas para aquele momento e que poderiam ser modificadas. Quantas medidas chegam aqui e são alteradas?

Mesmo essas MPs que chegaram aqui foram todas alteradas. Não ficou uma igual! E para que o desgaste, então? Para que o desgaste?

Mesmo a discussão do fator: “Não, nós vamos vetar, vetar, vetar, vetar!” Está aí! Está aí. Para os próximos dois anos, está construída a alternativa para o fator.

E, para que o desgaste, então, se por outro lado teve que assumir que não havia como construir alternativa que não fosse, de imediato, aplicar a fórmula 85/95? Ela vai permiti que a mulher se aposente... Eu tenho que repetir, porque esse tal de 85/95, e eu discuti, ontem, com o Senador Jorge Viana – discutimos, não, esclarecemos –, muita gente pensa que é a idade para se aposentar. Não é! São 55 anos para a mulher e 60 anos para o homem; 35 de contribuição para o homem e 30 para a mulher, para simplificar.

Eu quero fazer o meu último informe e vou sair do pronunciamento, para, com ele, eu terminar, então, o meu tempo.

Senador Acir, se for preciso, depois, eu me disponho até mesmo a presidir, para ouvir o Senador Telmário Mota, se V. Exª tiver compromisso. Se não, eu faço questão de ficar no plenário e fazer uns dois apartes a ele também, com certeza, não com a mesma competência, mas contribuindo com o seu pronunciamento.

Sr. Presidente, eu quero falar desse tema porque acho que é importante para todos nós. O Congresso Nacional encontra-se, uma vez mais, na iminência de ter que apreciar um novo projeto de emenda constitucional, que visa a alterar o

sistema de pagamento de precatórios judiciais, assunto sobre o qual nós, Parlamentares, já nos debruçamos por diversas vezes. Infelizmente, mesmo considerando os argumentos apresentados pelos defensores da nova proposta, que se preocupam em defender as finanças dos Estados e Municípios que governam, creio que podemos estar perdendo a oportunidade de corrigir um sistema cuja falência já foi amplamente constatada e sentida por grande parte da sociedade brasileira.

Já há algum tempo, tenho me preocupado e procurado auxiliar, dentro do possível, por meio desta Casa, na equalização da situação dos precatórios judiciais no Brasil. Faço isso por entender que o Estado não pode ficar empurrando, indefinidamente, o cumprimento de suas obrigações, levando a população ao descrédito nas instituições. O Estado democrático de direito não pode conviver com a inobservância recorrente de decisões judiciais transitadas em julgado, consequentemente, em última instância, só que não é paga.

Em termos de segurança jurídica, nada é mais desanimador para o cidadão do que se dar conta de que, mesmo após uma longa batalha judicial, a decisão final do processo não é cumprida. Além disso, em muitos casos, o fracasso do sistema de precatórios produziu diversas outras injustiças, além de impactos sociais negativos e verdadeiros dramas pessoais e familiares da nossa gente, que veio, inclusive, a falecer, e outros, até mesmo, a cometer o suicídio. Outros ficam ainda em condições precárias, sem conseguir receber o que é deles.

Já foi decidido. Vou lembrar de novo o Aerus, já está decidido. E o Governo manda para cá e, infelizmente, por o Congresso não votar, eles não recebem.

Aí, eles me perguntam: “Paim, ganhamos ou não ganhamos?” “Ganharam.” “O Governo mandou o projeto?” “Mandou.” “E por que não recebo então?” “Porque há o tal de veto na pauta, e você não está recebendo.” Estou dando um exemplo, e com os precatórios é pior ainda.

Em outras ocasiões, a angústia foi transferida para os dependentes, pois, com o falecimento do titular do crédito, os sucessores perderam o direito à preferência no pagamento do precatório, ficando obrigados a reiniciar, de novo, a fila de espera. A fim de buscar uma solução definitiva para o assunto e, mesmo, para, pelo menos, reduzir essas distorções, como essa que mencionei aqui como exemplo, em relação aos dependentes, porque muitos já faleceram, apresentei inúmeras propostas de emenda à Constituição que ainda se encontram em tramitação nesta Casa. Em 2013, no entanto, a situação parecia que começava a se alterar, a partir de uma decisão do Supremo Tribunal Federal, que considerou inconstitucionais diversos dispositivos da Emenda Constitucional nº 62, de 2009, que ficou conhecida como a Emenda do Calote.

De fato, naquela oportunidade, a Corte Suprema entendeu que a alteração promovida pela Emenda nº 62 seria parcialmente inconstitucional, já que o texto afrontava determinadas cláusulas pétreas da Constituição, que eu ajudei a escrever, tais como, as de garantia de acesso à Justiça, de independência entre os Poderes e da proteção à coisa julgada – julgada em última instância, paga; tem que pagar! Que Estado democrático de direito é este em que eu vou à última instância do Judiciário. O Judiciário diz: “Pague-se!” E não pagam. Aí, claro, só resta morrer, e os dependentes continuam chorando a perspectiva de receber um dia aquilo que já foi julgado.

Assim, Sr. Presidente, desde então, vemos que a Corte Constitucional reagiu à tentativa de se ficar empurrando sem limite o pagamento de precatórios, ainda que tal modificação no sistema de pagamento estivesse amparada em emenda constitucional. Ocorre que a decisão do Supremo Tribunal Federal de 2013, embora tenha contido a metodologia de pagamento introduzida pela Emenda Constitucional nº 62, não teve o poder de equacionar o problema, pois permaneceu uma incerteza de como, de uma hora para outra, Estados e Municípios iriam honrar as suas dívidas. Na prática, Sr. Presidente, infelizmente, o que parecia uma solução ficou no campo do “eu acho que sim, eu acho que não” à alteração do regime anterior, uma vez que Estados e Municípios ficaram no aguardo de que o Supremo Tribunal Federal viesse a modular os efeitos da sua parcial declaração quanto ao direito assegurado de temas transitados em julgado.

Então, em 25 de março deste ano, a Corte Suprema, ao concluir o julgamento que modulou os efeitos da decisão parcial da Emenda nº 62, determinou que, até 31 de dezembro de 2020, Estados e Municípios quitassem, em parcelas de 1/60 avos do valor total, todo o estoque de suas dívidas judiciais, incluindo os novos precatórios que fossem expedidos até o final desse prazo. Ou seja, a decisão do Supremo é no sentido de que, em dezembro de 2020, não haja mais estoque. Iniciamos, a partir daí, o cumprimento do que determina o art. 100 da Constituição da República, que é o pagamento do precatório dentro do exercício financeiro seguinte, aquele em que tenha sido expedido.

Apesar de a sistemática imposta pela Suprema Corte não afetar a maioria dos Estados e Municípios brasileiros, a decisão desagrada aqueles que terão que comprometer, nos próximos anos, um volume maior de recursos para quitação das dívidas que eles têm que pagar. Gostou ou não gostou, vai ter que pagar. E, por essa razão, e com o apoio de Parlamentares de diversas legendas, é que foi apresentada, no início, na Câmara dos Deputados, a tramitação da Proposta de Emenda nº 74, de 2015, que em resumo diz o seguinte:

a) adotar como limite de comprometimento da parcela de 1/60 a média dos últimos cinco anos imediatamente anteriores;

b) permitir que a parcela que ultrapasse esse limite seja financiada por meio da realização de operações de crédito, que estariam excepcionalmente excluídas dos limites globais de endividamento;

c) autorizar o levantamento de depósitos tributários em favor do Poder Público no patamar de até 75%;

d) admitir acordos com deságio de até 40%.

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em nota técnica expedida em 28 de junho de 2015, critica a PEC 74. Aponta que, ao concordar com a redução do comprometimento orçamentário mensal fixado pelo Supremo, o projeto, por outro lado, não estabeleceu nenhuma sanção em caso de o administrador não lançar mão dos recursos adicionais angariados pelo levantamento de depósitos judiciais ou por financiamentos que extrapolem o limite global de endividamento para quitar os precatórios.

Em outras palavras, simplificando, a OAB alerta para o fato de que, em tese, já que não há sanção pela inadimplência, o gestor público poderá utilizar os recursos auferidos com o levantamento de depósitos judiciais e com financiamentos excepcionais para satisfazer outras necessidades, deixando, lamentavelmente, de efetuar o pagamento dos precatórios, nos limites mensais estabelecidos pelo Supremo.

A OAB também revela preocupação de que as normas possam gerar descontrole nas finanças de Estados e Municípios, que hoje honram regularmente seus precatórios e as requisições de pequeno valor.

Nesse sentido, a entidade assinala que a inclusão de norma no corpo permanente da Constituição, autorizando a contratação de operações de créditos excepcionais, abre a possibilidade de que Estados e Municípios – que hoje, repita-se, quitam tempestivamente seus débitos fazendários – passassem a contrair financiamentos anuais e sucessivos, toda vez que o limite médio dos últimos cinco anos fosse ultrapassado.

Por fim, na referida nota técnica, a OAB apresenta sugestões de alteração do texto da PEC 74, as quais, em seu entendimento, estariam aptas a corrigir e garantir o direito de quem tem a receber.

Não tenho dúvidas, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, de que o tema é complexo, como viram aqui pela própria leitura que fiz. Contudo, receio que, por trás dessa complexidade, esconda-se o desejo de frustrar o objetivo, a meu ver, mais relevante, que é o de jogar, mais uma vez, uma pá de cal nessa situação, que aflige centenas de milhares de brasileiros e brasileiras.

Não estou com essa afirmação insinuando que haja qualquer tipo de intenção oculta por parte daqueles que propuseram a chamada PEC 74, mas receio que, ao reiniciar uma discussão já pacificada pela alta Corte do País, estejamos repetindo erros do passado.

Em verdade, Sr. Presidente, segundo cálculos do Conselho Nacional de Justiça, existem hoje cerca de um milhão de credores que têm direito a receber de Estados e Municípios valores que montam a R\$97 bilhões, e por isso toda essa enrolação.

E aqui vou terminar, Sr. Presidente.

Não podemos, portanto, deixar que essa bola de neve continue a girar sem controle e o povo não receba o que tem de direito.

Por fim, quero dizer que, em qualquer hipótese, minha posição será sempre a de pôr fim nesse passivo enorme e injusto que, como já disse, em nada ajuda a Nação e traz prejuízo para um milhão – no mínimo, no mínimo, porque serão mais no futuro; eu poderia dizer milhões – de brasileiros. Queremos consolidar as instituições democráticas, mas queremos também que essas instituições operem, trabalhem, votem, julguem e atendam ao interesse da população brasileira.

Era isso.

Obrigado, Sr. Presidente; obrigado pela tolerância.

Peço, se puder, que considere o discurso lido na íntegra.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Pronunciamento sobre apreciação de vetos.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, quero registrar que esta Casa aprovou a Resolução 1 de 2013, que altera o Regimento Interno do Senado Federal e define novas regras para apreciação de vetos Presidenciais.

Pela referida norma, criada a Comissão Mista para relatá-lo, com determinação de calendário de tramitação em 72 horas, o veto deverá ser colocado obrigatoriamente na ordem do dia da sessão conjunta imediata.

Além do que, a pauta das sessões conjuntas do Congresso Nacional ficará sobrestada para qualquer outra deliberação, até a votação final do mesmo.

Caso, por qualquer motivo, não ocorrer a sessão, deverá ser convocada sessão para a terça-feira seguinte.

Explico isso porque temos necessidade de apreciar os já vetos pautados, com o objetivo de deliberar o Projeto de Lei 2/2015 do Congresso Nacional.

O projeto em comento "*abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência Social, crédito especial no valor de R\$ 368.258.333,00.*" para pagamento do AERUS.

O valor tem por objetivo o cumprimento de sentença judicial em decisão antecipatória.

Centenas de idosos já morreram sem receber nem um centavo sequer do que tinham direito.

Os aposentados e pensionistas do AERUS não podem esperar mais.

Faço um apelo para que possamos votar esses vetos e o PL 2/2015 (CN) na próxima semana, antes do recesso parlamentar.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Registro sobre Portaria nº 30-15 doença falciforme.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, o Ministério da Saúde publicou, em 1º de julho passado, a portaria nº 30, que incorpora ao Sistema Único de Saúde (SUS) o transplante de células-tronco hematopoéticas entre parentes a partir da medula óssea, de sangue periférico ou de sangue de cordão umbilical.

Isso é muito, muito positivo, pois com o transplante os pacientes podem ter aumento de sobrevida, controlar fortes dores e até alcançar a cura.

Isso me faz lembrar o projeto que apresentei e que se transformou na Lei nº 12.104 de 2009. Essa lei institui o Dia Nacional de Luta pelos Direitos das Pessoas com Doenças Falciformes, 27 de outubro.

Sempre acreditei que devia provocar essa reflexão. Esse é um tema muito importante!

Em uma correspondência que recebi o remetente diz:

"Depois de muita luta, enfim saiu a publicação da portaria que inclui a doença falciforme no roll de doenças passíveis de transplante de medula óssea!

Agradeço e agradecemos por seus esforços em nossa causa!

Eternamente gratos!"

Pois eu quero dizer, Senhor Presidente, que fico muito feliz e emocionado em ver que os pacientes que sofrem com a doença falciforme têm uma nova opção para o tratamento.

Já havia estudos demonstrando um aumento na sobrevida de dois anos em 90% dos casos transplantados.

Em outros casos percebeu-se que as pessoas com doença falciforme, na maioria a população negra, deixaram de utilizar a morfina para o controle da dor após o transplante.

A partir de publicação da portaria, o Sistema Nacional de Transplantes tem até 180 dias para incluir a doença falciforme em seu regulamento técnico, de forma a garantir o acesso gratuito dos portadores que se encaixarem em critérios definidos.

As estimativas apontam que 25 mil a 50 mil pessoas tenham a doença no Brasil. Ela apresenta alta morbidade e mortalidade precoce.

O tratamento é feito com o uso de vacinação e penicilina nos primeiros 5 anos de vida, como profilaxia às infecções, uso regular de ácido fólico, medicamentos para a dor, uso de hidroxiuréia e, em alguns casos, transfusões de sangue de rotina.

Creio que vale salientar que o procedimento é indicado para pacientes com doença falciforme em uso de hidroxiureia que apresente certas condições que constam da Portaria.

Sr^{as} e Srs. Senadores, como todos devem imaginar, o transplante de medula óssea é um procedimento bastante complexo.

O paciente transplantado praticamente zera toda a capacidade de resposta imunológica. Isso requer uma infraestrutura hospitalar que atenda requisitos de segurança, como isolamento, e uma equipe multidisciplinar qualificada para garantir o sucesso do procedimento.

De acordo com notícia publicada no Portal da Saúde, no final de 2014, o Ministério da Saúde publicou portaria onde consta que as medidas previstas resultarão no aumento do número de leitos para a realização de transplantes de medula óssea até 2016.

A expectativa é triplicar os leitos existentes, passando de 88 para 250. A partir de incentivo financeiro, o objetivo é ampliar a capacidade de realização de transplante de medula óssea alogênico (outro doador que não seja o próprio paciente) no país.

Essas são boas novas e nos deixam muito feliz. Estamos avançando!

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Registro sobre artigo publicado no Correio Brasiliense e Brasil 247 – Estatuto da Pessoa com Deficiência: a grande jornada.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores,

Quero registrar aqui artigo de minha autoria publicado no dia de ontem no jornal Correio Brasiliense e no site Brasil 247 – Estatuto da Pessoa com Deficiência: a grande jornada.

No ano de 2000 apresentei o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Brasileira de Inclusão), sancionado no último 6 de julho pela Presidente Dilma Rousseff.

Ele é um dos mais importantes instrumentos de emancipação civil e social dessa parcela da sociedade.

Esse documento consolida as leis existentes e avança nos princípios da cidadania.

Nesta década e meia de tramitação foram realizados mais de 1500 encontros: audiências públicas, seminários, consultas, conferências nacionais e regionais, com ampla participação da sociedade, de entidades e do movimento de pessoas com deficiência.

Cerca de 46 milhões de brasileiros serão beneficiados nas mais diversas áreas: saúde, educação, trabalho, habilitação e reabilitação, transporte, turismo, lazer, acessibilidade em sua mais ampla especificidade.

Nos seus 127 artigos temos os que penalizam aqueles que o descumprirem, imprimindo maior coerção à legislação.

Alguns pontos em destaque: atendimento prioritário em situação de socorro; disponibilização de pontos de parada, estações e terminais acessíveis de transporte coletivo de passageiros; hotéis e pousadas devem disponibilizar 10% de seus dormitórios com acessibilidade; reserva de 3% das unidades habitacionais que utilizarem recursos públicos; estímulo ao empreendedorismo e ao trabalho autônomo com disponibilidade de linhas de crédito; entre outros...

Tudo isso representa um enorme avanço na qualidade de vida dessas pessoas.

A entrada em vigor da Lei Federal Nº 13.146/2015 não encerrará apenas a trajetória de um projeto de lei, mas será uma nova caminhada de um projeto de vida de pessoas quase invisíveis que, até então, eram esquecidas pela diversidade de sua própria história.

O pensador Theodore Zeldin, em sua obra “Uma história íntima da humanidade”, diz que “vida alguma pode ser considerada plenamente vivida se não tiver se beneficiado de todos os encontros de que é capaz...”

Hoje, a esperança se sustenta, acima de tudo, pela perspectiva do encontro com novas pessoas”.

Eu acredito que esse desejo que reside na alma de cada um de nós, por si só, move montanhas e aproxima corações.

A nossa gente vem, ao longo dos últimos anos, se encontrando consigo mesma por meio do respeito às diferenças e às identidades.

O Estatuto do Idoso, assim como os estatutos da Igualdade Racial, da Criança e do Adolescente e o da Juventude são divisores de água nessa evolução, uma vez que deixaram suas marcas neste belo momento da civilização brasileira, dos seus personagens reais, gente sofrida, de homens e mulheres das florestas, dos campos, das cidades, das areias do nosso litoral.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência nasceu justamente desses encontros e esperanças, dos anseios e sonhos de muitas vidas, das reflexões, do diálogo de pais e mães, filhos, irmãos, tios, avós, amigos, namorados que, lá atrás se entrelaçaram na busca de um mesmo horizonte, cumprindo um ideal, os mesmos caminhos como assim faz “o vento que vai para o sul, e faz seu giro para o norte”.

Creio que o estatuto é uma nova forma de perceber o ser humano em sua força e fragilidade, uma nova forma de compreender que a diversidade é um traço que não tem que separar as pessoas, mas uni-las, num sentimento de identidade e pertencimento. De ir e vir pelos caminhos e espaços.

Caminhamos, escalamos montanhas, atravessamos rios falquejando sonhos e esperanças...

Estendendo a mão para as adversidades... Acreditando e tendo a certeza de que cada um de nós é um coletivo, e o coletivo é um todo, dentro de cada um de nós.

A vida faz que aprendamos. Ela nos ensina que quando tudo parece dar errado sempre haverá um sol nascente...

É claro que temos que fazer por ela. Temos que lapidar a pedra da sabedoria com maestria, ajustar seus ângulos, e, assim, calmamente as “boas-novas” iremos alcançar.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Pronunciamento sobre a PEC dos Precatórios

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Congresso Nacional encontra-se, uma vez mais, na iminência de ter que apreciar novo projeto de emenda constitucional, que visa a alterar o sistema de pagamento de precatórios judiciais, assunto sobre o qual nós parlamentares já nos debruçamos por diversas vezes.

Infelizmente, mesmo considerando os argumentos apresentados pelos defensores da nova proposta, que se preocupam em defender as finanças dos estados e municípios que governam, creio que podemos estar perdendo a oportunidade de corrigir um sistema cuja falência já foi amplamente constatada e sentida pela sociedade brasileira.

Já há algum tempo, tenho me preocupado e procurado auxiliar, a partir desta Casa, na equalização da situação dos precatórios judiciais no Brasil.

Faço isso por entender que o Estado não pode ficar empurrando indefinidamente o cumprimento de suas obrigações, levando a população ao descrédito nas instituições democráticas.

O Estado Democrático de Direito não pode conviver com a inobservância recorrente de decisões judiciais transitadas em julgado.

Em termos de segurança jurídica, nada é mais desanimador para o cidadão do que se dar conta de que, mesmo após uma longa batalha judicial, a decisão final do processo não é prontamente cumprida.

Além disso, em muitos casos, o fracasso do sistema de precatórios produziu diversas outras injustiças, além de impactos sociais negativos e verdadeiros dramas pessoais de cidadãos que vieram a falecer, vivendo em condições precárias, sem conseguir receber o que era deles.

Em outras ocasiões, a angústia foi transferida para os dependentes, pois, com o falecimento do titular do crédito, os sucessores perderam o direito à preferência no pagamento do precatório, ficando obrigados a reiniciar a longa fila de espera.

A fim de buscar uma solução definitiva para o assunto e, mesmo, para, pelo menos, reduzir certas distorções, como esta que mencionei em relação aos dependentes, apresentei diversas propostas de emenda à Constituição que ainda se encontram em tramitação neste Senado Federal.

Em 2013, no entanto, a situação parecia que começava a se alterar a partir de decisão do Supremo Tribunal Federal - SFT que considerou inconstitucionais diversos dispositivos da Emenda Constitucional nº 62, de 2009, que ficou conhecida como “Emenda do Calote”.

De fato, naquela oportunidade, a Corte Suprema entendeu que a alteração promovida pela Emenda nº 62 seria parcialmente inconstitucional, já que o texto afrontava determinadas cláusulas pétreas, tais como as de garantia de acesso à Justiça, de independência entre os Poderes e de proteção à coisa julgada.

Assim, desde então, vemos que a Corte Constitucional reagiu à tentativa de se ficar empurrando ilimitadamente o pagamento de precatórios, ainda que tal modificação no sistema de pagamento estivesse amparada em emenda constitucional.

Ocorre que a decisão do Supremo Tribunal Federal de 2013, embora tenha contido a metodologia de pagamento introduzida pela Emenda Constitucional nº 62, não teve o poder de equacionar o problema, pois permaneceu a incerteza de como, de uma hora para outra, estados e municípios iriam honrar suas dívidas.

Na prática, não houve alteração do regime anterior, uma vez que estados e municípios ficaram no aguardo de que o Supremo Tribunal Federal viesse a modular os efeitos da sua parcial declaração de inconstitucionalidade.

Então, em 25 de março deste ano, a Corte Suprema, ao concluir o julgamento em que modulou os efeitos da decisão de inconstitucionalidade parcial da Emenda nº 62, determinou que, até 31 de dezembro de 2020, estados e municípios quitassem, em parcelas de 1/60 avos do valor total, todo o estoque de suas dívidas judiciais, incluindo os novos precatórios que fossem expedidos até o final desse prazo.

Ou seja, a decisão do Supremo é no sentido de que, em dezembro de 2020, não haja mais estoque, iniciando-se a partir daí o cumprimento do que determina o art. 100 da Constituição da República, que é o pagamento do precatório dentro do exercício financeiro seguinte àquele em que tenha sido expedido.

Apesar de a sistemática imposta pela Suprema Corte não afetar a maioria dos estados e municípios brasileiros, a decisão desagradou àqueles que terão que comprometer, nos próximos anos, um volume maior de recursos para quitação das dívidas fazendárias.

Por essa razão e com o apoio de parlamentares de diversas legendas, é que foi apresentada e se iniciou na Câmara dos Deputados a tramitação da Proposta de Emenda Constitucional nº 74, de 2015, que, em resumo, tem os seguintes objetivos:

a) adotar como limite de comprometimento da parcela de 1/60 avos a média dos últimos 5 anos imediatamente anteriores;

b) permitir que a parcela que ultrapasse esse limite seja financiada por meio da realização de operações de crédito, que estariam excepcionalmente excluídas dos limites globais de endividamento;

c) autorizar o levantamento de depósitos tributários em favor do poder público no patamar de até 75%;

d) admitir acordos com deságio de até 40% (quarenta por cento).

A Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, em nota técnica expedida em 28 de junho de 2015, critica a PEC nº 74, de 2015, aponta que, ao concordar com a redução do comprometimento orçamentário mensal fixado pelo Supremo, o projeto, por outro lado, não estabeleceu nenhuma sanção em caso de o administrador não lançar mão dos recursos adicionais angariados pelo levantamento de depósitos judiciais ou por financiamentos que extrapolem o limite global de endividamento para quitar os precatórios.

Em outras palavras, a OAB alerta para o fato de que, em tese, já que não há sanção pela inadimplência, o gestor público poderá utilizar os recursos auferidos com o levantamento de depósitos judiciais e com financiamentos excepcionais para satisfazer outras necessidades, deixando de efetuar o pagamento dos precatórios, nos limites mensais estabelecidos pelo Supremo Tribunal.

Por outro lado, a OAB também revela preocupação de que as normas possam gerar descontrole nas finanças de estados e municípios que hoje honram regularmente seus precatórios e as requisições de pequeno valor.

Nesse sentido, a Entidade assinala que a inclusão de norma no corpo permanente na Constituição Federal autorizando a contração de operações de crédito excepcionais abre a possibilidade de que estados e municípios que hoje, repita-se, quitam tempestivamente seus débitos fazendários, passassem a contrair financiamentos anuais e sucessivos, toda vez que o limite médio dos últimos cinco anos fosse ultrapassado.

Por fim, na referida nota técnica, a OAB apresenta sugestões de alteração do texto a PEC nº 74, de 2015, as quais, no seu entendimento, estariam aptas a corrigir as imperfeições assinaladas.

Não tenho dúvidas, Senhoras Senadoras e Senhores Senadores, de que o tema é complexo.

Contudo, receio que por detrás dessa complexidade se esconda o desejo de frustrar o objetivo, a meu ver mais relevante, que é o de jogar uma pá de cal nessa situação que aflige centenas de milhares de cidadãos brasileiros.

Não estou com essa afirmação insinuando que haja qualquer tipo de intenção oculta por parte daqueles que propuseram a PEC nº 74, de 2015.

Meu receio, porém, é de que, ao reiniciar uma discussão já pacificada pela mais alta Corte deste País, estamos repetindo erros do passado e desperdiçando a chance de resolver, de uma vez por todas, essa questão que é da mais alta relevância para a vida de um conjunto significativo de pessoas e instituições.

Em verdade, Senhor Presidente, segundo cálculos do Conselho Nacional de Justiça, existem hoje cerca de 1 (um) milhão de credores que têm direito a receber de estados e municípios valores que montam a R\$ 97 bilhões.

Não podemos, portanto, deixar que essa bola de neve continue a girar sem controle.

Por fim, quero dizer que, em qualquer hipótese, minha posição será a de por fim nesse passivo enorme e injusto, que, como já disse, em nada ajuda a Nação a consolidar as suas instituições democráticas.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Meus cumprimentos. V. Exª será atendido na forma do Regimento.

Convido, para fazer o uso da palavra, o Senador Telmário, do nosso PDT, do querido Estado de Roraima, integrante da Amazônia, quase vizinho do nosso Estado de Rondônia.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Acir, do Estado de Rondônia, Líder do meu Partido, na permuta da Presidência com o Senador Paim; Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores e telespectadoras da TV Senado.

Sr. Presidente, hoje venho a esta tribuna para abordarmos um assunto que acho da maior relevância, que é a questão do Mercosul e da União Europeia.

Durante o discurso do Sr. Telmário Mota, o Sr. Acir Gurgacz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Telmário, foi pedido antes que, quando houvesse três Senadores em plenário, eu lesse dois pequenos avisos aqui. Serão menos de 30 segundos – eu me comprometo –, enquanto o Senador Acir está aqui.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – V. Ex^a tem toda a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A Presidência comunica ao Plenário o recebimento, no dia 9 de julho de 2015, da **Mensagem nº 252, de 2015**, do Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício da Presidência, que encaminha ao Congresso Nacional as razões do **Veto nº 24, de 2015**, total, aposto ao **Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2014** (nº 7.578, de 2010), que dispõe sobre o patrocínio do Instituto Geiprev de Seguridade Social.

São as seguintes, Mensagem e razão de veto:

VETO TOTAL Nº 24, DE 2015

aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2014
(nº 7.578/2010, na Casa de origem)

Mensagem nº 252

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar integralmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 103, de 2014 (nº 7.578/10 na Câmara dos Deputados), que “Dá nova redação ao art. 27 da Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008, que trata do patrocínio do Instituto Geiprev de Seguridade Social”.

Ouvidos, o Ministério da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão manifestaram-se pelo veto ao projeto pelas seguintes razões:

“A medida atribuiria à VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., empresa estatal dependente, responsabilidade pelo patrocínio de plano de benefícios dos assistidos do Instituto Geiprev de Seguridade Social, que nunca foram seus empregados. Entretanto, tal responsabilidade deve persistir apenas em relação aos empregados ativos, em decorrência da sua condição de sucessora trabalhista da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes - GEIPOT, prevista no art. 26 da Lei nº 11.772, de 2008. Por fim, para tratar a questão, o Governo estudará medida mais adequada e compatível com o Sistema de Previdência Complementar.”

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 8 de julho de 2015 – **Michel Temer**.

PROJETO VETADO:
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2014
(nº 7.578/2010, na Casa de origem)

**Dá nova redação ao art. 27 da Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008,
que trata do patrocínio do Instituto Geiprev de Seguridade Social.**

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 27 da Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 27. A Valec assumirá a responsabilidade de patrocinadora do plano de benefícios administrado pelo Instituto Geiprev de Seguridade Social na condição de sucessora trabalhista do extinto Geipot.

§ 1º O patrocínio de que trata o caput alcança o conjunto de participantes ativos e assistidos, que constituem massa fechada, e respeitará o disposto no § 3º do art. 202 da Constituição Federal.

.....”(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 12 de maio de 2008.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O prazo previsto no §4º do art. 66 da Constituição Federal e no art. 104-A do Regimento Comum do Congresso Nacional encerrar-se-á em 23 de agosto de 2015.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Era isso. Agradeço ao Senador Acir e ao Senador Telmário, porque eu precisava ler enquanto estivessem três Senadores no plenário.

A palavra volta a V. Exª, pelo tempo que for necessário, para o seu pronunciamento.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Muito obrigado, Senador.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o transcurso de 24 anos de formação do Mercosul reforçou a importância histórica do bloco, que se consolidou sobre bases democráticas sólidas em direção à integração não só econômica, mas também política e cultural.

Em mais de duas décadas da assinatura do Tratado de Assunção, as economias dos países-membros estão mais conectadas. Os procedimentos de exportação e importação dentro do bloco foram simplificados, e chegamos a um comércio cinco vezes maior, Sr. Presidente, do que era no início do Mercado Comum do Sul. Adotamos um sistema único de classificação de mercadorias, a Nomenclatura Comum do Mercosul; criamos o Fundo de Convergência Estrutural (Focem), e o Sistema Integrado de Mobilidade o (Simercosul).

O intercâmbio comercial dentro do bloco elevou expressivamente a participação de bens e serviços de alto valor agregado na pauta brasileira. Passamos a exportar uma grande diversidade de produtos industrializados para os vizinhos sul-americanos.

A pujança econômica do bloco é inquestionável! Com a incorporação da Venezuela, em agosto de 2012, alcançamos 80% do Produto Interno Bruto da América do Sul e 270 milhões de habitantes. Temos um enorme potencial em dois temas centrais. Temos um enorme potencial em dois temas centrais para o mundo: segurança energética e segurança alimentar.

Por tudo isso, o Mercosul não pode ocupar posição de menor importância, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, na política externa. O bloco não pode ser reduzido ao oportunismo de quem quer pregar seu fim como solução aos problemas econômicos do País. Ao contrário, precisamos vencer seus entraves e fortalecer os laços políticos e culturais antes de avançar na consolidação da União Aduaneira. Precisamos criar as condições necessárias à livre circulação de pessoas e aumentar a conexão entre os países para depois avançarmos na questão econômica.

A convergência, Sr. Presidente, desses três pilares – econômico, político e cultural – é essencial para o desenvolvimento do bloco. Não temos, como na Europa, o temor de guerras que justifique uma integração pelo pressuposto da paz perpétua, como não temos uma justificativa de humanização da economia de mercado. Podemos construir as nossas próprias bases de integração, que se homologariam, por exemplo, pela fraternidade dos direitos fundamentais, expressos nas constituições sul-americanas ou por um movimento de democratização das oportunidades.

A alternativa a uma união aduaneira cambaleante poderia ser uma zona de livre comércio perfeita, aberta a acordos bilaterais com a Europa e os Estados Unidos, combinada com a redefinição dos contornos da integração social e política, em busca de uma equação mais homogênea dos membros do bloco.

Em verdade, Sr. Presidente, a assimetria econômica entre os países do Mercosul não difere muito das assimetrias entre os membros da União Europeia. Vejamos o exemplo da Grécia, cuja economia sentiu o abalo de ter aderido ao Euro sem ter promovido todas as reformas necessárias. Entrou na União Europeia com os mesmos mecanismos fiscais de potências mundiais como Alemanha e França. Aceitou um risco que nem a Inglaterra admitiu correr. Portanto, o mais avançado bloco econômico do mundo também apresentou as suas falhas, que aos poucos vão sendo superadas e devidamente corrigidas.

Não é demais lembrar que o processo de integração europeu tem seis décadas de existência. A União Europeia passou por várias fases, a começar pela Comunidade Europeia do Carvão e do Aço e pela União Econômica Benelux – formada por Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo. Esses primeiros sistemas de integração são posteriores à Segunda Guerra e se iniciaram na década de 1950.

São, portanto, sistemas de várias gerações anteriores ao iniciado pela aproximação do Brasil e Argentina, até, Sr. Presidente, a assinatura do Tratado de Assunção, em 1991, ao qual se somaram mais dois sócios, Paraguai e Uruguai. Somente em 2012, houve a adesão da Venezuela.

Estamos vacilantes na construção definitiva da União Aduaneira, porque, nesse nível, a coordenação precisa ocorrer também no relacionamento político e social. Ainda não adotamos uma moeda comum, mas precisamos, antes disso, avançar na construção de nossa identidade por aspectos que ultrapassem as questões exclusivamente econômicas. Como bem definiu o Ministro Mangabeira, o Mercado Comum do Sul é, a um só tempo, leve e pesado demais para o Brasil.

Portanto, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores, telespectadoras da TV Senado, era essa hoje a minha fala em prol de um Mercosul mais consolidado, um Mercosul mais forte, um Mercosul que possa ter a sua própria identidade, que possa aglutinar os países que o compõem não só pelo aspecto comercial, não só pelo aspecto mercantil, mas muito mais do que isso: que se avance nos entendimentos, que se quebrem todas as barreiras, que se construa uma parceria sólida, forte para o bem da América do Sul.

Sr. Presidente, Senador Paim, esta era hoje a minha fala nesta parte da manhã de sexta-feira, aqui no Senado.

Nós sabemos que, logo mais, haverá uma sessão especial, que quero ter a honra de compartilhar com V. Ex^a. V. Ex^a, sempre trazendo debates, temas importantes para esta Casa, fortalecendo este Parlamento e ouvindo, abrindo as portas desta Casa, deste Parlamento maior do Brasil, dos brasileiros, para a população dentro dos diversos temas. E V. Ex^a faz isso, sem nenhuma dúvida, como ninguém. Faz muito bem.

V. Ex^a exercita bem o que a própria natureza criou. A natureza criou dois ouvidos e uma boca, para se falar menos e ouvir mais. E V. Ex^a consegue usar isso com uma propriedade ímpar: V. Ex^a fala na hora que tem que falar e ouve muito mais na hora que tem que ouvir.

É por isso que V. Ex^a faz desta Casa a Casa do Povo, verdadeiramente, na essência da palavra. Porque V. Ex^a sempre está com as portas abertas.

Há horas em que as 81 cadeiras aqui são insuficientes, elas são pequenas diante da demanda, diante do grupo, das categorias que V. Ex^a tem trazido aqui a esta Casa, no sentido de dar ouvidos, de dar voz, de dar oportunidade a essas pessoas.

Hoje, mais uma vez, V. Ex^a aproveita este momento para dar oportunidade a mais uma categoria para vir aqui se expressar, para vir aqui expor. Com isso, V. Ex^a só faz com que esta Casa cresça muito mais. V. Ex^a faz com que esta Casa, realmente, faça o exercício da sua função verdadeira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me, porque V. Ex^a lembrou com muita propriedade... Estou vendo aqui que V. Ex^a está inscrito aqui para falar na sessão de hoje à tarde.

É uma sessão muito importante. São os 65 anos da Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip). Eles estarão aqui hoje fazendo uma apresentação, inclusive, do trabalho da Anfip, da história da Anfip nesses 65 anos.

A Anfip tem uma história muito bonita. Eles poderiam se preocupar somente, ao longo da história da entidade, de forma corporativa, com a situação dos seus servidores.

Mas não é isso. A Anfip nos assessoria com dados, com números da Receita, da Previdência, da arrecadação, do que é gasto, do que não é. E hoje eles darão uma verdadeira aula para o Brasil, já que estarão falando aqui, ao vivo.

Pediram-me para fazer essa exposição hoje no período da tarde ou na segunda de manhã. Por isso é que...

Até recebi um pedido para talvez suspender a reunião de hoje à tarde, mas não tinha como. Há uma expectativa em todo Brasil sobre o que a Anfip vai passar hoje à tarde aqui, de interesse dos trabalhadores da área pública, da área privada, de aposentados e também pensionistas.

Por isso, a lembrança de V. Ex^a é de suma importância neste momento.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Aproveitando, Sr. Presidente, está aqui em minhas mãos, eu vou entrar com um requerimento na CCT – eu ia fazer até na comissão V. Ex^a.

Podemos depois estudar aqui com os meus universitários no sentido de fazermos essa audiência lá. E ali, Senador Paim, Presidente desta Casa neste momento, nós vamos debater a utilização das redes sociais.

Você sabe que tudo na vida é preciso ser disciplinado. Ainda agora eu contei aqui uma passagem de três conselhos que foram dados a um empregado – o patrão deu-os –, e um dos conselhos era que ele nunca tomasse decisões no momento da ira, da raiva, da cólera. Hoje, às vezes, você vai para as redes sociais – como você, às vezes, se sente até impotente por alguma razão, alguma dor, alguma mágoa, algum rancor, alguma insatisfação – e, de repente, sem o menor zelo, usa

essas redes sociais de forma exagerada, agressiva, e outros buscam o anonimato, os perfis falsos para atacar a dignidade, para difamar as pessoas. Nós já temos registros até de suicídio, pessoas que tiveram a sua vida exposta de forma irresponsável. Vimos, um dia desse, uma dessas barbaridades em relação àquele cantor que, infelizmente, teve a fatalidade em um acidente, e, ao se fazer o tratamento, o preparo do seu corpo, houve um desrespeito com a exposição daquele momento.

Então, é preciso que esta Casa, Sr. Presidente, já se debruce em cima dessa causa porque ela está ultrapassando o limite da boa convivência democrática. Longe de ser minha intenção que esta Casa ou nós façamos aqui qualquer censura, mas é preciso que a população tenha uma consciência do uso adequado e devido das redes sociais, porque elas expõem as pessoas de forma impúblicável.

De repente, hoje, para as redes sociais, você tem mais tempo. Por exemplo, às vezes, você, sentado em uma cadeira aqui – os amigos que estão ali na galeria –, pode, de repente, estar numa rede social conversando com centenas, dezenas de milhares de pessoas, enquanto não está ouvindo o rádio, não está ouvindo a televisão, e esse meio de comunicação é hoje importantíssimo, graças à tecnologia e a esse avanço.

Agora, é preciso que se use de forma racional, responsável, que se tenha um balizamento. Às vezes, as redes sociais estão aí num exagero que é de fazer dó. Pega-se, às vezes, uma mentira e se quer transformar em verdade.

Por exemplo, na minha cidade existe uma ponte que liga ao Município de Caracará – um segundo Município do meu Estado, o terceiro Município em dimensão e população – e atravessa o Rio Branco, um rio grande. É uma das maiores pontes que existem lá. Pegaram uma ponte que apareceu com uma rachadura em qualquer lugar e começaram a dizer que era a ponte de Caracará. Isso criou um pânico na região! Hoje, todas as redes sociais reproduziam essa mentira, e, quando se dá fé, havia uma fila imensurável nas pontes ou havia pessoas cancelando viagem, pois é a ponte que liga, inclusive, Manaus a Boa Vista, por conta desse risco, que não era na ponte verdadeira.

E daí em diante, vemos a toda hora registros de fatos que realmente nos deixam... Eu, pelo menos, como enfrentei os poderosos, a oligarquia e a corrupção, o crime, eu fui vítima disso diuturnamente. E ainda continuo sendo. O que existem de perfis falsos... Eles fazem blocos de perfis falsos para me atacar com mentira, com calúnia, com difamação e tal.

Enfrentamos isso com uma certa tristeza, porque vemos que hoje é um instrumento da maior importância na integração, na rapidez da informação, na mobilização e também para quebrar um pouco o domínio dos meios de comunicação. Eu acho que há um exagero hoje dos meios de comunicação, principalmente dos mais fortes, que estão centralizados nas mãos de muitos políticos, o que é um grande erro, o que foi um grande erro.

Então, é preciso adotarmos medidas. Estou entrando, então, com esse requerimento na CCT e vou entrar na comissão onde V. Ex^a é o Presidente, a Comissão de Direitos Humanos. Nós vamos, nesse primeiro momento, ouvir o Dr. Rui Costa Gonçalves, que é o representante da Justiça Federal; o Dr. Leandro Daiello Coimbra, que é o Diretor-Geral da Polícia Federal. Estamos também convidando para participar o Marcus Vinicius Furtado Coêlho, Presidente Nacional da Ordem dos Advogados; e o Sr. Alexandre, Vice-Presidente do Facebook, na América, e representante do Twitter, Google, etc. Vamos estar ali conversando para ver se disciplinamos essa rede tão importante de comunicação que hoje a sociedade usa com muita desenvoltura. A todo o momento, você está disponibilizando dessa oportunidade de estar se relacionando, conversando, atualizando.

Aqui mesmo, agora, eu estava no plenário e o Secretário do Planejamento do meu Estado, Dr. Alexandre Henklain, estava nos posicionando acerca de reuniões importantes que vamos ter, convidando o Ministro Mangabeira, porque vai haver lá a discussão do PPA do Estado. E o Dr. Alexandre queria, inclusive que o Ministro Mangabeira participasse, como palestrante, nesse lançamento do PPA.

Portanto, é importante que usemos, mas de forma racional, de forma responsável, de forma democrática, e que essas coisas sejam utilizadas para o bem, até porque, quando você faz uma mobilização ou uma crítica construtiva, ela é extremamente extraordinária. Eu gosto, eu prefiro a crítica construtiva aos elogios baratos, porque estes não melhoram a vida de ninguém, estes não aprimoram a vida de ninguém. Nós, homens públicos, quando nos propusemos a ser homens públicos, a viver e ter nosso salário, nosso ganha-pão, nossa alimentação a partir do salário pago pelo povo, nós temos que aproveitar a crítica, porque ela aprimora o seu trabalho, ela melhora a qualidade do seu serviço, e se atende mais a ansiedade do povo, porque verdadeiramente é esse o nosso papel como Parlamentar.

Então, eu queria hoje trazer isso, colocar aqui, agradecer a paciência do Senador Paim, que exercita isso com maestria, quando não pisam nos calos dele, porque, quando pisam, ele também sabe reagir com a devida providência. Aí eu me lembro daquela frase: não adianta você ser valente como o leão; às vezes, é melhor você ter o exercício da humildade e da paciência de um pássaro que está numa gaiola, mas que, a toda hora, está esperando aquela gaiola se abrir para ele voar e ter liberdade.

Então, às vezes isso acontece, e o Senador Paim faz isso com uma propriedade muito peculiar. Ele demonstrou isso aqui, recentemente, nessa última aprovação, e, com muita paciência, foi construindo, buscando a parceria. E, como ele bem disse, a matéria em si teve a unanimidade, teve uma aprovação por unanimidade, o que foi debatido e discutido foi emenda, e também teve a maioria, porque a emenda não prosperou.

Então, esses são os ensinamentos que esta Casa nos dá. Esta é a riqueza do Parlamento: o contraditório, o debate civilizado, democrático. Isso é que traz próximo do perfeito. Perfeito só foi Deus, mas traz perto daquilo que atende às demandas bilaterais, daquele que é o beneficiado e daquele que está se beneficiando.

Então, é importante sempre que esta Casa... E aqui eu quero também parabenizar o Senador Renan, porque ele tem exercitado isso com uma grande propriedade.

Ele tem deixado os assuntos se exaurirem, eles são exaustivamente debatidos. Até há horas em que acho que há certo exagero, por isso que às vezes até critico que o Senado anda um pouco mais lento, mas o Senado tem essa característica, o Senado tem essa formação.

Eu sempre digo que o Senado é o pires da política brasileira. A Câmara é a xícara, que recebe o café quente, e o Senado é o pires, onde se esfria, Senador, esse café, para que a gente possa aí... Você não toma um café quente, você pode queimar a língua, a boca, o céu da boca, enfim. Então, você precisa esfriá-lo a um calor suportável pelo seu organismo. E esse é o papel do Senado Brasileiro, de esfriar as situações. Não esfriar no sentido de desprezar, mas de trazê-las para um ponto que seja suportável, dos dois lados. Que busque o equilíbrio do entendimento.

O Senador Paim hoje tinha toda razão quando citava isso, e eu quero, eu vou me propor a fazer essas observações.

Vocês viram que, recentemente, numa PEC de um Senador do Rio Grande do Sul, o Paulo, parece que houve um caso assim, num projeto que envolve a indenização das terras que são indígenas, que a terra também seja indenizada, não só as propriedades, e de repente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Deve ser da Simone Tebet.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – É, a Simone se interessou, pela questão de o Estado dela estar muito envolvido em conflitos, e o assunto veio à baila aqui, quando se dá fé, nós temos que trabalhá-lo aqui dentro, quando ele já podia vir pacificado. Porque há determinados assuntos que quando você...

É claro, nem tudo você pode pacificar nas comissões. É claro que nem tudo você pode debater lá, porque há às vezes interesses maiores, que obrigam que a maioria dos Senadores possam vir fazer um debate mais amplo, de mais conhecimento. E isso é o que a gente tem visto aqui nesta Casa. Mas há outros assuntos que já podem vir muito mais contornados, já vêm pacificados, de ordem que eles podem ter celeridade, como exigem alguns procedimentos.

Era isso que eu tinha a dizer. Meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Telmário, meus cumprimentos pela sua exposição brilhante, como sempre, e que eu tive a oportunidade de comentar durante a fala.

Agora, com enorme satisfação, passamos a palavra ao grande Senador Elmano Férrer, para que ele faça seu pronunciamento, pelo tempo que ele entender necessário.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de fazer minhas colocações nesta manhã, neste último dia da semana e que nós encerramos nossos trabalhos aqui, no Legislativo, no Senado, queria também me congratular com nosso Senador Telmário Mota pelas considerações feitas aqui, neste instante.

Sr. Presidente, ao longo desses últimos quatro meses, desde que cheguei a esta Casa, a este Parlamento, tenho procurado conhecer alguns dos instrumentos importantes da Casa, principalmente o Prodasen, a Gráfica, o Interlegis, além das áreas de comunicação, quando tive a oportunidade de conhecer a Rádio Senado. Nesta semana, tive a felicidade de conhecer o Interlegis. E quando ele celebra os 18 anos de sua fundação, eu me permitiria fazer este pronunciamento.

O Legislativo, no âmbito federal, estadual e municipal é cada vez mais desafiado a trazer soluções aos problemas que afetam o dia a dia das pessoas e das instituições.

Nos Estados e Municípios, quando governadores e prefeitos implementam políticas públicas, são as assembleias estaduais e as câmaras de vereadores que irão debater e aperfeiçoar essas políticas. Por isso, Sr. Presidente, torna-se fundamental a qualificação permanente e profissionalização dos quadros de servidores que apoiam e assessoram o trabalho dos Parlamentares nos Estados e, sobretudo, nos Municípios brasileiros. Para que isso se concretize, exige-se que o Poder Legislativo, nas três esferas da Federação, conte com instrumentos eficazes de tecnologia da informação. Tais tecnologias, Sr. Presidente, servem para ampliar a comunicação do Legislativo com a sociedade organizada, fortalecendo o instituto da transparência.

Segundo matéria da *Folha de S. Paulo*, de maio do ano passado, metade das câmaras municipais de nosso País não tinha *site* na internet. Isso não representa um problema meramente tecnológico. É um grande problema de natureza política, porque impede a aproximação do cidadão com as casas legislativas. Isso enfraquece a legitimidade da política.

Pois bem, Sr^{as} e Srs. Senadores, estas são as linhas centrais de atuação do Programa Interlegis: capacitação e desenvolvimento de tecnologias modernas da informação, para facilitar o diálogo do Legislativo com a cidadania.

No caso do Piauí, solicitei pessoalmente aos técnicos do Interlegis que realizem uma ação intensiva de capacitação nas câmaras municipais do nosso Estado. Tenho certeza, Sr. Presidente, de que o Presidente Renan Calheiros e o nosso 1º Secretário desta Casa, o Vicentinho Alves, atenderão prontamente a esse nosso pleito, para melhoria das câmaras municipais do nosso Estado.

Na visita que fiz ao Interlegis nesta semana, tive informações de que haverá avanços nessas capacitações, justamente para que as casas legislativas atuem de forma ainda mais proativa na construção de políticas públicas em benefício das pessoas.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o Programa Interlegis comemora, neste ano, 18 anos. Assim, eu não poderia deixar de parabenizar toda a equipe do Interlegis por esse valoroso trabalho, que, pelo que pude sentir, se configura na verdadeira política de Estado, tendo à frente o Senado da República.

Acredito, Sr. Presidente, sinceramente, que a ação eficiente do Interlegis em favor da melhoria das câmaras municipais e das assembleias legislativas trará benefícios para o Poder Legislativo como um todo. Isso ajuda o Legislativo a ser mais integrado, transparente e cada vez mais sintonizado com as reais necessidades da população brasileira.

Era isso, Sr. Presidente, que eu queria trazer com relação aos 18 anos de existência do Interlegis, do Programa Interlegis aqui no Senado.

Quero dizer que ele tem contribuído sobremaneira para o processo de informatização para o processo de informatização das câmaras municipais de nosso País e das assembleias legislativas naqueles Estados que ainda não têm os recursos necessários para fazer a implantação da tecnologia da informação nas casas legislativas.

Eu agradeço a V. Ex^a, ao tempo em que ressalto a grandeza de V. Ex^a como Senador da República, que engrandece esta Casa, estando presente da abertura dos nossos trabalhos ao fechamento deles, quer seja numa segunda-feira, quer seja no último dia dos nossos trabalhos aqui, nesta Casa, na sexta-feira. V. Ex^a, não só está presente nas sessões deliberativas, mas também, sobretudo, em sessões como estas que realizamos às segundas e sextas-feiras. Eu queria dizer que V. Ex^a engrandece, dignifica, qualifica este Poder, esta Casa da Federação. E tenha um feliz final de semana.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Elmano Férrer, permita que eu faça um aparte a V. Ex^a. Primeiro, quero dizer da minha alegria no convívio com V. Ex^a, da seriedade de Parlamentares. E eu sinto isso, lhe confesso, ao olhar para cada um. Não é que eu tenha bola de cristal, não, mas eu sinto no olhar de V. Ex^a seriedade, responsabilidade, compromisso com o povo brasileiro, e por isso temos nos aproximado tanto – eu acho, não é? Claro que aqui nós somos 81, mas V. Ex^a é um daqueles que eu aprendi a respeitar pela tranquilidade, pela firmeza e pela forma como se coloca quando é chamado a usar a palavra, como foi neste momento, elogiando uma entidade aqui. Porque o Interlegis é praticamente uma entidade, que cumpre um papel fundamental, e, às vezes, nós que estamos aqui há tanto tempo não damos o devido valor. Mas V. Ex^a, com esse olhar da águia – e sinto isso como elogio, porque a águia está lá em cima olhando tudo que está acontecendo aqui embaixo – e, como eu gosto de dizer, com a sabedoria dos mestres e com a garra dos tigres vem à tribuna, com a maior tranquilidade, e fala do Interlegis. O Interlegis, de fato, é esse gigante, no bom sentido, porque ele permite, inclusive, que façamos teleconferências em todo o Brasil sobre um tema como, por exemplo, a terceirização – estou viajando aos Estados para tratar desse tema. O Interlegis tem feito uma parceria com as Assembleias; o Interlegis tem feito um grande trabalho. E eu lhe confesso que eu nunca tinha vindo à tribuna falar do Interlegis, mas foi a provocação de V. Ex^a que me deu essa oportunidade. Eu sempre digo que é com humildade e tranquilidade que os grandes homens mostram toda a sua qualidade e competência, como V. Ex^a fez neste momento.

Eu quero me somar ao seu discurso e até pedir desculpa ao Interlegis, que inúmeras vezes abriu aquele espaço: “Paim, quer fazer teleconferência? Pode fazer teleconferência com todas as assembleias e discutir o tema que entender melhor.” Eu fui lá inúmeras vezes, mas nunca tinha vindo à tribuna agradecer. V. Ex^a está me dando esta oportunidade e, por isso, peço desculpas ao quebrar o protocolo e fazer um aparte, para me somar ao seu discurso, se assim V. Ex^a permitir.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Sr. Presidente, se me permitir, gostaria de dizer que nós temos que ressaltar também o grande papel da TV Senado, da Rádio Senado, da Agência de comunicação desta Casa, bem como do Prodasen, como disse anteriormente, quer dizer, grandes instrumentos que nos permitem interagir cada vez mais com a nossa população.

Daí por que devo fazer também, oportunamente, se V. Ex^a não o fizer, algumas considerações, alguns registros sobre esses instrumentos tão importantes para a sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. E conte com o meu apoio. Quero estar junto nesse momento para cumprimentar todo o Sistema de Comunicação da Casa, que cumpre um papel. Agora mesmo estava aqui uma diretora da TV Senado. Ela está preocupada porque há audiências fora do Congresso e nós temos uma sessão aqui, hoje à tarde. Como é que combina para atender todos? Isso mostra o esforço de todo o Sistema de Comunicação do Senado.

E, para não dar ciúmeira, quero também cumprimentar a Segurança do Senado; para não dar ciúmeira, a Taquigrafia do Senado; os profissionais que atuam aqui ao nosso lado, os que pegam o nosso pronunciamento todo o dia e fazem a mediação; enfim, todos os profissionais da Casa.

Mas, quanto à Segurança – isso aqui também não é rasgação de seda –, houve momentos de impacto aqui, quando eu tive de entrar, por exemplo, na última sexta-feira, com 300 idosos, e eles, com paciência, eu mais nervoso que eles: “calma, Senador, nós vamos atendê-lo. Senador, aqui, a gente segue a orientação clara da Presidência, mas vamos atendê-lo também.” Ao fim, conseguimos chegar a um grande entendimento: os idosos todos entraram, ficaram nas galerias, ficaram aqui dentro. Combinamos agora que eles ficarão nas galerias, terão um espaço nas comissões, para assistir a todos os debates. Acho que a Casa é assim.

Neste momento em que olho as galerias lotadas, assistindo ao pronunciamento de V. Ex^a, Senador, que tem feito aqui elogios enormes ao Sistema de Comunicação da Casa, eu também quero me somar aos elogios, falando também da Segurança. Aqui, no Senado, eu nunca vi ninguém bater em manifestantes, procuram sempre dialogar, claro, protegendo a instituição, o Parlamento. Então, quero até pedir

desculpa a alguns seguranças, se eu fui meio duro com eles, porque naquela ânsia de permitir que o povo entre, às vezes eu me imponho um pouco mais do limite que me dou. Mas eles, sempre muito tranquilos, em nenhum momento criaram obstáculo para permitir que as pessoas assistam, dentro do limite, claro, aos debates aqui na Casa.

Por isso eu quero me somar a esse elogio que fizemos hoje a todo o corpo de funcionários do Senado da República.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Agora o senhor vai me permitir falar de uma categoria. Aliás, não sei como nós poderíamos chamar. V. Ex^a, que tanto tem se preocupado com as relações de trabalho, eu queria também me referir à base da pirâmide organizacional, não do Senado, mas daqueles que integram também toda essa estrutura, que são os terceirizados. Eu vejo, cumprimento, abraço, muitas vezes eu beijo pessoas simples da nossa sociedade, que moram na periferia da Capital da República, os nossos terceirizados, que fazem os serviços braçais, mas tão importantes quanto aqueles que nós fazemos também. São aquelas pessoas da área de serviços gerais.

E eu me preocupo muito, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quando eu entro em algumas instituições, quer sejam públicas, quer sejam privadas, e eu vejo a segregação – a segregação social, a segregação jurídica no que diz respeito às relações de trabalho. Muitas vezes, tenho entrado em alguns desses ambientes, por exemplo, um restaurante da instituição, que pode ser de uma empresa privada, e vejo, quer seja numa instituição pública, quer seja numa instituição privada, até no restaurante, que os terceirizados têm – e nem sempre têm – uma marmitazinha que trazem de suas casas.

V. Ex^a, durante a sua vida de Parlamentar, tem se dedicado não só a essas questões relacionadas ao trabalho, às relações de trabalho, mas também aos aspectos sociais de todos os estratos da população, especialmente da base da nossa pirâmide social.

Então eu queria lembrar a V. Ex^a que nós temos, nesta Casa... Eu também moro num prédio, num condomínio desta Casa. Também lá eu vejo o quão importantes são aqueles trabalhadores terceirizados para as nossas vidas. Já que nós estamos tocando nesse assunto, aquele trabalhador, aquela trabalhadora que entra nas nossas casas, no aconchego do nosso lar secularmente, o empregado doméstico jamais teve aqueles direitos durante anos, aliás, centenas de anos, e conquistou-os pela luta das lideranças sindicais da categoria dos domésticos. E V. Ex^a foi uma exceção maior a serviço dessas categorias profissionais que não tinham o direito que muitos outros conquistaram.

Então, são características, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas, Senador, permita-me.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – ... são qualidades que V. Ex^a tem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E V. Ex^a também tem, por isso trouxe um assunto que parece pequeno, mas é grande, à tribuna e dá a oportunidade – permita-me neste momento – de nós falarmos dos terceirizados.

Eu estou viajando a todos os Estados. Vou a seu Estado e quero V. Ex^a na mesa conosco, em nome da Comissão de Direitos Humanos, até porque eu relato um projeto da terceirização lá na Comissão de Direitos Humanos. Já fui a Minas, São Paulo, Rio, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Pernambuco. O oitavo vai ser o Ceará. E vou passar nos 27. Qual é o eixo do debate? A situação dos terceirizados no País, porque exatamente eu vejo aqui na Casa, e V. Ex^a relatou. Para quem está ouvindo, quem pensa que a terceirização vem para melhorar, veja o depoimento não meu, mas do Senador Elmano Férrer, porque ele dá o depoimento de como vê os terceirizados no Congresso.

Calcule o senhor, que é bancário, que é comerciário, que é metalúrgico, que é professor, que é enfermeiro. Vocês todos serão terceirizados. Como é que você vai chegar ao hospital, e você não é mais funcionário do hospital? Você é lá de uma empresa x ou y que mantém um escritório. Como é o caso daqui. Em seguida, as empresas fecham as portas, vão embora, os funcionários ficam aqui nos procurando, e nós – eu agradeço também à direção da Casa – vamos à direção da Casa, que tem que bloquear os pagamentos à terceirizada, senão ela não paga aos trabalhadores que estão aqui, às vezes, sem dinheiro sequer para voltar para casa, sem o tíquete-alimentação, sem o tíquete para pegar o ônibus, o transporte. Enfim, essa é a situação dos terceirizados no Brasil hoje.

Então, não podemos aceitar que o projeto que veio da Câmara, que aqui é o PL nº 30, de 2015... Na Comissão, já fizemos meia dúzia de audiências públicas, fizemos um debate aqui neste plenário e vamos a todos os Estados, sempre na assembleia legislativa. Dentro do possível, inclusive a TV Senado acompanha. Se não acompanha, nós gravamos lá, depois é reproduzido aqui e vamos fazer um documentário para mostrar a realidade dos terceirizados no Brasil.

O seu depoimento, se V. Ex^a permitir, nós pegaremos depois a gravação e mostraremos também nos Estados. Se dentro do Congresso acontece o que o senhor relatou aqui, calcule o que está acontecendo no resto do País e como será se os 40 milhões de trabalhadores que têm a carteira assinada passarem a ser, como eu digo, trabalhadores de aluguel, porque é assim que eles se sentem. A cada momento são jogados para um lado ou para outro e não têm identidade nenhuma mais com a empresa chamada matriz, a empresa mãe. Por isso o número de acidentes: de cada dez, oito são de terceirizados; de cada cinco mortes, quatro são de terceirizados; a cada cem ações na Justiça, proporcionalmente 80 são contra as empresas terceirizadas.

Por isso todo o Judiciário – todo o Judiciário –, tomo a liberdade de dizer aqui, porque não quero cometer erro de falar do Ministério Público ou de falar do TST, é contra terceirizar da forma como veio da Câmara dos Deputados o projeto, dizendo que não há mais atividade-fim. Tudo será terceirizado, quando queremos – e é a sua luta, é a minha luta – trazer os hoje terceirizados para ter os mesmos direitos que outros trabalhadores: refeitório, transporte, trabalho igual e salário igual, responsabilidade solidária, participar da CIPA, do mesmo sindicato da empresa matriz. É esse o caminho que nós estamos construindo.

Mais uma vez, rendo minhas homenagens a V. Ex^a, que me deu a oportunidade de falar da terceirização, que é um tema, como diz V. Ex^a, para nós que nos dedicamos tanto ao mundo do trabalhador, da maior gravidade, pela forma como eles querem transformar a vida do assalariado brasileiro, tudo em terceirizado e praticamente fruto de um escritório que a qualquer momento fecha as portas, como fizeram muito no Rio Grande do Sul – eu acompanhei lá –, muitos inclusive da própria Petrobras.

Negocieei recentemente, na Petrobras, uma situação dessas. Eu, que nunca tinha entrado num escritório da Petrobras, como fui fazer um debate sobre terceirização no Rio de Janeiro, terminou no meio da noite, liguei para o diretor – quero aqui cumprimentar o diretor – que me recebeu e resolveu, em grande parte, o problema que eu levei para ele sobre o que estão fazendo as empresas terceirizadas.

A Petrobras tem muita gente de valor. Quero cumprimentar esse diretor que recentemente assumiu. Eu levei essa questão para ele. E, no caso de Rio Grande, os trabalhadores estavam acorrentados em frente à empresa, como um protesto, querendo uma solução. Ele disse: “Diga para eles que não fiquem mais acorrentados. Dentro de uma semana, eu resolvo

a situação deles". E não é que resolveu? O Prefeito Lindenmeyer me ligou ainda ontem agradecendo muito. É porque eu estava no Rio, fazendo um debate de terceirização, e fui ao diretor da Petrobras que resolveu a questão.

Ficam aqui meus cumprimentos à nossa Petrobras, que, de fato, é um gigante brasileiro. Nós temos a obrigação de estar com ela, de caminhar com ela. Lembro aquele *slogan* da nossa infância: "O petróleo é nosso. A Petrobras é nossa".

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Por último, Sr. Presidente, quero dizer que estarei de braços abertos para recebê-lo, juntamente com outros companheiros, em Teresina, na nossa capital e no nosso Estado do Piauí.

Bom final de semana. Um abraço. Até a próxima.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Obrigado, Senador Elmano Férrer. Meus cumprimentos pelo seu pronunciamento. Estaremos lá na capital, sim. Vamos ajustar inclusive com a sua assessoria uma data para construirmos juntos o evento na Assembleia.

Assim nós concluímos os trabalhos de hoje, na esperança muito grande de que Deus ilumine os nossos passos, ilumine esta Casa, ilumine a Presidente da República. E que ela pense um pouco mais do que só vetar, vetar e vetar. Não é por aí o caminho. Depois, ficamos consertando uma saída para o veto não cair. Por que não dialogar em cima da matéria aprovada e ver o que dá para ajustar? Então, o apelo que fica. Sei que as entidades sindicais, todas as entidades de aposentados e pensionistas lançam uma campanha. Não vete o reajuste, que não vai ser de mais de 1% ou 2%, conforme do PIB, para os aposentados.

Fica aqui também o meu apelo. Estou também nessa campanha.

Presidenta Dilma, não vete o reajuste dos aposentados do Regime Geral da Previdência, onde a ampla maioria ganha menos que quatro salários mínimos. Noventa por cento ganham até quatro salários mínimos. Eu diria que 80% ganham até dois salários mínimos.

Obrigado. Obrigado. Obrigado.

Que Deus ilumine todos nós.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 8 minutos.)

Ata da 118ª Sessão, Especial, em 10 de julho de 2015

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência do Sr. Paulo Paim.

(Inicia-se a reunião às 14 horas e encerra-se às 15 horas e 37 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão especial destina-se a celebrar o aniversário de 65 anos da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), nos termos dos Requerimentos nºs 272 e 647, de 2015, de autoria deste Senador e de outros.

Vamos de imediato à composição da Mesa.

Chamamos, em primeiro lugar, com enorme satisfação, a presidenta da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), Srª Margarida Lopes de Araújo. *(Palmas.)*

Chamamos, neste momento, a presidenta da Fundação Anfip de Estudos da Seguridade Social, Srª Aurora Miranda Borges. *(Palmas.)*

Chamamos, neste momento, o presidente da Federação das Associações e Departamentos Sindicais de Aposentados, Pensionistas e Inativos em Geral do Distrito Federal (FAP/DF), Sr. João Florêncio Pimenta, que aqui representa também a Cobap. *(Palmas.)*

Convidamos o presidente do Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (Instituto Mosap), Sr. Edson Guilherme Haubert. *(Palmas.)*

E, por fim, chamamos o coordenador do Conselho de Representantes da Anfip, Sr. Ademar Borges. *(Palmas.)*

Convido a todos para, em posição de respeito, acompanharmos o Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Na sequência, convido a todos para acompanhar agora a execução do Hino da Anfip e a exibição de um vídeo institucional. Podemos todos nos assentar para assistir ao vídeo e, ao mesmo tempo, ouvir o Hino da Anfip.

(Procede-se à apresentação de vídeo e à execução do Hino da Anfip)

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Nós acertamos aqui com a Mesa que o primeiro convidado ou convidada – no caso, convidada – a usar a palavra será a presidenta da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), Srª Margarida Lopes de Araújo.

Mas, antes mesmo de ela usar a palavra, eu quero dizer que recebi o livro *Análise da Seguridade Social*, produzido pela Anfip e pela Fundação Anfip de Estudos da Seguridade Social, do ano de 2014, que será lançado oficialmente na quarta-feira, dia 15, às 9 horas, na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados. Então, todos estão convidados.

Esse livro é muito interessante, porque contrapõe-se àqueles que insistem em dizer que a nossa Seguridade Social, que a Previdência está falida. Então, mais uma vez, eu convido aqueles que pensam diferente – pensar e defender posições diferentes é normal – que leiam os livros da Anfip. Se puderem, leiam todos, mas pelo menos os de 2013 e 2014, onde se mostra claramente que a nossa Seguridade Social tem um orçamento que se aproxima dos R\$700 bilhões e que gastou, para o atendimento da nossa população, no mínimo, R\$54 bilhões a menos. Isso significa que há um superávit de R\$54 bilhões.

Então, não me venham dizer sempre um discurso esfarelado, sem nenhum tipo de conteúdo, de querer mostrar para o País que a nossa Seguridade, a Previdência está falida. Não está falida, e eu repito aqui, Marga-

rida, antes da sua fala, que esses dados não são do Paim, não são do Dieese, não são das centrais sindicais, não são das confederações: são da Anfip (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil), são dos auditores-fiscais da própria Receita Federal. Então, ninguém crie dúvida quanto a isso.

E, quando me dizem também que, por exemplo... Eu me refiro aos companheiros da Cobap agora, mas a Anfip é uma entidade que tem nos ajudado muito nessa construção coletiva de subsídios e dados.

Nesta semana, aprovamos aqui o texto principal, num esforço grande. Aprovamos, é bom dizer, por unanimidade, porque houve uma emenda e, se essa emenda fosse aprovada, o projeto voltaria para a Câmara; como o texto principal foi por votação simbólica, foi por unanimidade. Com essa aprovação, o que nós derrotamos, por 35 a 24, foi uma emenda que faria com que o projeto voltasse para a Câmara dos Deputados. E ali nós asseguramos o quê? Que ao aposentado do Regime Geral da Previdência é assegurado pelo menos a inflação mais o PIB.

Infelizmente, o PIB tem sido negativo nos últimos anos – eu queria um PIB positivo –, mas dizer que o gasto é de R\$9 bilhões por ano, R\$5 bilhões por ano é totalmente infundado. Oxalá o PIB subisse nos próximos anos, mas a economia não me mostra isso. Eu diria que talvez chegue a R\$5 bilhões, R\$6 bilhões depois de 4 anos, porque, no primeiro ano, será de R\$250 milhões; no primeiro ano, o PIB foi negativo, será zero; no outro ano, poderá ser em torno de R\$1,5 bilhão; e, no outro, em torno de R\$3 bilhões, se o PIB subir, o que infelizmente não é o que mostram os dados.

Então, mais uma vez, na abertura dos trabalhos, eu queria fazer um apelo à Presidenta da República: não vete o projeto que vai atender os mais pobres deste País, porque a ampla maioria do Regime Geral da Previdência ganha até três salários mínimos. É esse o público que nós estamos olhando.

Fica aqui o pedido, Senhora Presidenta. O projeto já está na sua mesa, e são 15 dias úteis para o veto ou não. Então, em nome de todos os trabalhadores do País, em nome daqueles que ganham mais que três salários mínimos, peço a Vossa Excelência que não vete o projeto. Eles estão torcendo para os mais pobres, como é o caso aqui da Anfip, que é solidária, que é parceira, que contribui com dados, com números, para mostrar que é possível atender ao mínimo que os trabalhadores pedem. Se houver crescimento da massa salarial, se houver crescimento do Produto Interno Bruto, que é o PIB, pelo qual é dado o reajuste ao mínimo, quando houver, vamos nos lembrar dos homens e das mulheres de cabelo branco e vamos dar a eles o mesmo percentual de reajuste. *(Palmas.)*

É com esta fala que faço esta introdução rápida, mas homenageando a Anfip, porque a Anfip é que nos prova que é possível dar, sim, o reajuste aos aposentados e pensionistas.

Então, neste momento, com enorme satisfação, passo a palavra à Sr^a Margarida Lopes de Araújo, presidente da Anfip. *(Pausa.)*

A SR^a MARGARIDA LOPES DE ARAÚJO – Quero cumprimentar a Mesa, na pessoa do Senador Paulo Paim, que gentilmente pediu esta sessão solene, o que muito nos honra. Em nome dele, eu cumprimento todos os colegas da Mesa: a minha companheira Aurora, presidente da Fundação Anfip; o nosso colega Edison, do Mosap, que todo mundo conhece, um incansável batalhador; o coordenador do nosso Conselho de Representantes e o nosso querido amigo João Pimenta, que coordenou e trouxe aqui para o nosso público, todos vocês que estão nos assistindo, a quem eu agradeço muitíssimo a presença. *(Palmas.)*

Isso, porque, se não fossem vocês aqui, estaria vazio este ambiente. Então, muito obrigada por vocês terem comparecido.

E o Senador já disse, somos parceiros, porque defendemos, está no nosso DNA – auditores da Receita Federal do Brasil, oriundos da Previdência Social – defender as causas mais importantes da sociedade brasileira, e não há dúvida nenhuma de que esta causa dos senhores é uma das mais importantes da nossa sociedade. É a solidariedade que nos move e, por isso, defendemos essa causa e ficamos muito felizes com esse projeto que foi aprovado, e nos juntamos aqui ao Senador, para pedir à Presidente Dilma que não vete esse projeto. Seria muito ruim, seria uma maldade extrema se ela vetasse.

É, com muita satisfação, muita honra, que eu estou aqui hoje para falar sobre os 65 anos da Anfip. Esta sessão solene, solicitada pelo Senador, é mais um reconhecimento pela luta da nossa entidade, que registra em sua história muitas conquistas e ações voltadas, principalmente, para a valorização dos auditores fiscais da Receita Federal do Brasil e do trabalho dos seus associados. Aliás, mais do que honrada, sinto-me verdadeiramente emocionada com a presença dos senhores, e é, de fato, esta uma data histórica, pois são poucas as instituições que podem comemorar tantos anos de existência – 65 anos!

Nossa entidade tem ajudado a construir a História recente do Brasil. Este é um país novo, especialmente diante de outras nações milenares, e isso aumenta a importância de se ter uma instituição associativa completando seis décadas e meia de existência. A Anfip dedicou a vida à melhoria das condições de trabalho e

remuneratórias dos auditores fiscais da Receita Federal do Brasil, mas também sempre se preocupou com os trabalhadores do regime geral e toda a sociedade brasileira.

Se, por um lado, lutamos e lutaremos sempre pela valorização dos auditores fiscais da Receita, jamais esquecemos a importância de nossa atuação para o fortalecimento democrático do Brasil, com a garantia de acesso de todos os brasileiros a um sistema tributário justo e aos benefícios previstos na rede de seguridade social, construída também com o apoio da Anfip.

As origens da Anfip e da carreira de auditoria fiscal estão ligadas à defesa da seguridade social. Os auditores fiscais sempre se empenharam na arrecadação das contribuições previdenciárias destinadas ao pagamento dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social. A Previdência é um projeto reconhecido mundialmente e garante a sobrevivência de milhões de brasileiros.

Aproveito para convidar todos, como fez o Senador, para o lançamento da nossa publicação *Análise da Seguridade Social*, na próxima quarta-feira, dia 15 de julho, às 9 horas, na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, que será presidida pelo nosso amigo e nobre Deputado, e também, como o Senador, um incansável defensor dos direitos dos trabalhadores e servidores públicos: o nosso querido Deputado Federal Arnaldo Faria de Sá. Essa publicação é uma referência no estudo do sistema de seguridade social e, mais uma vez, desmente o discurso de que há déficit na Previdência. Em 2014, a Previdência Social teve um superávit de quase 54 bilhões, mais exatamente, R\$53,892 bilhões – os dados estão nesse panfleto que receberam, que foi distribuído aos senhores.

Tendo em vista que há recursos na Previdência, não podemos deixar de nos congratular com o Congresso Nacional pela recente aprovação da extensão da regra de valorização do salário mínimo para aposentadorias e pensões maiores que o piso do regime geral, por meio de uma emenda à medida provisória, que o próprio Senador já colocou e que muito nos alegrou ter sido aprovada no Senado. Vamos rezar para que a Presidente Dilma Rousseff não vete tão importante medida, que garante a manutenção do poder aquisitivo dos aposentados. O modelo atual de reajuste das aposentadorias é absurdo e pune qualquer trabalhador que recebe mais de um salário mínimo e, se a regra não mudar, é questão de anos para que todos os aposentados recebam tão somente um salário mínimo.

Há, sim, recursos, para melhorar as condições de vida dessa expressiva parcela da população. Não é justo que todos sejam rebaixados pelo mínimo, que nós sabemos que não é suficiente para que as pessoas tenham uma vida digna, com todas as suas necessidades, inclusive no final, na sua velhice, quando mais precisam de remédios e de um conforto melhor.

Assim, a Anfip também defende a aprovação do Projeto de Lei nº 4.434, de 2008, que corrige o valor das aposentadorias do INSS pelo número de salários mínimos na época da concessão, mas, por outro lado, não podemos deixar de lamentar, Senador, a aprovação, pela Câmara dos Deputados, do projeto de lei da terceirização. É triste constatar que a proposta precariza as relações de trabalho e fragiliza a organização dos trabalhadores, cedendo à força do capital estrangeiro, do capital financeiro. Resta-nos a tramitação no Senado Federal, e a Anfip quer se articular com os Senadores para que essa excrescência não seja aprovada.

Outra das nossas lutas é para que o Congresso aprove a PEC 555, de 2006, que acaba com a cobrança previdenciária dos servidores inativos. Somos os únicos que contribuímos mesmo depois de aposentados. A PEC 555 é uma proposta simples, com impactos financeiros mínimos para os cofres da União, mas que resultará em significativa melhora de vida para os servidores aposentados e para os pensionistas.

É hora de dar um basta nesta taxação inaceitável! Assim como os senhores, nós, servidores públicos, somos sempre chamados a pagar a conta, a conta que nós não fizemos. Isso não é justo! E, portanto, lutamos para que tudo isso seja recuperado para os servidores e para os trabalhadores.

Importante lembrar que a valorização dos auditores fiscais é essencial para o bom funcionamento da máquina pública e de toda a sociedade, já que é o trabalho do auditor que garante a arrecadação dos recursos para o desenvolvimento das políticas públicas voltadas para os brasileiros. Assim, ganham importância temas como a indenização de fronteira, que virou lei há mais de dois anos, mas que o Governo insiste em não regulamentar, e a PEC nº 391, de 2014, que fixa parâmetros para a remuneração da classe – proposta de emenda à Constituição agora apensada à PEC 63, de 2015, que trata de assunto semelhante. Defendemos também a PEC 186, de 2007, que assegura autonomia à administração tributária, e a Lei Orgânica do Fisco.

Feito o registro de apenas alguns dos temas importantes defendidos pela Anfip, concluo dizendo que o reconhecimento de todo o trabalho desenvolvido pela entidade, ao longo dos seus 65 anos, aparece em várias frentes: são inúmeros os projetos de lei apresentados no Congresso Nacional por sugestão ou com base nos dados da Anfip; diversas universidades usam nossa produção e nossas publicações em suas aulas; o próprio Governo, muitas vezes, tem-nos como referência; e não foram poucas as conquistas, administrativas ou jurídicas,

em defesa dos associados. A verdade é que, de 22 de abril de 1950 até a presente data, muita coisa aconteceu, mas algo permaneceu inalterado: o compromisso da Anfip com os seus associados e com a sociedade brasileira.

Muito obrigada! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esta foi a Presidenta da Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), Sr^a Margarida Lopes de Araújo.

Eu quero informar que recebi o seguinte comunicado:

À Diretoria da Anfip – Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil.

A Diretoria Executiva da Geap – Autogestão em Saúde, impossibilitada de comparecer à audiência pública, vem por intermédio desta saudar a iniciativa do Senador Paulo Paim de convocar essa audiência com o intuito de homenagear os 65 anos de existência da Anfip.

A Anfip, nesses 65 anos de existência, tem defendido os interesses imediatos e históricos de toda a classe que representa em todo o Território nacional, sendo uma referência de luta, não só para a sua categoria, mas também para a toda a sociedade brasileira.

Que a parceria Anfip/Geap continue sendo profícua, sempre visando defender e fortalecer as entidades e os servidores públicos federais de todo o Brasil!

Desejamos vida longa à Anfip, com muitas lutas e vitórias.

Cordialmente, Luís Carlos Saraiva Neves, Diretor Executivo. (*Palmas.*)

Eu entrego em mãos à Presidenta da Anfip.

Fica aqui também o registro dos seguintes convidados que foram encaminhados à mesa: Vice-Presidente de Assuntos de Seguridade Social da Anfip, Sr^a Tereza Liduína Santiago Félix; a Vice-Presidente de Relações Públicas da Anfip, Sr^a Maria Aparecida Fernandes Paes Leme; e o Presidente da Associação dos Fiscais Federais Agropecuários (Asfagro), Sr. João Bosco Siqueira da Silva.

Palmas para todos na figura do último registro aqui feito! (*Palmas.*)

E quero dizer também, minha querida Margarida, que, quando você lembra, aqui, a terceirização, eu recebo essa sua fala com muita alegria. Nós estamos viajando todos os Estados do País, a Anfip está acompanhando. Já fomos a Minas, fomos ao Paraná, a Santa Catarina, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo, Pernambuco, enfim, fomos já a oito Estados, e, no próximo fim de semana, iremos ao Ceará.

É sempre na assembleia legislativa. Em torno de mil líderes participam, todos dizendo não à terceirização, que não aceitam esse projeto que vem da Câmara, que vai transformar os trabalhadores brasileiros, seja do setor de saúde, da educação, como os professores, enfermeiros, metalúrgico, comerciante, bancário, construção civil, todos em trabalhadores de aluguel. Não pertencerão mais a esta ou àquela empresa; pertencerão a um escritório e esse escritório os alugará para uma ou outra empresa, conforme a produtividade do momento.

Diversos países já rejeitaram essa lei. Aqui no Brasil, podem ter certeza absoluta de que, se depender do Senado da República e deste Senador, que preside a Comissão de Direitos Humanos, esta proposta, que praticamente revoga a Lei Áurea, não passará. Se depender de nós – estou falando aqui da Comissão de Direitos Humanos –, nós a rejeitaremos, porque não vamos permitir que a atividade-fim seja terceirizada. Queremos, pelo contrário, alavancar, melhorar a situação dos hoje terceirizados, que são 12,5 milhões, os quais a gente vê, como foi dado em depoimento inclusive hoje pela manhã, que não têm os mesmos direitos que os outros trabalhadores: ônibus, alimentação, refeitório, a questão da segurança, a questão da entidade sindical, dissídio coletivo, acordo – nada é o mesmo!

Então, fique bem claro aqui neste plenário e para o Brasil: iremos aos 27 Estados. Com uma única palavra de ordem: “Não, não à terceirização!” (*Palmas.*)

Eu queria aproveitar esse momento em que a Presidenta da Anfip falou. E eu sei que ela quer nos entregar uma placa, e acho que o momento adequado é esse. Nós recebemos, logo após a sua fala, então – e pode usar daqui.

A SR^a MARGARIDA LOPES DE ARAÚJO – Eu gostaria de chamar os meus colegas da Anfip, para subirem aqui, para, juntos comigo, entregarem a placa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu convido o Senador Telmário Mota para sair conosco aqui, porque essa placa que eu receberei, com certeza, é em nome de todo o Senado.

A SR^a MARGARIDA LOPES DE ARAÚJO – Eu quero convidar também o presidente da nossa estadual de Goiás, o Crésio; também o presidente da Acafip, o Floriano; a Lea, da Afip-DF; todos os colegas da Anfip, para, juntos, entregarmos a placa aqui ao Senador.

Esta placa deveria ter sido entregue lá na nossa Convenção Nacional, em Maceió, para que o Senador foi convidado e onde seria homenageado. Mas ele não pôde comparecer, pelos seus inúmeros compromissos, então nós fazemos isso neste momento, Senador, e entregamos-lhe esta placa pelos seus trabalhos realizados.

O senhor pode ler, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Farei a leitura: uma homenagem especial a um querido amigo, o Senador Paulo Renato Paim, que, com toda a sua trajetória política, como Deputado Federal e Senador, dedicou-se à defesa dos direitos sociais, da Previdência e do serviço público; pelo seu protagonismo, atuação nas causas dos aposentados e dos pensionistas e de todos os trabalhadores brasileiros, nosso grande agradecimento – Conselho Executivo, Anfip.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª MARGARIDA LOPES DE ARAÚJO – Parabéns, Senador. O senhor merece.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eles estão pedindo que eu abaixe a placa, porque só aparecia a placa, e nós não aparecíamos.

Muito obrigado.

A SRª MARGARIDA LOPES DE ARAÚJO – Muito obrigada.

O senhor é uma referência para a Anfip e para todas essas pessoas que aqui estão. Por isso, eu acho este momento muito adequado para fazer essa homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Obrigado, Presidenta. (*Palmas.*)

Retornamos aos nossos lugares, para continuar a nossa homenagem de hoje aos 65 anos da Anfip.

Eu queria, de imediato, chamar, para usar a tribuna, o nobre Senador Telmário Mota, que, ainda hoje pela manhã, já anunciava que se faria presente nesta sessão da tarde – ele, que conhece muito bem o trabalho da nossa Anfip.

O Senador Telmário Mota vai à tribuna, e, enquanto vai à tribuna, eu agradeço muito essa pequena, mas grande homenagem que a Anfip nos faz neste momento, entregando-nos essa placa exatamente na data em que festeja 65 anos de luta.

Uma salva de palmas ao Senador Telmário Mota, que já está na tribuna. (*Palmas.*)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim; Senadores, Senadoras; ouvintes da Rádio Senado; telespectador e telespectadora da TV Senado; público presente, quero aqui cumprimentar a Mesa, Senador Paim: a Srª Margarida Lopes, a Srª Aurora Maria Miranda, o Sr. João Florêncio Pimenta, o Sr. Edison Guilherme e o Sr. Ademar Borges.

Sr. Presidente, desde a manhã, eu estava fazendo como no meu Estado, monitorando o horário desta sessão especial, porque, para mim, ela tem três grandes razões para eu estar aqui presente, participando, efetivamente, dessa honrosa lembrança e comemoração dos 65 anos da Anfip.

Primeiro, porque o Senador Paim é uma pessoa por quem tenho um carinho imensurável, pela pessoa dele, pelo Parlamentar, pelo homem público, pela responsabilidade, pela índole, pelo caráter, pela lealdade e, sobretudo, pela sua humildade, a sua paciência e essa vocação que ele tem para ser um Parlamentar. Acho que o Paim não sabia ser outra coisa, por isso que ele saiu de operário – era o que, Senador Paim?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Era metalúrgico.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – De metalúrgico para vir para este Parlamento. Essa é uma das razões para prestigiar esse evento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ele está dizendo, meus amigos metalúrgicos, que eu estava na profissão errada; eu tinha que ser Deputado ou Senador mesmo.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – É, ele encaixou bem.

Segundo, vim aqui prestigiar todos os membros da Anfip, porque eu fui, numa instituição financeira privada, auditor por oito anos, e era meu sonho. Implantei, no meu Estado, o controle externo do Tribunal de Contas, quando foi implantado no Estado de Roraima – sou daquele novíssimo Estado –, e sempre tive uma admiração enorme pela auditoria, pela forma como se trabalha. É o âmago; o médico do coração é a auditoria.

E, principalmente, porque, lamentavelmente, como costume dizer, o Brasil saiu da ditadura militar para a ditadura da corrupção. Não estou dizendo que é partido A, partido B, que é esse ou aquele segmento, mas temos que ter cuidado, porque o Brasil me parece que está tendo uma crise endêmica nesse sentido de corrupção: corrupção da Petrobras, corrupção do INSS, etc. Todo dia a Polícia Federal sai com uma operação. Imaginem – eu fico me colocando na qualidade deles – os auditores, que são realmente, como dizem no Nordeste, os que mexem com todo esse processo.

Então, sem nenhuma dúvida, é um momento ímpar no Brasil que estamos vivendo. Acho que é um momento de transformação, de consolidação. E a categoria tem muita importância, sem nenhuma dúvida, no que diz respeito à normalidade, à regularidade, às auditorias e à coisa pública.

Por isso, fiz um singelo discurso. Eu não poderia jamais deixar isso passar em branco, Sr. Presidente.

É com muita satisfação que me associo, junto aos nobres colegas, principalmente ao Senador Paim, a essa justa homenagem pelos 65 anos de existência da Associação de Auditores da Receita Federal do Brasil, a honrosa Anfip. Sem nenhuma dúvida, sabem tudo nesse sentido.

Confesso que até me sinto um pouco entre os homenageados, por já ter exercido, como falei há pouco, a auditoria em uma instituição privada.

Posso dizer, Sr. Presidente Paim, que se trata de uma das mais importantes funções dentro de uma organização, seja ela na esfera pública ou na iniciativa privada. Sim, pois é por meio da auditoria financeira e todas as demais auditorias que se dá o devido lastro técnico e a necessária segurança técnica para que, da melhor maneira possível, a instituição possa cumprir a sua missão institucional.

Assim fazem os auditores fiscais, minhas senhoras e meus senhores. É pelo árduo e dedicado trabalho desses conceituados profissionais que o Estado consegue lastrear e exercer o seu papel institucional.

Aprovados em um dos mais difíceis e rigorosos concursos públicos de nosso País, com uma concorrência fantástica, porque todo mundo quer ser auditor fiscal, principalmente da Receita Federal, por tudo o que representa, por esse lado bonito que é ser auditor e por essa grande responsabilidade que realmente carregam todos – concluindo, Sr. Presidente –, os auditores fiscais da Receita Federal do Brasil formam, sem dúvida alguma, uma das mais respeitadas e admiradas burocracias de todo o aparato público.

São sinônimos, ainda, de correção e estrito cumprimento do dever legal. Costumam fazer da sua missão profissional um verdadeiro sacerdócio, dedicados que são ao serviço público e à causa do bem-estar do nosso povo.

Sem nenhuma dúvida, a gente nunca vê, Sr. Presidente, auditores... Aqui e acolá, a gente vê esse ou aquele segmento envolvido nisso ou naquilo outro, mas os auditores trabalham com tanto amor, com tanta dedicação, a causa é tão nobre, eles têm a responsabilidade tão acentuada, que, dificilmente, se vê um auditor envolvido em qualquer tipo de irregularidade ou desvio de função.

É claro que todos nós aqui, especialmente na época de prestar as contas com o “leão” – porque o leão tem hora que assusta, não é? – do imposto de renda, desenvolvemos certo temor ao trabalho de vocês. É natural, diante da grande carga tributária que hoje pesa dolorosamente no bolso de cada brasileiro e de cada brasileira.

Mas somos todos sabedores, também, que exercem a sua missão, muitas vezes árdua e difícil, com o objetivo de fortalecer o Estado e suas possibilidades de melhor servir à população e ao Brasil. Se os recursos arrecadados algumas vezes não chegam ao seu destino correto, não será por causa dos trabalhos dos auditores fiscais, que realizam a sua tarefa de maneira digna, honesta e extremamente dedicada.

São homens e mulheres, Sr. Presidente, que devotam suas vidas e carreiras para o bem do Brasil e de toda a nossa gente. Poderiam amealhar até maiores compensações financeiras na iniciativa privada, mas acabaram optando pela mais nobre das atividades funcionais: o serviço público.

E temos o dever e a obrigação aqui, nesta Casa, de enaltecer quem se dedica amplamente à causa nacional, como os senhores e as senhoras que compõem o quadro de auditores da Receita Federal do Brasil. Somos todos devedores não somente dos tributos que temos a obrigação de pagar, como cidadãos e cidadãos, mas, sobretudo, da elevada dedicação profissional que os auditores fiscais demonstram em suas atribuições diárias.

Um País forte tem que começar, necessariamente, por uma Receita forte.

Quero aqui finalizar, deixar os meus fraternos cumprimentos à Anfip – e a todos os seus nobres e distintos membros –, rogando para que continue a ter uma profícua e patriótica existência. Porque a causa, Sr. Presidente, é muito nobre: é a dignidade, é o fortalecimento e é a existência de uma Nação.

Vocês são o coração e a alma do Brasil!

Meus parabéns, meu muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Telmário Mota, brilhante como sempre.

Eu queria registrar a presença em plenário – e convidá-lo para a Mesa – do Sr. Benedito Adalberto Brunca, que é Secretário das Políticas de Previdência Social, do Ministério da Previdência Social, que veio prestigiar o evento. (*Palmas.*)

Passo a palavra, neste momento, ao presidente do Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas, o Instituto Mosap, Sr. Edison Guilherme Haubert.

O SR. EDISON GUILHERME HAUBERT – Ex^{mo} Sr. Senador Paulo Paim, que preside esta sessão em homenagem aos 65 anos da Anfip; Ex^{ma} Sr^a Dr^a Margarida Lopes de Araújo, presidente dessa associação; Ex^{ma} Sr^a Dr^a Aurora Maria Miranda Borges, presidente da Fundação Anfip; o presidente da Federação das Associações e Departamentos Sindicais dos Aposentados, Pensionistas e Inativos em Geral do Distrito Federal, Sr. Dr. João Florêncio Pimenta; Sr. Dr. Benedito Alberto Brunca, representando neste momento o Ministério da Previdên-

cia e Assistência Social; quero também cumprimentar o Dr. Borges, que está lá do outro lado, se não me falha a memória, de quem não tenho o nome completo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDISON GUILHERME HAUBERT – Dr. Ademar Borges, presidente do Conselho da Anfip – desculpe-me, Sr. Ademar Borges, porque o nomei apenas de Borges, mas Borges lembra também grandes histórias em nosso País.

Quero cumprimentar a todos os ex-presidentes da Anfip, cumprimentar todos os ex-vice-presidentes da Anfip, as senhoras vice-presidentes da Anfip aqui presentes hoje, e quero cumprimentar também todos os filiados dessa grande associação brasileira, a Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Previdência, e o faço em nome do Mosap.

Neste momento, eu chamo também o Doutor João Bosco Siqueira da Silva, que aqui está e que faz parte da nossa diretoria do Mosap. Nós dois aqui, hoje, representamos os demais diretores, os demais integrantes do Conselho Fiscal, Conselho Consultivo, nesta homenagem. Neste momento nós não poderíamos estar fora, ausentes.

Quero saudar também o Senador Telmário Mota, que acaba de se pronunciar e, em nome dele também, saudar os demais Senadores, demais Parlamentares do Congresso Nacional, que sempre estiveram ao lado das grandes questões, das grandes lutas dos trabalhadores brasileiros, dos servidores públicos brasileiros.

É muito importante que a gente esteja aqui, neste momento, para dizer ao Senador Paulo Paim que nós estamos presentes aqui para agradecer por toda a luta que ele vem desempenhando no Parlamento brasileiro, desde quando aqui entrou como Deputado Federal.

Eu e meu filho estivemos no gabinete dele logo no início. Hoje o meu filho já se formou médico, já está na ativa aqui em Brasília. E esses dias ele comentou: “Mas o Senador Paulo Paim já está há muito tempo no Congresso.”

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só não conta a minha idade agora.

O SR. EDISON GUILHERME HAUBERT – “Ele já conseguiu realizar grandes coisas lá no Congresso. Como é que ele consegue fazer isso? Vocês estão lutando ainda, que eu sei, por uma PEC – de cujo movimento você é Presidente –, e vocês não conseguiram ainda essa matéria.”

Eu disse a ele: Nós não conseguimos essa matéria ainda, mas já conseguimos... Porque nós somos solidários aos trabalhadores do Regime Geral...

(Soa a campanha.)

O SR. EDISON GUILHERME HAUBERT – Por isso, nós formamos, no ano passado, a UNA-SE, que é a união do movimento do servidor público brasileiro com a Cobap (Confederação Brasileira de Aposentados), que luta incansavelmente pelo resgate da dignidade e pelo de resgate de direitos adquiridos e ora feridos, muitas vezes, por iniciativas, por ações do próprio Governo.

Então, eu disse ao meu filho: “É verdade que nós não conseguimos tudo ainda, mas nós já conseguimos grandes vitórias”, principalmente neste ano, Senador, por incrível que pareça, diante de um Congresso... não sei qual palavra seria melhor, se estupefato ou esperançoso ou cheio de dúvidas, em face da realidade econômico-financeira mundial, que não é tão grave assim, a não ser em alguns países. E em nome dessa dificuldade financeira, muitas vezes, tiram-se e rejeitam-se direitos sagrados dos trabalhadores e dos servidores públicos brasileiros.

Por isso, eu tenho toda a tranquilidade para, nesta sessão, dizer à Anfip, à sua Presidente, aos seus Vice-Presidentes, às suas Vice-Presidentes que aqui estão hoje e a todos os seus filiados, que é tranquilo para nós fazermos a seguinte afirmação: a Anfip é uma das principais ancoradouras dos direitos previdenciários dos trabalhadores e dos servidores públicos.

Então, estar aqui é motivo de grande alegria para mim, Presidente do Mosap, já há bastante tempo no movimento, juntamente com o João Bosco Siqueira da Silva, que aqui está, à frente, sempre ao lado também das nossas lutas e sempre conosco nas nossas lutas. Quero dizer à Anfip que realmente é motivo de grande satisfação estarmos aqui.

Sobretudo, quero agradecer – e já fiz isso ao Senador Paulo Paim –, também lembrando outro grande batalhador por todos nós, o Deputado Arnaldo Faria de Sá...

(Soa a campanha.)

O SR. EDISON GUILHERME HAUBERT – ... que, num gesto corajoso, na Câmara dos Deputados, conseguiu recentemente colocar a matéria do famoso fator previdenciário. Lá aprovaram a sua mudança e aqui também o Senado acolheu aquela postulação do Deputado Arnaldo Faria de Sá.

E aqui, no Senado, nesta última semana, em que pese ter havido certa insegurança quanto à possibilidade de se votar essa matéria, em face das dificuldades financeiras e até políticas por que passa o nosso País, o Senado teve coragem suficiente, ouvindo as palavras e o chamamento do Senador Paulo Paim...

(Soa a campanha.)

O SR. EDISON GUILHERME HAUBERT – ... secundado também pela presença do Deputado Arnaldo Faria de Sá neste plenário. O Senado votou pela justiça, votou pela paridade. Quando se reajusta o salário mínimo, o mesmo índice deve ser dado a todos quantos ganhem um pouco mais. Não é muito mais, não, mas um pouco mais ou acima do salário mínimo. Foi a maior justiça feita pelo Congresso Nacional.

Neste instante, eu faço um apelo à Presidente Dilma Rousseff para que possa ouvir também os clamores da sociedade. E sociedade é quem a compõe, são os trabalhadores, são os servidores, são os capitães de indústria, é o agronegócio.

(Soa a campanha.)

O SR. EDISON GUILHERME HAUBERT – Enfim, somos todos nós, brasileiros. A maioria do povo brasileiro, há muitos anos, já pede, através dos vários segmentos e movimentos que lutam nessas causas, o fim do fator previdenciário e um reajuste justo para todos os trabalhadores brasileiros.

Então, eu quero cumprimentar, em nome do Mosap, em nosso nome, meu e seu, e em nome de toda a diretoria e de todas as demais 700 entidades que compõem o Mosap do serviço público, o Congresso Nacional.

E, ao cumprimentar o Congresso Nacional, neste momento, também faço um apelo a este mesmo Congresso Nacional, para que possa fazer uma reparação também muito importante para o aposentado...

(Soa a campanha.)

O SR. EDISON GUILHERME HAUBERT – ... e o pensionista do serviço público brasileiro: que possa votar a PEC 555, pela qual já estamos lutando há muito tempo.

Dizendo isso, eu poderia falar por umas duas ou três horas, Senador. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Nós sabemos.

O SR. EDISON GUILHERME HAUBERT – Eu infelizmente não sei ser muito objetivo e curtinho não; mas o que eu tenho que dizer, é o coração que está me dizendo. Ao cumprimentar a Anfip, nós temos a certeza de que o Congresso haverá de entender que pode aprovar essa PEC 555. *(Palmas.)* Porque não há déficit da Previdência, Dr. Brunca. Diga isso ao nosso amigo Gabas. Aliás, não precisa dizer não, porque ele próprio já disse, lá no plenário da Câmara...

(Soa a campanha.)

O SR. EDISON GUILHERME HAUBERT – ... que não há déficit da Previdência.

Portanto, eu faço esse apelo e cumprimento todos os trabalhadores, todos os servidores, cumprimento todo o povo brasileiro por ter homens que ainda se sensibilizam. E que eles também possam sensibilizar a quem poderá, através de veto, quem sabe, complicar um pouco mais.

Parabéns à Anfip, parabéns a todos vocês, e vamos em frente. Nós, brasileiros, nós acreditamos neste País. *(Palmas.)* Nós não vamos perder a esperança neste Brasil. Vamos ajudar a construí-lo e buscar aquilo que nós todos desejamos, que é a justiça social para todos nós, mas para todos sem exceção.

E parabeno, uma vez mais, a todos vocês, e vamos em frente. Desculpem a minha prolixidade. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Edson Guilherme Haubert, o Mosap, que, como ele disse, fala com o coração e vai usando o tempo que o microfone e o coração permitem.

De imediato eu quero passar a palavra agora para o Sr. Benedito Adalberto Brunca, Secretário de Políticas de Previdência da Previdência Social. Eu estou dando cinco minutos para todos, com uma tolerância quando vejo que tem que haver.

O SR. BENEDITO ADALBERTO BRUNCA – Muito boa tarde, Senador Paim, que preside esta sessão solene; Senador Telmário Mota.

Queria fazer uma saudação. Não poderia deixar de estar aqui presente em uma sessão especial, em uma sessão solene, em homenagem a nossa querida Anfip. Eu estou no serviço público da Previdência Social há

32 anos. Eu já ingressei com todas as orientações e reconhecendo o papel que a Anfip tem e teve sempre na formação dos servidores e no debate acerca das questões previdenciárias de nosso País. Então, eu queria saudar aqui a Sr^a Margarida Lopes de Araújo, Presidente da Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip); a Sr^a Aurora Maria Miranda Borges, da Fundação Anfip; Presidente da Federação das Associações e Departamentos Sindicais de Aposentados, Pensionistas e Inativos em Geraí do distrito Federal – FAP/DF, Sr. João Florêncio Pimenta; Presidente do Movimento de Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (Mosap), Sr. Edison Guilherme Haubert, que me antecedeu; o Sr. Ademar Borges.

Minha referência é em nome de todos os auditores e todos os membros da Anfip. Ao longo de sua história, eu convivi com muitos de seus membros, presidentes e dirigentes. E venho aqui expressar o orgulho de reconhecer sua vitalidade; nós estamos com mais de 90 anos de Previdência, e uma das instituições mais fortes dentro desse contexto é a Anfip, com 65 anos, que cumpre um papel que propicia o debate e propicia todo um enriquecimento, ainda que, em determinados momentos, nós tenhamos posições diferentes. A riqueza é exatamente isto: na diversidade, também reconhecer a virtude de quem está dentro de um bom debate, de um bom diálogo. Por quê? Porque o sistema de previdência brasileiro tem se mostrado cada vez mais vital. Nós estamos hoje com 70 milhões de filiados, estamos com mais de 28 milhões de beneficiários diretos do Regime Geral de Previdência Social, e todo esse trabalho é fruto de um processo histórico de construção do sistema de previdência, da Previdência Social brasileira. E vocês têm de sentir muito orgulho de poder ter feito toda essa caminhada e toda essa jornada.

Vim aqui prestar minha homenagem, em nome do Ministério da Previdência Social, em nome da Secretaria de Políticas, pela qual tenho a oportunidade de, neste momento, estar respondendo. Um abraço a todos e feliz 65 anos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Meus cumprimentos ao Sr. Benedito Adalberto Brunca, que aqui falou em nome do Ministério da Previdência Social.

Mas, olhando para você, Itamar, eu lembrei de algo que eu tenho dito, porque muitos disseram que o Senado é conservador e que agora iria piorar. Com sua presença aqui e essa leva de novos Senadores, eu posso dizer que se enganam. O Senado tem sido progressista e tem estado na linha de frente. Por exemplo, meu amigo Edison: o Senado aprovou, por duas vezes, por unanimidade, o fim do fator; e a Câmara segura; o Senado aprovou, por três vezes, o reajuste integral dos aposentados e, ainda, a recuperação das perdas em cinco parcelas; e a Câmara seguiu.

A Câmara agora mandou para cá, via medida provisória, duas emendas, e o Senado não vacilou, não fez como a Câmara faz, que guarda lá nossos projetos. Fizemos aqui o bom debate e aprovamos os dois. Tanto o fator e, agora, o aumento dos aposentados, nós aprovamos por unanimidade. Houve divergência com relação a uma emenda, mas o que veio da Câmara, nós fizemos aqui o bom debate e não houve um voto contra dos Senadores. Os Senadores não têm deixado mal os aposentados e pensionistas. Mesmo os reajustes dos servidores, todos que vieram para cá, o Senado soube manter a sua posição, olhando que eles estão sem reajuste há 10 anos, 15 anos, muitos há 20 anos.

Por isso eu queria, na figura do Telmário, dar uma salva de palmas para o Senado, para que ele continue nessa mesma linha.

(*Manifestação da galeria.*)

Temos que saber reconhecer. Aqui, no Senado, não se bate em jovem; aqui, no Senado, não se bate em aposentados; aqui, no Senado, em nenhuma vez, nós tiramos a tapa para fora os que vêm aqui fazer pressão popular – como têm que fazer –, como o seu Cunha está fazendo lá, na Câmara dos Deputados. Aqui, no Senado, é diferente.

Esperamos que, quando a PEC 555 venha da Câmara, aprovada, o Senado de novo haverá de corresponder à expectativa do povo brasileiro.

Anteontem, nós colocamos aqui em torno de 400 idosos. Houve um momento tenso, mas, assim mesmo, não foi evacuado, não. Estavam aqui uns 200 – eu acho – e lá em cima uns 300, e o Presidente Renan conduziu de forma tal, orientou, que nas próximas as galerias não serão isoladas, não se vai colocar vidro, como já foi feito aqui, neste Congresso, não se vai proibir a entrada. Entrarão novamente, e pede-se, claro, o nível daquela pressão legítima.

Até eu disse aqui para alguém que contestou a pressão: no tempo em que eu era oposição, eu fazia pressão maior do que essa que eu vi aqui hoje. Lembro que, naquele tempo, nós colocávamos cartazes “Os traidores do povo” para quem votava contra. Era muito mais forte que essa pressão que se faz hoje.

Então, a pressão é legítima, e acho que os servidores, os aposentados, os trabalhadores têm que continuar fazendo pressão. É assim que se escreve a história. Nós não podemos permitir que o Brasil chegue aonde

a Grécia chegou. E por que a Grécia chegou a isso? Reduziu o salário dos aposentados, levou uma política recessiva, desemprego em massa, taxa de juro altíssima, porque foi pelo caminho errado.

Nós, aqui no Brasil, não queremos, porque o dinheirinho que o idoso, o aposentado ganha vai para o mercado interno, reativa o mercado interno, gera emprego.

Não é reduzindo o salário do idoso e do aposentado, gerando uma política de desemprego, que vai resolver. Não é por aí. O caminho correto é não fazer o que a Grécia fez. Até hoje, nós não fizemos e não vamos permitir que façam.

Por isso, eu chamo, com satisfação, o meu presidente dos aposentados e pensionistas aqui de Brasília, Sr. João Florêncio Pimenta, que fala em nome dos aposentados e pensionistas do DF e da Cobap.

Uma salva de palmas para o meu amigo Pimenta.

(Manifestação da galeria.)

Permita, Pimenta, que eu lembre que você foi o grande articulador, junto com a Anfip, naturalmente, para que esses homens e mulheres de cabelos brancos estivessem aqui, deixando registrado, com seu silêncio e com as palmas, que eles querem valorizar os benefícios de todos os aposentados da área pública e da área privada.

Uma salva de palmas, agora, não para o Pimenta, mas para vocês.

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Fale, Pimenta.

O SR. JOÃO FLORÊNCIO PIMENTA – Boa tarde a todos e a todas.

Quero cumprimentar o Senador Paulo Paim, o Senador Telmário Mota e, principalmente, a Dr^a Margarida Lopes de Araújo, em nome de quem cumprimento toda a diretoria da Anfip e todos os associados.

Quero cumprimentar, também, a Sr^a Aurora Maria Miranda Borges, o Sr. Edison Guilherme Haubert, meu amigo particular, o coordenador do Conselho da Anfip, Sr. Ademar Borges e o Sr. Benedito Adalberto Brunca.

Quero, também, cumprimentar todos os nossos convidados da Federação dos Aposentados de Brasília e a nossa diretoria, que compareceu em peso. Muito obrigado a todos vocês por se ausentarem de casa numa sexta-feira, depois de uma semana muito atribulada, lutando, aqui no Senado Federal, para o aumento do salário dos aposentados.

Nós, Senador, ainda estamos com uma grande ressaca, uma ressaca do sonho, uma ressaca das utopias, de que o Brasil ainda vai nos fazer justiça.

O senhor, outro dia, me respondeu a uma mensagem, dizendo: “Pimenta, a luta ainda não acabou. A luta continua.”

Nós precisamos, agora, pedir à Presidente Dilma Rousseff que não vete, porque é questão de justiça e nós clamamos por justiça já há muito. Nós já estamos com a perda acumulada de mais de 100%, Senador. Segundo estudo produzido pela Anfip, essa perda vem desde 94. Agora, nós pensamos que a Presidente Dilma poderia nos conceder, a todos aposentados brasileiros que ganham acima de um mínimo, um grande presente. É o presente pelo qual nós iríamos passar o final do ano sempre agradecendo e orando pela Dilma. Nós sabemos que ela não acredita muito – com o perdão das irmãs que estão aqui – em religião, mas nós acreditamos que ela acredita numa força maior, e nós estamos prontos a agradecer, orando por ela.

Senador, no início deste ano, fui ao interior de Minas Gerais e lá conheci um senhor, com mais de 70 anos, que guardava um documento fantástico, um documento do finado pai, que falou: “Olha, esse documento aqui não tem valor pecuniário; o valor dele é sentimental. Eu recebi esse documento do nosso Rui Barbosa.” Então, eu não vou ler, para não tirar o impacto, porque eu gostaria que o senhor lesse, Senador, da tribuna do Senado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pode ler, diante do busto do Rui Barbosa, aqui nas minhas costas.

O SR. JOÃO FLORÊNCIO PIMENTA – Olha, o documento original, Senador, eu não sei interpretar, porque é de 1910 e o Português era arcaico, mas aquele senhor que, em 1910, recebeu o documento deixou a tradução feita, mesmo ainda em Português arcaico. Então, é com muita honra que eu vou ler. E passa a ser também a homenagem que os aposentados brasileiros fazem à Anfip pelos seus 65 anos.

Rio, 31 de janeiro, 1910.

Prezado concidadão

A Convenção Nacional de 23 de agosto p.p. imerecidamente me adotou por candidato à Presidência da República na eleição de 1º de março vindouro.

A esse múnus cívico não me sinto com o direito de me escusar; e, tendo-o aceitado formulei, em 15 do mês passado, o meu programa de governo, que, entregue a maior publicidade, certamente já vos chegou, não tardará em vos chegar às mãos. Se vos parecer que a execução dele será vantajosa a nossa terra, ousou aspirar ao vosso voto.

Mas, ainda que tal honra não me caiba há um pedido, que não hesito em vos dirigir, porque a todos os homens de bem e cidadãos sérios deve ser bem aceito, qualquer que for a sua opinião política o de não de consentirdes na imoralidade e no escândalo do bico de pena contra um brasileiro, que, bem ou mal, tem consagrado toda a sua vida à causa do direito, batendo-se, há quase 40 anos, pela justiça, pela verdade das instituições e pela liberdade dos seus concidadãos. Ouso esperar que, nem direta nem indiretamente, o tolerareis; e, se me não engano, desde já, vos agradeço deveras os esforços que, neste sentido empregardes,

Com a maior consideração, patricio muito atenciosamente,
Ruy Barbosa.

Muito obrigado.

(Manifestação da galeria.)

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. JOÃO FLORÊNCIO PIMENTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

– Carta de Ruy Barbosa.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

RUY BARBOSA
Advogado
RUA URUGUAYANA, 47
Rio de Janeiro

Rio, 31 de janeiro, 1910.

Prezado senado

A Convenção Nacional de 23 de agosto p.p. emme-
recidamente me adoptou por candidato a' presidencia da
Republica na eleição do 1º de março próximo.

A esse encargo accresco nas me sentis com o direito de
me excusar; e, tendo-o recusado, formulei, em 15 do
mes passado, o meu programma de governo, que, entreguei
a' maior publicidade, e até me já se chegou, ou nas ter-
clara em se chegar a' mãos. Se se parece que a
experiencia della será vantajosa a' nossa terra, ouo es-
perar ao voto.

Mas, ainda que tal honra me não caiba ~~ha um~~
pedido, que nos herito em se dirigir, porque a to-
dos os homens de bem e cidadãos sérios deve ser bom
acceto, qualquer que for a sua opinião politica: o
de nos comtender na immutabilidade e no escandalo
do bico de pena contra um brasileiro, que, bom
ou mal, tem consagrado toda a sua vida a' causa do
direito, batendo-se, ha quasi quarenta annos, pela jus-
tiça, pela verdade das instituições e pela liberdade
dos seus concidadãos. Ouo espero que, nem directo
nem indirectamente, o tolerem; e, se me não organo,
desde já se agradeço de veras os esforços, que neste sen-
tido empregados. Com a maior consideração,

Atte. mto. attº e cº

Ruy Barbosa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem! Belíssimo documento.

Eu recebo o documento com enorme satisfação, que fica não só nos *Anais* do Congresso, mas também da Anfp.

Ele queria nos entregar lá na entrada, quando chegamos, mas esse é o modelo original do Rui Barbosa e vou propor que ele fique aqui, nos *Anais do Senado*, com cópia para a Anfp, porque há um museu belíssimo aqui, e nós vamos colocar esse documento como uma contribuição da Federação dos Aposentados de Brasília e da Anfp, o.k.?

Aprovado.

(Manifestação da galeria.)

Senhoras e Senhores, neste momento, se chegar outro Senador, ou um convidado, eu darei a palavra, mas eu farei o pronunciamento em nome do Senado da República, nesta homenagem que a Casa faz aos 65 anos da nossa querida Anfp.

Eu, de improviso, aqui já falei do que eu penso da Anfp, nossa irmã, nossa parceira, uma entidade guerreira, que tem compromisso com todo o nosso povo e não somente com a sua categoria.

Senhoras e senhores, ao nos encontrarmos, hoje, para celebrar os 65 anos da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, devemos aproveitar este momento para fazer uma reflexão não apenas sobre a relevância dessa categoria, mas também para as políticas de proteção social no nosso País; usar essa oportunidade para analisar, ponderar, discernir sobre o futuro e, por que não dizer, 65 anos se passaram, 65 anos virão. Outros séculos virão. Vida longa. Vida longa à ANFIP.

Nessa reflexão podemos dizer: como será o Brasil do ano de 2080? Melhor dizendo: quando comparamos os dias de hoje com 1950 – vocês querem saber quando eu nasci? Eu nasci em 1950. Façam o cálculo aí, eu não vou dizer –, o que vemos? O que avançou no Brasil em termos de democracia? O que avançou em distribuição de renda? O que temos de inclusão social, comparado há pouco mais de meio século? O que queremos para as décadas seguintes?

Nesta reflexão podemos olhar, de maneira até irônica, como é que os estatísticos e economistas lidam com as quantidades. Segundo eles, sob tortura os números revelam qualquer coisa. Por que eu digo isso? Porque aqui, no debate que tivemos, alguém disse que eu estava usando números que fugiam da realidade. Eu disse: olha, quem foge da realidade, quem usa números de tortura ou de terrorismo são os governos, para não dar aumento para os trabalhadores da área pública e da área privada, e não os Parlamentares aqui.

(Manifestação da galeria.)

A pergunta que faço é esta: por que os números da Previdência Social do Brasil são tão torturados, eu diria, tão difamados?

Para termos uma ideia, um jornal conservador estampa uma notícia assim:

Há mais de dez anos que os gastos do Ministério da Previdência Social crescem acima da média do total de recursos do Orçamento da União.

Como se o orçamento da Seguridade não fosse um orçamento nosso. O orçamento da Previdência é nosso. Eles é que mandam para outros fins o dinheiro que nós arrecadamos para a nossa Seguridade Social. Aqui mesmo, nesta Casa, no Congresso Nacional, cansa-se de aprovar decretos dizendo: destinam-se tantos bilhões da Seguridade Social para o Ministério do Planejamento, para o Ministério do Trabalho, para o Judiciário ou para o Legislativo.

Não mexam no dinheiro da Seguridade Social. Parem de tirar DRU da Seguridade Social, parem de desviar dinheiro da Seguridade Social que nós teremos muito mais dinheiro para a assistência social, para a saúde, para a previdência e para pagar um salário decente para os aposentados da área pública e da área privada. É isso que nós temos que fazer.

Eu tenho outro dado que diz:

Entre 2001 e 2014, o volume atualizado para aposentadorias, pensões e benefícios aumentou 120%.

O que é isso? Quem teve 120% de aumento? Vocês tiveram aqui? Se alguém teve levante o braço. É claro que não tiveram.

E diz:

Com isso, a Previdência toma cada vez mais espaço no Orçamento. Representa [em novembro de 2014] 22,7% de tudo o que o governo gasta. Em 2001, essa parcela era de 19,9%.

Esses dados são alardeados em tom de denúncia. Entretanto, não enxergo o mesmo empenho quando se trata de mencionar as despesas, por exemplo, com a dívida pública. Em 2014, essas superaram 45% do orçamento federal executado, totalizando R\$978 bilhões, com juros e amortizações da dívida pública. Essa quantia corresponde a 12 vezes do que foi destinado à educação, a 11 vezes dos gastos com saúde e mais do que o dobro dos gastos com a Previdência Social, mas parece que não assume ares de escândalo perante os conservadores. O escândalo para eles é ver o sistema previdenciário público que queira garantir um salário decente para o nosso povo e para toda a nossa gente.

É por isso, minha querida amiga Margarida, que, ao lembrar esses fatos exatamente nos 65 anos da Anfip, primeiro, porque a carreira que a instituição representa está profundamente vinculada a esse papel de redistribuir o que tem o Estado, disseram-me alguns auditores fiscais, e você me confirme ou não: “Contrate mais auditores, contrate mais fiscais para a Receita, fiscais do trabalho que a gente melhora o caixa da União, porque vai combater a sonegação e a roubalheira que ainda existem”.

Mais de R\$500 bilhões – são os dados que recebi recentemente de um ministro – poderiam estar no caixa do Tesouro se não fosse o desvio.

Repito mais uma vez, o Brasil se vê às voltas com a necessidade de rever suas contas, lançando mão de reformas fiscais, buscando equilibrar seu orçamento por meio de maior arrecadação, e não é tirando dinheiro dos trabalhadores, dos aposentados e dos pensionistas. Lamentável é sabermos que essa agenda que muitos lembram aí, de um dito ajuste fiscal, que é muito mais um ajuste social, que mexe em pescador, que mexe em viúva, que mexe em abono, que mexe nas pensões, que não aceita que quem ganha mais que o salário mínimo acompanhe pelo menos o crescimento do PIB, isso sim é grave!

Mas hoje estamos falando pela Anfip.

Quero dizer que a concentração de renda no País é grave. O Brasil é um dos países que têm a maior concentração de renda no mundo e aumenta cada vez mais. O maior lucro dos bancos hoje, no mundo, é aqui no Brasil. Por isso tudo, nesta oportunidade de sessão de homenagem à Anfip, não podemos deixar de nos lembrar de quanto é importante a presença do Estado, que tem que assumir, cada vez mais, a sua responsabilidade social.

Ao contrário do que pregam certas correntes de pensamento liberal ou neoliberal, o mercado em si não é capaz de se autorregular, e dizer que favorecer a equanimidade, a igualdade, a desconcentração das riquezas só passa por uma postura mais ousada. Por que não votamos aqui, neste Congresso, por exemplo, a tributação das grandes heranças, das grandes fortunas que Estados Unidos têm, Itália tem, a Alemanha tem, os países mais avançados têm. Por que aqui não enfrentamos o debate de tributar as grandes fortunas e as grandes heranças.

O Brasil dispõe de estruturas, sim, para ser um gigante no cenário internacional, basta, cada vez mais, olharmos para a Anfip com os dados da própria Anfip e apontarmos para o futuro.

Estou acelerando, porque quero terminar com rapidez, mas quero ainda dizer que a fundação da Anfip ocorreu em 22 de abril de 1950, então com a denominação de Associação dos Fiscais de Previdência Social. Pouco tempo depois, em 23 de março de 1956, foi fundada a Associação Nacional dos Fiscais e Inspetores de Previdência, constituída pelos Fiscais do antigo – e eu conheci – IAPI.

Nos anos seguintes, outras associações de corporações específicas foram criadas, para, anos depois, virem a constituir a atual Anfip. Mas o fato é que o surgimento dessa organização das categorias de previdenciários coincide justamente com o momento histórico do nacional-desenvolvimentismo da época em que era assim falado.

Um país que estruturava sua indústria de base, que começava da complementaridade imposta pelo pós-guerra não se contentaria em ficar à margem, como queriam os países centrais. E lutaria para ter não apenas manufatura de automóveis e outros bens de consumo, mas também uma indústria de base forte, robusta e competitiva. E como não esperar que, proporcional e simultaneamente, crescesse o poder de reivindicação dos trabalhadores e a própria reivindicação dos aposentados e pensionistas?

As conquistas da Era Vargas foram levadas avante por Juscelino Kubitschek e por João Goulart, de tal maneira que um Estado Nacional forte já existia quando o Brasil foi submetido à ditadura. Então tivemos um retrocesso inesquecível para todos nós. Senhoras e senhores, uma orientação que havia sido conquistada de maneira tão significativa infelizmente foi alterada via golpe militar.

Entretanto, nenhum desses projetos de desenvolvimento, fosse o de Vargas, o de JK ou o de Jango, teve como meta a previdência e o amparo do trabalhador. Nós sabíamos que deveríamos cobrar cada vez mais para que a Previdência fosse pública e superavitária. E assim o fizemos. Lamentavelmente, em alguns episódios da história, o dinheiro da Previdência foi destinado àquelas obras faraônicas a que não vou me referir.

Por fim, no momento em que faço essa análise, quero dizer aos companheiros da Anfp que qualquer historiador da política brasileira reconhece que, entre nós, o poder do estamento burocrático se firmou antes mesmo que os partidos de verdade fossem criados.

Daí a necessidade de reconhecermos o papel histórico de uma categoria como a dos previdenciários, hoje unificados sob a égide da Receita Federal do Brasil. Representados como ninguém pela Associação Nacional Anfp, esses profissionais têm sido responsáveis por boa parte daquilo que buscamos em torno de justiça social, pelo seu trabalho permanente.

Ao completar 65 anos, essa instituição nos prova o quanto é imprescindível para o País a existência de uma corporação não apenas profissionalizada, competente e eficiente, mas também comprometida com as causas sociais, como é a Anfp, com o bem-estar de todos, independentemente de condição, de o cidadão dispor de emprego ou não, de ser empresário, empregado, desempregado ou de ser da área rural.

Senhoras e senhores, nesses quase 30 anos em que estou aqui no Parlamento, dificilmente eu vi a Anfp me procurar para defender uma causa específica da corporação. Não que ela não o fizesse, mas durante 30 anos, na maioria das vezes, a Anfp esteve conosco para subsidiar as centrais, as confederações, as federações, a Cobap e outras entidades dos trabalhadores que mais precisam, com dados e números para mostrar que a Previdência não é superavitária e a força que a União tem para conceder um orçamento decente a todos servidores, e não só para a Anfp.

Quero aqui dar, neste momento, mais uma grande salva de palmas para a Anfp pelo trabalho realizado em prol do conjunto dos trabalhadores. (*Palmas.*) Fundamental é que todos os brasileiros sejam amparados por uma rede de proteção social efetiva.

Muito significativa também é a trajetória da Anfp, essa organização que, por décadas, estava vinculada à Previdência, mas hoje está unificada com a Receita Federal do País. Até 2002, o cargo tinha a denominação de fiscal de contribuição previdenciária. Na ocasião passou a denominar-se auditor fiscal da Previdência Social. Em 2007, esse mesmo cargo passa a chamar-se auditor fiscal da Receita Federal do Brasil.

E, juntamente com esse novo batismo, a entidade Anfp passou a denominar-se Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. Mais do que uma sopa de letrinhas para denominar cargos, o que testemunhamos foi a compreensão de que a política previdenciária não está apartada das outras. Em outras palavras, sejam recursos de impostos ou de contribuições, o aparato estatal deve estar a serviço da eficiência e do respeito aos direitos dos trabalhadores, dos idosos, dos aposentados e dos pensionistas.

É claro o futuro desse trabalho precisa ser revertido para as políticas sociais, sendo a previdenciária uma das mais importantes.

Em minha trajetória de Parlamentar não foram poucas as vezes em que pude contar com a ajuda desses profissionais. Se aqui apresentei o projeto e aprovei aqui, por unanimidade, o fim do fator previdenciário, que a Câmara segurou, foi a Anfp que me auxiliou nos dados, nos números; se eu aqui aprovei o projeto que diz que inflação mais PIB seriam dados ao salário mínimo e também aos aposentados, e está há oito anos na Câmara, é porque a companheira Margarida, Presidente da Anfp, esteve a meu lado; se aqui eu aprovei o sonho de todo aposentado e pensionista, que é a possibilidade de voltar a receber o número de salários mínimos que recebia na época em que se aposentou, em cinco parcelas – por exemplo, o cidadão se aposentou com cinco salários mínimos, é comum dizer que hoje está ganhando um; no segundo ano ele voltaria a ganhar dois; no outro, três; no outro, quatro e, no outro ano, cinco –, os dados para esse debate, para eu conseguir aprovar aqui, quem me concedeu? A Anfp. Por isso eu pedi tantas palmas para a Anfp nesse momento.

Senhores e senhoras, aprovamos aqui o Estatuto do Idoso. Quando eu apresentei o Estatuto do Idoso pareceu que a Casa ia cair. Veio a Anfp novamente e disse: “É possível, sim, termos neste País um estatuto que vai garantir políticas públicas para o idoso”. Foi aprovado. Agora mesmo, o Estatuto da Pessoa com Deficiência. De novo fui pegar os dados da Anfp para assegurar às pessoas com deficiência 127 artigos que garantem que o Estado tenha compromisso com 47 milhões de pessoas que tem algum tipo de deficiência neste País.

Por isso termino dizendo que hoje, ao estar aqui nesta atividade, estou viajando pelo País, todos sabem, contra a terceirização. Hoje parei. Não terei recesso em julho, não farei recesso. Durante todo o recesso de julho, eu viajarei pelos 27 Estados contra a terceirização, que quer esculhambar o mundo do trabalho, que quer tirar os direitos básicos dos trabalhadores, como eu dizia antes, daquele que é servidor, daquele que é metalúrgico, daquele que trabalha na área da saúde, daquele que trabalha no comércio, do bancário. Mas hoje resolvi ficar aqui porque entendi que era fundamental fazer esta homenagem à Anfp.

Enfim, eu termino dizendo somente o que disse um dos poetas que eu aprendi a respeitar ao longo da minha vida, que foi Fernando Brant. Ele diz, na voz inesquecível de uma gaúcha que já faleceu, Elis Regina: “Se muito vale o que já foi feito [e aqui eu falei muito disso], mais vale o que faremos daqui para frente!”

Vida longa à Anfp! (*Palmas.*)

Eu sei que foi um pronunciamento longo. Eu não li todo ele não. A metade eu improvisei, e o resto eu tirei dos dados que foram construídos pela Assessoria, em grande parte da Anfip, com a Consultoria do Senado.

O Pimenta me dizia que há um senhor no plenário, Mario Massao. Está aqui ele? Eu gosto dessa simbologia. Ele, com a sua gaitinha de boca, tem condição de tocar o Hino do Idoso aqui, no encerramento do nosso evento de hoje em homenagem à Anfip. É isso, Pimenta? *(Pausa.)*

Então, vamos convidá-lo para que ele toque o Hino do Idoso na sua gaita de boca, mostrando aquilo que todos nós sabemos: quando a idade vai passando, a gente vai caminhando mais devagar. Eu gosto muito de uma música que diz: “Velho, meu querido velho, já caminha lento. Eu sou teu sangue, meu velho”.

É nesse espírito que eu queria que o senhor tocasse a sua gaitinha. Escolha a tribuna.

Deixe-o escolher. Ele pode escolher a que ele achar melhor. Como é o nome dele? *(Pausa.)*

Sr. Mario Massao, pode usar a tribuna. Acho que o melhor seria a tribuna... É melhor para ele sentado. Então, eu peço para trocar de lugar, de forma tal que se ligue o microfone da mesa, e ele possa...

Registro a presença conosco do Sr. Antonio Rodrigues, da Associação dos Procuradores. Uma salva de palmas. *(Palmas.)*

O Hino do Idoso tocado com gaita de boca! Isso é inédito. Eu nunca vi.

(Procede-se à execução do Hino do Idoso.)

(Palmas.)

O SR. MARIO MASSAO ARAKAKI – A Associação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil é que está homenageando os nossos componentes da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Muito bem. *(Palmas.)*

Esse foi o Sr. Mario Massao Arakaki, que assim homenageou a todos nós, encerrando esta audiência pública. Ao som da gaita, pudemos perceber que a música – e a letra do hino é linda – aproxima todos nós.

Alguém já disse que a música e as canções iluminam os corações e dão energia para a alma. Eu também acredito assim e, por isso, queria, de forma muito carinhosa, que levantássemos e déssemos uma salva de palmas para a Anfip e para todos os aposentados e pensionistas do Brasil e do mundo. *(Palmas.)*

Ao encerramos a nossa reunião, a nossa sessão de homenagem aos 65 anos da Anfip, convido a todos vocês para que venham aqui, porque, daqui de cima, em seguida, tiraremos uma foto que entrará para os *Anais do Congresso*, com a juventude.

E a juventude brasileira sabe – fui Relator, inclusive, do Estatuto da Juventude e aprovamos a lei – que eu tenho o maior amor pela juventude, que é quem vai dirigir este País no futuro; mas jamais vou me esquecer daqueles que geraram a juventude, que são os senhores e as senhoras de cabelos brancos.

Palmas a todos. *(Palmas.)*

Está encerrada esta sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 37 minutos.)

Requerimentos de Licença Deferidos Pela Mesa. Total: 19

Requerimento	Parlamentar	Fundamentação Legal	Período	Finalidade
RQM nº 336/2015	Marcelo Crivella	RISF Art. 13	02/07/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 337/2015	Walter Pinheiro	RISF Art. 13	25/06/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 338/2015	Alvaro Dias	RISF Art. 13	De 07/07/2015 a 17/07/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 339/2015	Dário Berger	RISF Art. 13	07/07/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 340/2015	Sandra Braga	RISF Art. 13	07/07/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 341/2015	Ricardo Ferraço	RISF Art. 13	09/07/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 342/2015	Ricardo Ferraço	RISF Art. 13	13/07/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 343/2015	Magno Malta	RISF Art. 13	09/07/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 344/2015	Gladson Cameli	RISF Art. 13	09/07/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 345/2015	Ivo Cassol	RISF Art. 13	09/07/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 346/2015	Angela Portela	RISF Art. 13	09/07/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 347/2015	Marcelo Crivella	RISF Art. 13	08/07/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 348/2015	Marcelo Crivella	RISF Art. 13	09/07/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 349/2015	Douglas Cintra	RISF Art. 13	09/07/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 350/2015	Raimundo Lira	RISF Art. 43, II	04/08/2015	Licença Particular.
RQM nº 351/2015	Raimundo Lira	RISF Art. 43, II	De 15/07/2015 a 17/07/2015	Licença Particular.
RQM nº 352/2015	Valdir Raupp	RISF Art. 13	09/07/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 353/2015	Ciro Nogueira	RISF Art. 43, I	30/06/2015	Licença saúde.
RQM nº 354/2015	Benedito de Lira	RISF Art. 13	09/07/2015	Atividade parlamentar.

SENADO FEDERAL

ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 9, de 2015

Altera o Ato da Comissão Diretora nº 14, de 2014, que “regulamenta o art. 182 do Regimento Interno do Senado Federal, para dispor sobre o acesso de servidores credenciados ao Plenário do Senado Federal”.

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições previstas no inciso I do art. 98, do Regimento Interno e no art. 233, Parte II, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 40, de 2014,

CONSIDERANDO a necessidade de aprimorar o controle de acesso de pessoas ao Plenário do Senado Federal, nos termos do disposto no art. 182 do Regimento Interno, tendo ainda em vista as questões de segurança e as limitações de espaço físico no Plenário do Senado Federal;

RESOLVE:

Art. 1º O art. 1º do Ato da Comissão Diretora nº 14, de 2014, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 4º e 5º:

“Art. 1º

§ 4º A Tribuna de Honra será reservada aos assessores parlamentares devidamente credenciados.

§ 5º Será permitido o trânsito dos assessores mencionados no § 4º entre o Plenário e a Tribuna de Honra.»

(NR)

Art. 2º Revoga-se o inciso II do § 2º do art. 1º do Ato da Comissão Diretora nº 14, de 2014.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Sala de Reuniões, 8 de julho de 2015. Senador **Renan Calheiros**, Presidente - Senador Jorge Viana, 1º Vice-Presidente - Senador Vicentinho Alves, 1º Secretário - Senador Sérgio Petecão, 1º Suplente de Secretário - Senador Elmano Férrer, 3º Suplente de Secretário - Senador Douglas Cintra, 4º Suplente de Secretário.

Processo nº 00200.023977/2009-95



SENADO FEDERAL

CONVÊNIO DE CONSIGNAÇÃO Nº **0016 · 2015**

CONVÊNIO QUE ENTRE SI FAZEM O SENADO FEDERAL E O BANCO DO BRASIL S.A., PARA EMPRÉSTIMOS A SENADORES E SERVIDORES, SOB CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO.

O SENADO FEDERAL, com sede em Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o n.º 00.530.279/0001-15, representado pelo sua Diretora-Geral, ILANA TROMBKA, e, do outro lado, o BANCO DO BRASIL S.A., inscrito no CNPJ sob o n.º 00.000.000/0001-91, com sede no SBS, Quadra: 01, Bloco: "G", 24º andar, CEP: 70.073-901, Telefone: (61) 3101-8400 e Fax: (61) 3322-1272, doravante designado CONVENIADO, por meio de seus representantes abaixo assinados, ajustam e convencionam a concessão de empréstimos sob garantia de consignação em folha de pagamento dos servidores do Senado Federal, sujeitando-se as partes às normas disciplinares do Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 15, de 2005, e do Ato do Primeiro-Secretário nº 61, de 2009, da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993, e, no que couber, dos Decretos n.º 6.386, de 29 de fevereiro de 2008, e 93.872, de 23 de dezembro de 1986, mediante as Cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto possibilitar ao CONVENIADO, respeitada a sua programação orçamentária e as suas normas operacionais, conceder empréstimo mediante consignação em folha de pagamento aos servidores do SENADO FEDERAL.

PARÁGRAFO ÚNICO - A soma mensal das consignações facultativas de cada servidor não poderá exceder o valor equivalente a 30% (trinta por cento) de sua respectiva remuneração mensal, aí incluída a amortização do empréstimo objeto do presente Convênio, conforme preceitua o artigo 6º do Ato do Primeiro-Secretário nº 61, de 2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO EMPRÉSTIMO

Os empréstimos serão concedidos por intermédio de qualquer agência do CONVENIADO.

PARÁGRAFO ÚNICO – Cada Carta-Proposta/Contrato, após devidamente formalizada e deferida pelo CONVENIADO, fica vinculada a este Instrumento, para efeito de realização das consignações aqui estabelecidas.



Senado Federal – Via N2 – Unidade de Apoio II – CEP 70165-900 – Brasília-DF
Telefone: +55 (61) 3303-4334

Antônio Carlos Soares
Mat. 898.791-2
Superintendente Regional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AB2853C000088EF3.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

Processo nº 00200.023977/2009-95



SENADO FEDERAL

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS ENCARGOS DO SENADO FEDERAL

Durante a vigência deste Convênio, o **SENADO FEDERAL** compromete-se a:

1. encarregar-se da distribuição e acolhimento das Cartas-Propostas/Contratos para Concessão de Empréstimos mediante Consignação em Folha de Pagamento dos Proponentes, do processamento das operações e das averbações na folha de pagamento dos seus servidores;
2. designar os titulares, bem como os respectivos substitutos das unidades de pagamento de pessoal, para responderem, mediante o devido preenchimento e assinatura das fichas de acolhimento de autógrafos, pelas informações, de caráter financeiro, a serem prestadas por meio dos expedientes destinados ao processamento dos empréstimos de que trata o presente Convênio; e
3. proceder, mediante simples comunicação por escrito ao **CONVENIADO**, a substituição, cancelamento e/ou constituição de novos responsáveis, de que trata o item anterior, vigorando tais alterações a partir do dia seguinte ao da entrega da referida comunicação na Agência do **CONVENIADO**, especificada na Cláusula Segunda.

PARÁGRAFO ÚNICO - A consignação em folha de pagamento não implica corresponsabilidade do **SENADO FEDERAL** por dívidas ou compromissos pecuniários assumidos pelo servidor.

CLÁUSULA QUARTA – DOS ENCARGOS DO CONVENIADO

Do **CONVENIADO** será cobrada mensalmente a quantia fixada em Ato do Diretor-Geral do Senado Federal, vigente à época da assinatura do contrato, por linha impressa no contracheque de cada servidor proponente, referente aos custos de geração de arquivos magnéticos e impressão de relatórios de consignações.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O **CONVENIADO** encaminhará ao **SENADO FEDERAL**, quando do credenciamento e mensalmente, informações atualizadas referentes à taxa de juros, prazos de financiamento, tarifas praticadas, IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), nos padrões de informatização adotados pela Secretaria de Gestão de Pessoas.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O **CONVENIADO** se obriga a fornecer aos consignados extrato e documentos relativos a consignações mensais, sem ônus, desde que solicitado, contendo os dados detalhados dos juros incidentes, saldo devedor, valor amortizado e número de prestações restantes, sob pena de aplicação das sanções previstas na Cláusula Nona deste Instrumento.



Senado Federal – Via N2 – Unidade de Apoio II – CEP 70165-900 – Brasília-DF
Telefone: +55 (61) 3303-4334

Antônio Carlos Soares
Mat. 898.791-2
Superintendente de...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AB2853C000088EF3.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

Processo nº 00200.023977/2009-95



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO TERCEIRO – O CONVENIADO se obriga fornecer saldo devedor, desde que solicitado pelo servidor, diretamente via sistema de gestão de empréstimos consignados em folha de pagamento, em até 1 (um) dia útil contado da solicitação, nos padrões de informatização definidos pela Secretaria de Gestão de Pessoas.

PARÁGRAFO QUARTO – O CONVENIADO se obriga a entregar ao servidor a segunda via do contrato de empréstimo no prazo de 15 (quinze) dias após a sua assinatura.

PARÁGRAFO QUINTO – O CONVENIADO se obriga a observar a ordem das etapas de averbação do empréstimo. A averbação no sistema de gestão de empréstimos consignados em Diretoria-Geral folha de pagamento só deverá ser registrada após assinatura do contrato e regular aprovação do crédito. O recurso financeiro só deverá ser concedido após registro da transação no sistema.

PARÁGRAFO SEXTO – O CONVENIADO designará os titulares e os respectivos substitutos para centralizar as demandas do convênio. Aos responsáveis caberá prestar informações ao **SENADO FEDERAL** sobre os empréstimos consignados em folha de pagamento, bem como dirimir as dúvidas suscitadas pelos servidores desta Casa Legislativa acerca dos contratos firmados.

PARÁGRAFO SÉTIMO – O CONVENIADO se responsabilizará pelas operações de averbação, amortização e liquidação de empréstimos em sistema de gestão de empréstimo consignado em folha de pagamento, bem como pela veracidade das informações prestadas.

PARÁGRAFO OITAVO - O CONVENIADO, preservando o sigilo bancário, tratará situações de inadimplência diretamente com o servidor titular de parcela(s) vencida(s). Quaisquer providências de negativação com inclusão do nome de servidores nos órgãos de proteção ao crédito só poderão ocorrer após decorridos 10 (dez) dias de notificação oficial ao cliente devedor, tornando-se responsável, única e exclusivamente, o **CONVENIADO** pelo ato de cobrança e/ou negativação pública.

PARÁGRAFO NONO - Para os casos de não processamento integral ou parcial de arquivos das consignações em folha de pagamento, o **CONVENIADO** dará imediata ciência ao Gestor do Convênio, previamente a quaisquer procedimentos de comunicação de inadimplência aos servidores, bem assim de negativação nos órgãos de proteção ao crédito.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Na hipótese de comprovação de que a parcela consignada foi descontada da remuneração mensal do servidor e de que o repasse à instituição consignatária não ocorreu por falha no processamento dos arquivos de consignações em folha de pagamento, o **CONVENIADO** fica proibido de incluir o nome do mutuário nos órgãos de proteção ao crédito.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Caberá ao Gestor do Convênio registrar, acompanhar e supervisionar as reclamações formuladas pelos servidores junto à unidade de

Senado Federal – Via N2 – Unidade de Apoio II – CEP 70165-900 – Brasília-DF
Telefone: +55 (61) 3303-4334



RG

Antônio Carlos Soares
Mat. 898.791-2

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AB2853C000088EF3.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

Processo nº 00200.023977/2009-95



SENADO FEDERAL

pagamento de pessoal, mediante a formalização de termo de ocorrência, em que se anotarão as medidas de negativação ou cobrança indevidamente processadas pelo **CONVENIADO**.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Formalizado o termo de ocorrência pelo servidor, o Gestor do Convênio notificará o **CONVENIADO** para, no prazo de três dias úteis, comprovar a regularidade das medidas de negativação ou cobrança, bem como proporá correções, apurações ou adoção de medidas preventivas quando houver indícios de irregularidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Caso não reste comprovada a regularidade das medidas de negativação ou cobrança, ou o **CONVENIADO** se recuse a efetuar as correções, apurações ou medidas preventivas propostas, ficará suspenso o processamento de novas operações de empréstimo mediante consignação em folha até o saneamento da ocorrência.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Ultrapassado o prazo de 15 (quinze) dias sem o saneamento da ocorrência, será autuado o devido processo administrativo para apuração de infração contratual, sujeitando-se o **CONVENIADO** às sanções previstas nos incisos I a III do Parágrafo Segundo da Cláusula Nona.

CLÁUSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO

Caberá ao **CONVENIADO** a indicação de responsável técnico, de seu próprio quadro de empregados (gestor), pelo acompanhamento e fiscalização deste Convênio, o qual deverá atuar em conjunto com os gestores designados pelo **SENADO FEDERAL**.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os responsáveis indicados nesta Cláusula serão formalmente cientificados de suas responsabilidades administrativa, civil e penal, na forma da lei.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES

O **SENADO FEDERAL** obriga-se a recolher ao **CONVENIADO**, mensalmente, até o último dia útil de cada mês, o total das prestações devidas por seus servidores, para amortização ou liquidação dos empréstimos, em sua conta corrente, a ser informada pelo **CONVENIADO**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO DESLIGAMENTO DO SERVIDOR

Ocorrendo desligamento do servidor, por qualquer motivo, o **SENADO FEDERAL** se obriga a comunicar o fato, imediatamente, ao **CONVENIADO**, na forma do que estabelece a Cláusula Décima Primeira.



Senado Federal – Via N2 – Unidade de Apoio II – CEP 70165-900 – Brasília-DF
Telefone: +55 (61) 3303-4334

Antônio Carlos Soares
Mat. 898.791-2
Superintendente Regional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AB2853C000088EF3.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO ÚNICO – Na hipótese acima, a responsabilidade por eventuais débitos ainda não saldados, tendo por base o empréstimo concedido por meio deste Convênio, será assumida inteiramente pelo ex-servidor ou por seus representantes legais para este fim constituídos.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA E VALIDADE

O presente convênio terá vigência por 24 (vinte e quatro) meses consecutivos, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, a critério das partes e mediante termo aditivo, tendo eficácia após a publicação de seu extrato no Diário do Senado Federal.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES

O descumprimento pelo **CONVENIADO** das obrigações previstas no Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 15, de 2005, no Ato do Primeiro-Secretário nº 61, de 2009, e neste Convênio, o sujeitará às sanções no parágrafo segundo desta cláusula, sem prejuízo das estabelecidas no art. 87 da Lei 8.666/93, garantindo o direito de defesa.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os valores referentes a descontos considerados indevidos deverão ser integralmente ressarcidos ao prejudicado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da constatação da irregularidade, na forma pactuada entre o consignatário e o consignado.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O descumprimento do disposto no Parágrafo Primeiro implica, assegurado o devido processo legal:

- I – suspensão do repasse dos valores mensais previstos no respectivo contrato;
- II – suspensão temporária do credenciamento da entidade consignatária, com suspensão do repasse dos valores mensais que lhes foram consignados; e
- III – descredenciamento definitivo da entidade consignatária, com suspensão do repasse da totalidade dos valores que lhes foram consignados, até que se proceda a liquidação definitiva.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

É facultado às partes denunciar o presente Convênio a qualquer tempo, mediante aviso escrito, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias, o que implicará a suspensão imediata do processamento dos empréstimos ainda não averbados, remanescendo, porém, as obrigações assumidas pelas partes nos contratos de financiamentos já formalizados, até a efetiva liquidação destes.



Senado Federal – Via N2 – Unidade de Apoio II – CEP 70165-900 – Brasília-DF
Telefone: +55 (61) 3303-4334

Antônio Carlos Soares
Mat. 898.791,2

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AB2853C000088EF3.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



SENADO FEDERAL

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DAS
CONSIGNAÇÕES**

Independente de contrato ou convênio entre o consignatário e o consignante, o pedido de cancelamento de consignação por parte do servidor deve ser atendido, com a cessação do desconto na folha de pagamento do mês em que foi formalizado o pleito, ou na do mês imediatamente seguinte, caso já tenha sido processada.

PARÁGRAFO ÚNICO – A consignação relativa à amortização de empréstimo somente poderá ser cancelada com a aquiescência do servidor e do consignatário.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CÁLCULO DA REMUNERAÇÃO

A soma mensal das consignações facultativas de cada consignado não excederá a trinta por cento da respectiva remuneração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Quando o limite previsto no Parágrafo anterior tiver sido extrapolado, mediante acordo entre consignatário e consignado, o saldo devedor poderá ser refinanciado por prazo superior ao prazo de amortização fixado por Ato da Comissão Diretora do Senado Federal, desde que o valor das prestações mensais seja idêntico ao valor máximo da margem consignável do servidor, ressalvada a última parcela de valor residual.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Considera-se remuneração para fins deste Instrumento, a soma dos vencimentos com os adicionais de caráter individual e demais vantagens, nestas compreendidas a fixada no art. 6º da Resolução nº 42, de 1993, à razão de 1/12 (um doze avos) do valor anualizado, as relativas à natureza ou ao local de trabalho e a prevista no art. 62-A da Lei nº 8.112, de 1990, ou outra paga sob o mesmo fundamento, sendo excluídas:

- I – diárias;
- II – ajuda de custo;
- III – indenização da despesa do transporte quando o servidor, em caráter permanente, for mandado servir em nova sede;
- IV – salário-família;
- V – gratificação natalina;
- VI – gratificação pela participação em comissão especial ou similar;
- VII – auxílio-natalidade;



Senado Federal – Via N2 – Unidade de Apoio II – CEP 70165-900 – Brasília-DF
Telefone: +55 (61) 3303-4334

Antônio Carlos Soa
Mat. 898.791-2
Superintendente Regio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AB2853C000088EF3.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



SENADO FEDERAL

- VIII – auxílio-moradia;
- IX – auxílio-funeral;
- X – auxílio-alimentação;
- XI – auxílio-creche;
- XII – adicional de férias;
- XIII – adicional pela prestação de serviço extraordinário;
- XIV – adicional noturno;
- XV – adicional de insalubridade;
- VI – vantagem ou benefício reconhecido a título de exercício anterior; e
- XVII – qualquer outro auxílio ou adicional estabelecido por lei e que tenha caráter indenizatório.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A soma das consignações facultativas com as compulsórias não poderá exceder a setenta por cento da remuneração do consignado, apurada na forma do § 1º do art. 6º do Ato nº 61, de 2009 do Primeiro-Secretário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA TAXA MENSAL DE JUROS

A taxa mensal de juros não poderá ser superior a 1,6% (um inteiro e seis décimos por cento), observada ainda a menos taxa de juros praticada no âmbito da administração pública, sob pena de descredenciamento (art. 1º do APR nº 18/2009 c/c art. 1º, §1º, do ATC nº 15/2005, e art. 9º, §1º, do APS nº 61/2009).

PARÁGRAFO ÚNICO – A taxa máxima de juros poderá ser alterada mediante mútuo acordo entre as partes, respeitados os limites previstos nos normativos aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PRAZO DE AMORTIZAÇÃO

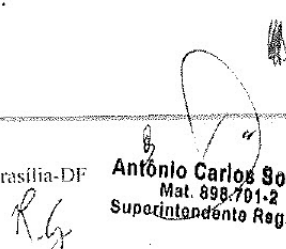
É fixado em até 120 (cento e vinte) meses o prazo máximo para as operações financeiras consignadas em folha de pagamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

Qualquer tolerância de uma das partes para com a outra só importará em modificação do presente Convênio se expressamente formalizada e acatada pelas partes.



Senado Federal – Via N2 – Unidade de Apoio II – CEP 70165-900 – Brasília-DF
Telefone: +55 (61) 3303-4334


Antônio Carlos Soares
Mat. 898.701-2
Superintendente Regional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AB2853C00008EF3.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

Processo nº 00200.023977/2009-95



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO ÚNICO – Todos os avisos, comunicações ou notificações inerentes a este Convênio devem ser feitos por escrito e serão válidos mediante o envio de carta registrada ou por notificação em Cartório, conforme opção das partes, diretamente aos endereços constantes deste Termo, ou que forem comunicados posteriormente à sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FUNDAMENTO LEGAL

O presente Convênio reger-se nos termos previstos no Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 15, de 2005, e no Ato do Primeiro-Secretário nº 61, de 2009, aplicando-se ainda a norma prevista no Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, bem assim, subsidiariamente, as disposições das Leis nº 8.666/93 e 8.078/90.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da Cidade de Brasília-DF, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja. E para firmeza e validade do pactuado, assinam o presente Convênio em 2 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, para que produza os devidos e legais efeitos.

Brasília-DF, 10 de Julho de 2015.
ILANA TROMBKA

DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL

ANTÔNIO CARLOS SOARES
BANCO DO BRASIL S.A.Antônio Carlos Soares
Mat. 898.791-2
Superintendente Regional
Nome da Primeira Testemunha
CPF-MF Nº
RG
Nome da Segunda Testemunha
CPF-MF Nº 974.513.928-98
RG 29.977.895-3 SSP/SP

USCOPLAC/SECON/SECON2015/MINUTAVACORDO, COOPERAÇÃO TÉCNICA, CONVENIO E PROTOCOLO DE INTENÇÕES/BANCO DO BRASIL - Convênio Novo - 00200.023977/2009 95 (A) - versão final.docx.doc

Senado Federal – Via N2 – Unidade de Apoio II – CEP 70165-900 – Brasília-DF
Telefone: +55 (61) 3303-4334

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AB2853C000088EF3.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PT - Walter Pinheiro*
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

Bloco-PMDB - Edison Lobão*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
Bloco-PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Douglas Cintra* (S)
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
S/Partido - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PDT - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

S/Partido - Lúcia Vânia*
Bloco-DEM - Wilder Morais* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Blairo Maggi*
Bloco-PPS - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

Bloco-PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
Bloco-PMDB - Raimundo Lira* (S)
Bloco-PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço*
Bloco-PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
Bloco-PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
Bloco-PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

Bloco-PMDB - Sandra Braga* (S)
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
Bloco-PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio do Amaral*
Bloco-PMDB - Waldemir Moka*
Bloco-PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PDT - Cristovam Buarque*
Bloco-PSD - Hélio José* (S)
Bloco-PDT - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
Bloco-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
Bloco-PT - Donizeti Nogueira** (S)

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
Bloco-PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco de Apoio ao Governo - 24

PT-13 / PDT-6 / PP-5

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Ana Amélia.	PP / RS
Angela Portela.	PT / RR
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Cristovam Buarque.	PDT / DF
Delcídio do Amaral.	PT / MS
Donizeti Nogueira.	PT / TO
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gladson Cameli.	PP / AC
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Ivo Cassol.	PP / RO
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lasier Martins.	PDT / RS
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI
Reguffe.	PDT / DF
Telmário Mota.	PDT / RR
Walter Pinheiro.	PT / BA
Zeze Perrella.	PDT / MG

Bloco da Maioria - 21

PMDB-17 / PSD-4

Dário Berger.	PMDB / SC
Edison Lobão.	PMDB / MA
Eunício Oliveira.	PMDB / CE
Garibaldi Alves Filho.	PMDB / RN
Hélio José.	PSD / DF
Jader Barbalho.	PMDB / PA
João Alberto Souza.	PMDB / MA
José Maranhão.	PMDB / PB
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Raimundo Lira.	PMDB / PB
Renan Calheiros.	PMDB / AL
Ricardo Ferraço.	PMDB / ES
Roberto Requião.	PMDB / PR
Romero Jucá.	PMDB / RR
Rose de Freitas.	PMDB / ES
Sandra Braga.	PMDB / AM
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Simone Tebet.	PMDB / MS
Valdir Raupp.	PMDB / RO
Waldemir Moka.	PMDB / MS

Bloco Parlamentar da Oposição - 16

PSDB-11 / DEM-5

Aécio Neves.	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB / SP
Alvaro Dias.	PSDB / PR
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalirio Beber.	PSDB / SC

Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE
Wilder Morais.	DEM / GO

Bloco Parlamentar União e Força - 9

PTB-3 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

Blairo Maggi.	PR / MT
Douglas Cintra.	PTB / PE
Eduardo Amorim.	PSC / SE
Elmano Férrer.	PTB / PI
Fernando Collor.	PTB / AL
Magno Malta.	PR / ES
Marcelo Crivella.	PRB / RJ
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 9

PSB-6 / PPS-1 / PSOL-1 / PCdoB-1

Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Fernando Bezerra Coelho.	PSB / PE
João Capiberibe.	PSB / AP
José Medeiros.	PPS / MT
Lídice da Mata.	PSB / BA
Randolfe Rodrigues.	PSOL / AP
Roberto Rocha.	PSB / MA
Romário.	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

S/Partido - 2

Lúcia Vânia.	GO
Marta Suplicy.	SP

Bloco de Apoio ao Governo.	24
Bloco da Maioria.	21
Bloco Parlamentar da Oposição.	16
Bloco Parlamentar União e Força.	9
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	9
S/Partido.	2
TOTAL.	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA**(por ordem alfabética)**

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Raimundo Lira* (Bloco-PMDB-PB)
Alvaro Dias** (Bloco-PSDB-PR)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-PSOL-AP)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Hélio José* (Bloco-PSD-DF)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Angela Portela* (Bloco-PT-RR)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Reguffe** (Bloco-PDT-DF)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Renan Calheiros* (Bloco-PMDB-AL)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho* (Bloco-PMDB-PA)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PMDB-ES)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Alberto Souza* (Bloco-PMDB-MA)	Roberto Requião* (Bloco-PMDB-PR)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Blairo Maggi* (Bloco-PR-MT)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Romero Jucá* (Bloco-PMDB-RR)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Maranhão** (Bloco-PMDB-PB)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Cristovam Buarque* (Bloco-PDT-DF)	José Medeiros* (Bloco-PPS-MT)	Rose de Freitas** (Bloco-PMDB-ES)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Sandra Braga* (Bloco-PMDB-AM)
Dário Berger** (Bloco-PMDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)	Simone Tebet** (Bloco-PMDB-MS)
Delcídio do Amaral* (Bloco-PT-MS)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Donizeti Nogueira** (Bloco-PT-TO)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
Douglas Cintra* (Bloco-PTB-PE)	Lúcia Vânia* (S/Partido-GO)	Valdir Raupp* (Bloco-PMDB-RO)
Edison Lobão* (Bloco-PMDB-MA)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)	Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Waldemir Moka* (Bloco-PMDB-MS)
Eunício Oliveira* (Bloco-PMDB-CE)	Marta Suplicy* (S/Partido-SP)	Walter Pinheiro* (Bloco-PT-BA)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wilder Morais* (Bloco-DEM-GO)
Fernando Collor** (Bloco-PTB-AL)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**PRESIDENTE**

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

LIDERANÇAS

<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 24</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (22,28)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,37) Benedito de Lira (16,18,44) Walter Pinheiro (31,36,43) Telmário Mota (4,38,42) Regina Sousa (41)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 13 Humberto Costa (22,28)</p> <p>Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (32) Walter Pinheiro (31,36,43) Lindbergh Farias (30) Fátima Bezerra (34)</p> <p>Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz (3,37)</p> <p>Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,38,42)</p> <p>Líder do PP - 5 Benedito de Lira (16,18,44)</p>	<p>Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 21</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 17</p> <p>Líder do PSD - 4 Omar Aziz (13)</p> <p>Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (12)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 16</p> <p>Líder Alvaro Dias - PSDB (20)</p> <p>Vice-Líderes Ataídes Oliveira (33) Wilder Moraes (46) Antonio Anastasia (47)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 11 Cássio Cunha Lima (17)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (23) Aloysio Nunes Ferreira (40)</p> <p>Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado (6)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (39)</p>
<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9</p> <p>Líder Lídice da Mata - PSB (11,25)</p> <p>Vice-Líderes José Medeiros (15,19,29) Vanessa Grazziotin (21,26) Randolfe Rodrigues (24,27)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSB - 6 João Capiberibe (1,14)</p> <p>Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (45)</p> <p>Líder do PPS - 1 José Medeiros (15,19,29)</p> <p>Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (24,27)</p> <p>Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (21,26)</p>	<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p>Líder Fernando Collor - PTB (5,10)</p> <p>Vice-Líderes Blairo Maggi (9) Eduardo Amorim (8) Marcelo Crivella (2,7)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 3 Fernando Collor (5,10)</p> <p>Líder do PR - 4 Blairo Maggi (9)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (8)</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (2,7)</p>	<p>Governo Líder Delcídio do Amaral - PT (48)</p>

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB).
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
7. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
10. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
11. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).

12. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
13. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
14. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
15. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
16. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
17. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
18. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN).
19. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of. 18/2015-GSJMEDEI).
20. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
21. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
22. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
23. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
24. Em 11.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do PSOL (Of. 3/2015/GSRROD).
25. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
26. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
27. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
28. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
29. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
30. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
33. Em 03.03.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
34. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
35. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
36. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
37. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
38. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
39. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
40. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
41. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
42. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
44. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
45. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
46. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
47. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
48. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).

COMISSÕES TEMPORÁRIAS**1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA
DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)**

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 3303-3492

E-mail: coceti@senado.leg.br

2) COMISSÃO EXTERNA PARA VERIFICAR IN LOCO A SITUAÇÃO NA VENEZUELA

Finalidade: Verificar, in loco, nos termos do Requerimento nº 77, de 2015, a situação na Venezuela, estabelecer diálogo com membros do parlamento local, e com interlocutores representativos das oposições e da sociedade civil, bem como, se possível, com as autoridades daquele país.

MEMBROS

Senador Aécio Neves (PSDB) ⁽¹⁾

Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾

Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB) ⁽³⁾

Senador José Agripino (DEM)

Senador José Medeiros (PPS)

Senador José Serra (PSDB)

Senador Reguffe (PDT)

Senador Ricardo Ferraço (PMDB)

Senador Romero Jucá (PMDB)

Senador Ronaldo Caiado (DEM)

Senador Sérgio Petecão (PSD)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

*. Em 25.03.2015, foram designados os Senadores Ricardo Ferraço, Randolfe Rodrigues e Sérgio Petecão para compor a Comissão (Portaria do Presidente nº 12, de 2015).

** Em 11.06.2015, foram designados os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Fernando Bezerra, José Aripino, José Medeiros, José Serra, Reguffe, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Ronaldo Caiado, Sérgio Petecão e Tasso Jereissati para compor a Comissão (Portaria do Presidente nº 17, de 2015).

1. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Ricardo Ferraço ter deixado de integrar a Comissão (Of. 134/2015-GSRFER).

2. Em 06.04.2015, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Mem. 33/2015-GSRROD).

3. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Sérgio Petecão ter deixado de integrar a Comissão (Of. 9/2015-GSSPET).

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR OS CONFLITOS EM CURITIBA/PR

Finalidade: Acompanhar e, se possível, mediar, em Curitiba/PR, os conflitos que vem ocorrendo entre a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Paraná e os dirigentes sindicais e estudantes do Estado.

Requerimento nº 403, de 2015

Número de membros: 5

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)
--

Bloco da Maioria (PMDB, PSD)

Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)
--

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)
--

Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)
--

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS AGÊNCIAS REGULADORAS PERTINENTES À COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Finalidade: Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

5) COMISSÃO EXTERNA PARA VERIFICAR IN LOCO A SITUAÇÃO POLÍTICA, SOCIAL E ECONÔMICA DA VENEZUELA

Finalidade: Verificar in loco a situação política, social e econômica da República Bolivariana da Venezuela, estabelecendo para tanto os contatos necessários e possíveis com as autoridades constituídas e representantes legítimos da sociedade venezuelana.

Requerimento nº 713, de 2015

Número de membros: 5

MEMBROS

Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)

Senador Roberto Requião (PMDB)

Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)

Senadora Lídice da Mata (PSB)

Senador Lindbergh Farias (PT)

Notas:

*. Em 18.06.2015, foram designados os Senadores Vanessa Grazziotin, Roberto Requião, Randolfe Rodrigues, Lídice da Mata e Lindbergh Farias para compor a Comissão.

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO ECA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Finalidade: Avaliar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos Estados e Municípios.

Requerimento nº 700, de 2015

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

7) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾

Designação: 07/04/2015

Instalação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Raimundo Lira (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Elmano Férrer (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).

**.. Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).

***. Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).

****. Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).

*****. Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).

1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 - CTBHSF).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33035492

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

8) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA

Finalidade: Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

**9) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER
DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364**

Finalidade: Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI.

Requerimento nº 419, de 2015

MEMBROS

10) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 19/12/2014

Prazo final prorrogado: 19/06/2015

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figuerêdo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br

11) COMISSÃO TEMPORÁRIA DE REFORMA POLÍTICA DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Destinada a sistematizar as proposições legislativas afetas ao tema da Reforma Política.
Ato do Presidente nº 12, de 2015

Número de membros: 29 titulares e 29 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jader Barbalho (PMDB-PA)

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

Designação: 17/06/2015

Instalação: 23/06/2015

Prazo final prorrogado: 03/10/2015

TITULARES	SUPLENTES
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	2. Senador Donizeti Nogueira (PT) ^(1,3)
Senadora Fátima Bezerra (PT) ⁽³⁾	3. Senador Elmano Férrer (PTB)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	4. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Reguffe (PDT) ⁽¹⁾	5. Senador Telmário Mota (PDT) ⁽²⁾
Senador Lasier Martins (PDT)	6. Senador Gladson Cameli (PP) ⁽⁴⁾
Senador Ivo Cassol (PP)	7.
Senador Benedito de Lira (PP)	8.
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	9.
Senador Otto Alencar (PSD)	10.
Senador Romero Jucá (PMDB)	11.
Senadora Simone Tebet (PMDB)	12.
Senador Jader Barbalho (PMDB)	13.
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)	14.
Senador Edison Lobão (PMDB)	15.
Senadora Sandra Braga (PMDB)	16.
Senador José Agripino (DEM)	17.
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	18.
Senador Aécio Neves (PSDB)	19.
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	20.
Senador Tasso Jereissati (PSDB)	21.
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	22.
Senadora Lídice da Mata (PSB)	23.
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	24.
Senador Fernando Collor (PTB)	25.
Senador Marcelo Crivella (PRB)	26.
Senador Magno Malta (PR)	27.
Senadora Marta Suplicy (S/Partido)	28.
Senadora Lúcia Vânia (S/Partido)	29.

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 12, de 17 de junho de 2015, fixa em 28 o quantitativo de membros da Comissão Temporária, indicando os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Gleisi Hoffmann, Fátima Bezerra, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Ivo Cassol, Benedito de Lira, Eunício Oliveira, Otto Alencar, Romero Jucá, Simone Tebet, Jader Barbalho, Garibaldi Alves Filho, Edison Lobão, Sandra Braga, José Agripino, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Tasso Jereissati, Antonio Carlos Valadares, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Fernando Collor, Marcelo Crivella, Magno Malta, Marta Suplicy para compor a Comissão.

**. O Ato do Presidente nº 13, de 18 de junho de 2015, fixa em 28 titulares e igual número de suplentes o quantitativo de membros da Comissão Temporária, indicando os Senadores Jorge Viana, Humberto Costa, Paulo Rocha, Gleisi Hoffmann, Fátima Bezerra, Lasier Martins, Ivo Cassol, Benedito de Lira, Eunício Oliveira, Otto Alencar, Romero Jucá, Simone Tebet, Jader Barbalho, Garibaldi Alves Filho, Edison Lobão, Sandra

Braga, José Agripino, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Tasso Jereissati, Antonio Carlos Valadares, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Fernando Collor, Marcelo Crivella, Magno Malta e Marta Suplicy, como membros titulares para compor a Comissão.

***. O Ato do Presidente nº 13, de 18 de junho de 2015, indica também os Senadores Walter Pinheiro, Reguffe, Elmano Ferrer e Eduardo Amorim como membros suplentes para compor a Comissão, estabelecendo que as demais indicações deverão ser realizadas pelas lideranças partidárias. Indica ainda os Senadores Jorge Viana, Jader Barbalho e Romero Jucá como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 15, de 25 de junho de 2015, prorroga até o dia 3 de outubro de 2015 o prazo para apresentação do relatório pela Comissão Temporária e fixa em 29 titulares e igual número de suplentes o quantitativo de membros deste Colegiado, indicando, ainda, a Senadora Lúcia Vânia como membro titular para compor a Comissão.

1. Em 23.06.2015, o Senador Reguffe é designado membro titular, em substituição à Senadora Fátima Bezerra, que passa à condição de suplente (Of. 80/2015-GLDBAG).

2. Em 23.06.2015, o Senador Telmário Mota é designado membro suplente (Of. 80/2015-GLDBAG).

3. Em 24.06.2015, o Senador Donizeti Nogueira é designado membro suplente, na vaga da Senadora Fátima Bezerra, que passa à condição de titular, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Of. 81/2015-GLDBAG).

4. Em 02.07.2015, o Senador Gladson Cameli é designado membro suplente (Of. 89/2015-GLDBAG).

12) COMISSÃO ESPECIAL PARA ANÁLISE DO PLS Nº 131, DE 2015

Finalidade: Analisar os Projetos de Lei do Senado nºs 131, de 2015, e 400, de 2014, que tramitam em conjunto.

Ato do Presidente nº 20, de 2015

Número de membros: 27

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)

Bloco da Maioria (PMDB, PSD)

Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)

Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)

13) COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE REFORMA DO CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA

Finalidade: Elaborar anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.
(Ato do Presidente nº 11, de 2015)

Número de membros: 24

PRESIDENTE: Georges de Moura Ferreira

RELATORA: Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Designação: 16/06/2015

Instalação: 16/06/2015

Prazo final: 14/12/2015

MEMBROS

Georges de Moura Ferreira

Donizeti de Andrade

Respício Antônio do Espírito Santo Júnior

Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Doriêdo Luiz dos Prazeres

Antônio Ivaldo Machado de Andrade

Celso Faria de Souza

Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira

Tercio Ivan de Barros

Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva

Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira

Kerlington Pimentel de Freitas

Ronei Saggiaro Glanzmann

Ricardo Bisinotto Catanant

Thiago Pereira Pedroso

Roberto José Silveira Honorato

Claudio Jorge Pinto Alves

Eduardo Sanovicz

Milton Arantes Costa

Ricardo Nogueira da Silva

José Adriano Castanho Ferreira

Ricardo Bernardi

Fernando Silva Alves de Camargo

Carlos Ebner

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 11, de 16 de junho de 2015, fixa em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Georges de Moura Ferreira, Donizeti de Andrade, Respício Antônio do Espírito Santo Júnior, Maria Helena Fonseca de Souza Rolim, Doriêdo Luiz dos Prazeres, Antônio Ivaldo, Celso Faria de Souza, Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira, Tercio Ivan de Barros, Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva, Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira, Kerlington Pimentel de Freitas, Ronei Saggiaro Glanzmann, Ricardo Bisinotto Catanant, Thiago Pereira Pedroso, Roberto José Silveira Honorato, Claudio Jorge Pinto Alves para compor a Comissão, indicando também os Especialistas Georges de Moura Ferreira e Maria Helena Fonseca de Souza Rolim para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relatora do Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 16, de 25 de junho de 2015, fixa em 24 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Eduardo Sanovicz, Milton Arantes Costa, Ricardo Nogueira da Silva, José Adriano Castanho Ferreira, Ricardo Bernardi, Fernando Silva Alves de Camargo e Carlos Ebner para compor a Comissão.

Secretário(a): Eduardo do Lago de Sá - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 3303 3511

E-mail: coceti@senado.leg.br

14) COMISSÃO ESPECIAL PARA O APRIMORAMENTO DO PACTO FEDERATIVO

Finalidade: Debater e propor soluções para o aprimoramento do Pacto Federativo.
(Ato do Presidente nº 8, de 2015)

Número de membros: 18

PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
RELATOR: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

Designação: 26/05/2015

Instalação: 27/05/2015

Prazo final: 25/08/2015

MEMBROS

Senadora Ana Amélia (PP)

Senador Antonio Anastasia (PSDB)

Senador Cristovam Buarque (PDT)

Senador Eduardo Amorim (PSC)

Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)

Senador José Serra (PSDB)

Senador Lindbergh Farias (PT)

Senadora Lúcia Vânia (S/Partido)

Senadora Marta Suplicy (S/Partido)

Senador Omar Aziz (PSD)

Senador Romero Jucá (PMDB)

Senador Ronaldo Caiado (DEM)

Senadora Simone Tebet (PMDB)

Senador Waldemir Moka (PMDB)

Senador Walter Pinheiro (PT)

Senador Blairo Maggi (PR)

Senador Roberto Rocha (PSB)

Senador Donizeti Nogueira (PT)

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 8, de 26 de maio de 2015, fixa em 15 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Senadores Ana Amélia, Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Eduardo Amorim, Fernando Bezerra Coelho, José Serra, Lindbergh Farias, Lúcia Vânia, Marta Suplicy, Omar Aziz, Romero Jucá, Ronaldo Caiado, Simone Tebet, Waldemir Moka e Walter Pinheiro para compor a Comissão, indicando também os Senadores Walter Pinheiro, Simone Tebet e Fernando Bezerra Coelho para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Relator do Colegiado.

** . O Ato do Presidente nº 10, 28 de maio de 2015, fixou em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Senadores Blairo Maggi e Roberto Rocha para compor a Comissão.

***. O Ato do Presidente nº 14, 25 de junho de 2015, fixou em 18 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando o Senador Donizeti Nogueira para compor a Comissão.

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 33033508

E-mail: coceti@senado.gov.br

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DO CARF

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar denúncias nos julgamentos realizados pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

Requerimento nº 407, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾

Leitura: 28/04/2015

Designação: 13/05/2015

Instalação: 19/05/2015

Prazo final: 15/09/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽³⁾
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	2.
Senador Hélio José (PSD-DF) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽⁴⁾
Senador Wilder Morais (DEM-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

*. Em 13.05.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Ofs. nºs 51 e 55/2015-BLSDEM).

** Em 13.05.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 34/2015-BLUFOR).

***. Em 13.05.2015, os Senadores Simone Tebet e Otto Alencar foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a Comissão (Of. 133/2015-GLPMDB)

****. Em 13.05.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Of. 107/2015-GLPSDB)

*****. Em 14.05.2015, os Senadores José Pimentel, Humberto Costa, Donizeti Nogueira e Acir Gurgacz foram designados membros titulares e o Senador Ivo Cassol, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. nº 70/2015-BLDBAG).

1. Em 19.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Donizeti Nogueira e Vanessa Grazziotin, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relatora deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICARF).

2. Em 20.05.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Of. 162/2015-GLPMDB)

3. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 71/2015-GLDBAG)

4. Em 02.06.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 120/2015-GLPSDB).

5. Em 02.06.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 38/2015-GLDEM).

Secretário(a): Felipe Geraldes - Adjunto - Eduardo do Lago de Sá
Telefone(s): 33034854/3511
E-mail: coceti@senado.leg.br

2)CPI DAS PRÓTESES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Requerimento nº 93, de 2015

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 25/03/2015

Instalação: 31/03/2015

Prazo final: 26/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

Notas:

*. Em 25.03.2015, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 27/2015-GLBSD).

**. Em 25.03.2015, os Senadores Humberto Costa e Paulo Paim foram designados membros titulares, e o Senador Donizeti Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 28/2015-GLDBAG).

***. Em 25.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro titular, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 82/2015-GLPSDB).

****. Em 25.03.2015, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a CPI (Of. 77/2015-GLPMDDB).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 16/2015-BLUFOR).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Marcello Crivella foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Of. 24/2015-BLUFOR).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 25.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. 66/2015-GLPMDDB).

3. Em 31.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Aloysio Nunes Ferreira e Humberto Costa, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIDPRO).

4. Em 28.04.2015, o Senador Romário deixa de integrar, como titular, a CPI das Próteses (Of. 50/2015-BLSDEM).

5. Em 13.05.2015, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Of. 56/2015-BLSDEM).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 61 33033492/3501

Fax: 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

3)CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO

Finalidade: Investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União

Requerimento nº 478, de 2015

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

Leitura: 06/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
	1.
	2.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
	1.

4)CPI DO HSBC

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça.

Requerimento nº 94, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 18/03/2015

Instalação: 24/03/2015

Prazo final: 19/09/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁹⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(5,6,7)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(2,10)	2.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁸⁾	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)	1. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; os Senadores Ciro Nogueira e Paulo Paim, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Ofs. 29 e 37/2015-GLDBAG; e Mem. 51/2015-GLDPP).

** Em 18.03.2015, os Senadores Ricardo Ferraço, Waldemir Moka e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 75/2015-GLPMDB).

***. Em 18.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular, e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Of. 15/2015-BLUFOR).

****. Em 18.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 26/2015-BLSDEM).

*****. Em 18.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, membro suplente, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Ofs. 60 e 61/2015-GLPSDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

2. Em 19.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 81/2015-GLPMDB).

3. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Rocha, o Senador Randolfe Rodrigues, e o Senador Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Memo nº 1/2015 - CPIHSBC).

4. Em 25.03.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. nº 24/2015-GLDEM).

5. Em 30.03.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Paim ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 45/2015-GLDBAG).

6. Em 31.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 46/2015-GLDBAG).

7. Em 31.03.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 43/2015-BLSDEM).

8. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPSDB).

9. Em 05.05.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Regina Sousa, que passou a compor a Comissão como membro suplente (Of. 67/2015-GLDBAG).

10. Em 20.05.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 161/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Rogério Faleiro Machado - Adjunto - Eduardo do Lago de Sá

Telefone(s): 61 33033510/11

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

5)CPI DA CBF

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL).

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 28/05/2015

Designação: 07/07/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽²⁾
Senador Zeze Perrella (PDT-MG)	2.
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽¹⁾	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)	1. Senador Hélio José (PSD-DF)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2.
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)	1.
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Romário (PSB-RJ)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Fernando Collor (PTB-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 07.07.2015, os Senadores Humberto Costa e Zezé Perrella foram designados membros titulares; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 76/2015-GLDBAG).

**. Em 07.07.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Romero Jucá e Omar Aziz foram designados membros titulares; e o Senador Hélio José, membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 180 e 191/2015-GLPMDB).

***. Em 07.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membros titular; e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Ofs. 39 e 40/2015-BLUFOR).

****. Em 07.07.2015, o Senador Romário foi designado membros titular; e a Senadora Lídice da Mata, membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Mem. 58/2015-BLSDEM).

*****. Em 07.07.2015, os Senadores Alvaro Dias e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 123/2015-GLPSDB e Of. 64/2015-GLDEM).

1. Em 08.07.2015, o Senador Donizeti Nogueira foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 82/2015).

2. Em 08.07.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passou a compor a comissão como titular (Of. 82/2015).

6)CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o assassinato de jovens no Brasil.

Requerimento nº 115, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

Leitura: 05/03/2015

Designação: 29/04/2015

Instalação: 06/05/2015

Prazo final: 01/11/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
VAGO ⁽²⁾	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽²⁾
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

Notas:

*. Em 29.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Ofs. 129/2015-GLPMDB e 51/2015-GLBSD).

**. Em 29.04.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 35/2015-GLBSD).

***. Em 29.04.2015, os Senadores Paulo Paim, Angela Portela, Telmário Mota e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Ofs. 42 e 52/2015-GLDBAG).

****. Em 29.04.2015, a Senadora Maria do Carmo foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 18/2015-GLDEM).

*****. Em 29.04.2015, o Senador Magno Malta é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força para compor a Comissão (Of. 17/2015-BLUFOR).

*****. Em 29.04.2015, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 128/2015-GLPMDB).

1. Em 06.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lídice da Mata, Paulo Paim e Lindbergh Farias, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIADJ).

2. Em 06.05.2015, vago em virtude de a Senadora Simone Tebet deixar de ser membro titular e passar a compor a Comissão na condição de membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 141/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 33033508/3514

Fax: 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Delcídio do Amaral (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT) ^(10,16)
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	5. Senador Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁵⁾
Senador Telmário Mota (PDT)	6. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Gladson Cameli (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senador Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Romero Jucá (PMDB)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Raimundo Lira (PMDB)	3. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	4. Senadora Lúcia Vânia (S/Partido) ⁽⁷⁾
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁹⁾
Senador Roberto Requião (PMDB)	6. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽¹¹⁾
Senador Omar Aziz (PSD)	7. Senadora Rose de Freitas (PMDB) ⁽¹³⁾
VAGO ⁽¹²⁾	8. Senador Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ^(8,14)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador José Serra (PSDB)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Dalirio Beber (PSDB) ⁽¹⁵⁾
Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽¹⁾	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Tasso Jereissati (PSDB)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	3. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

** Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmann, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).

*****. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunício Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB).

2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).

6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).

7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).

10. Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 65/2015-GLDBAG).

11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).

12. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

13. Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 159/2015-GLPMDB).

14. Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Ataídes Oliveira e Antonio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).

15. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 112/2015-GLPSDB).

16. Em 02.07.2015, o Senador Acir Grugacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Donizeti Nogueira (Of. 90/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas - Ala Alexandre Costa, Plenário nº 19

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 311-3516/4605

Fax: 3303-4344

E-mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605/3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽⁴⁾	
Senador Humberto Costa (PT)	1. VAGO ⁽¹¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Senador Paulo Paim (PT) ⁽¹¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB) ^(6,10)
Senador Edison Lobão (PMDB) ⁽⁶⁾	5. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽¹²⁾
Senador Otto Alencar (PSD)	6.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Wilder Moraes (DEM)
Senadora Lúcia Vânia (S/Partido)	2. VAGO ^(5,8)
Senador Dalirio Beber (PSDB) ⁽¹³⁾	3.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹³⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB) ⁽¹⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Roberto Rocha (PSB) ⁽⁹⁾	2. Senador Romário (PSB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB) ⁽¹⁾	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Vicentinho Alves (PR) ^(2,3)
Senador Elmano Férrer (PTB)	2. VAGO
Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁾	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Moraes, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMD).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDDB).
11. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDDB).
13. Em 19.05.2015, os Senadores Dalirio Beber e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 113/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

Fax: 3303 3652

E-mail: cas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	2. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁹⁾
Senador José Pimentel (PT)	3. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senadora Angela Portela (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	5. Senador Zeze Perrella (PDT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	6. Senador Paulo Paim (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senadora Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador Edison Lobão (PMDB)	2. Senador Omar Aziz (PSD)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) ⁽⁶⁾
Senador Romero Jucá (PMDB)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senadora Simone Tebet (PMDB)	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁶⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ^(11,15)	7. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senador José Maranhão (PMDB)	8. Senador Raimundo Lira (PMDB) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ⁽⁷⁾	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(10,16)
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	2. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Senador Aécio Neves (PSDB) ^(10,16)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador José Serra (PSDB) ^(1,12,17)	4. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	5. Senador Wilder Moraes (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Roberto Rocha (PSB)	2. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽¹⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Blairo Maggi (PR) ^(18,19)
Senador Magno Malta (PR)	3. Senador Elmano Férrer (PTB)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).

2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).

6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).

7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes (Of. 87/2015-GLPSDB).

8. Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).

9. Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).

10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).

11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).

13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDB).

14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLSDEM).

15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDB).

16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).

17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).

18. Em 08.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Blairo Maggi, que deixou de compor a Comissão (Of. 037/2015-BLUFOR).

19. Em 16.06.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 038/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senadora Fátima Bezerra (PT)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Senadora Angela Portela (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	3. Senador Zeze Perrella (PDT) ⁽⁴⁾
Senador Cristovam Buarque (PDT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	5. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Paulo Paim (PT)	6. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senador Ivo Cassol (PP)	7. Senador Ciro Nogueira (PP)
Senador Gladson Cameli (PP) ⁽⁵⁾	8. Senadora Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	3. Senador Ricardo Ferraço (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	4. Senador Hélio José (PSD)
Senador Otto Alencar (PSD)	5. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽⁹⁾
Senador Dário Berger (PMDB) ⁽³⁾	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁷⁾	7.
	8.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Alvaro Dias (PSDB)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Dalirio Beber (PSDB) ^(6,10)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Senador Romário (PSB)	2. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)
Senador Roberto Rocha (PSB)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC)	2.
Senador Douglas Cintra (PTB)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

** Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*** Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

**** Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

***** Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 13/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).

4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).

5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira (Of. 36/2015-GLDBAG).

6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).

7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).

10. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 114/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: ce@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604/2

Fax: 311-3121/1319

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604

Fax: 311-3121/1319

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT) ⁽⁷⁾
Senador Paulo Rocha (PT)	4. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁵⁾
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽³⁾
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Otto Alencar (PSD)	3. VAGO ⁽¹⁰⁾
	4. Senadora Sandra Braga (PMDB) ⁽⁶⁾
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ⁽⁸⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador João Capiberibe (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾
Senador Douglas Cintra (PTB)	2. Senador Fernando Collor (PTB) ⁽¹¹⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Regina Sousa e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDDB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDB).

10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

11. Em 23.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 42/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Jorge Viana (PT)	1.
Senador Reguffe (PDT)	2.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Roberto Rocha (PSB) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1.

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 30/2015-CMA).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Donizeti Nogueira (PT)	1. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	2.
Senador Ivo Cassol (PP)	3.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB)	2.
VAGO (1)	3.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1.

Notas:

1. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁵⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT) ^(1,5)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Ivo Cassol (PP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mem. 30/2015-CMA).

2. Em 13.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Of. 31/2015-CMA).

3. Em 19.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Mem. 33/2015-CMA).

4. Em 19.05.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Mem. 33/2015-CMA).

5. Em 19.05.2015, o Senador Delcídio Amaral foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passou a compor a comissão como membro suplente (Mem. 33/2015-CMA).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).

**. Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾

Designação: 06/05/2015

Instalação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Donizeti Nogueira (PT)	1.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Roberto Rocha (PSB)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1.

Notas:

1. Em 20.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e Douglas Cintra, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. 34/2015-CMA).

*. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽⁴⁾	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	2. Senador Benedito de Lira (PP) ^(8,10)
Senadora Angela Portela (PT) ⁽⁸⁾	3. Senador Telmário Mota (PDT) ⁽³⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senador Cristovam Buarque (PDT) ⁽²⁾
Senador Donizeti Nogueira (PT)	5. Senador Humberto Costa (PT)
	6.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Dário Berger (PMDB)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senadora Rose de Freitas (PMDB) ^(7,12)	3. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽⁹⁾
Senador Omar Aziz (PSD) ⁽¹²⁾	4.
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹³⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB) ⁽¹¹⁾	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹¹⁾	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽¹¹⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Romário (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁵⁾
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membros titular; e o Senador Davi Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).

6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).

7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDB).
10. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 72/2015-GLDBAG).
11. Em 28.05.2015, os Senadores Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 116/2015-GLPSDB).
12. Em 29.05.2015, os Senadores Rose de Freitas e Omar Aziz foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria (Of. 165/2015-GLPMDB).
13. Em 03.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 174/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4251

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senadora Marta Suplicy (S/Partido)
Senadora Regina Sousa (PT)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Hélio José (PSD)	1. Senador Dário Berger (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB) ⁽¹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

*. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Sousa foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).

**. Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

***. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).

****. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4251

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	2. Senador Telmário Mota (PDT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	5. VAGO ⁽⁹⁾
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁶⁾
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Edison Lobão (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD) ^(10,11)	3. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Senador Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Senador Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²⁾	3. Senador José Serra (PSDB)
Senador Paulo Bauer (PSDB) ^(4,7)	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB) ^(2,5,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador João Capiberibe (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Magno Malta (PR)	2. Senador Wellington Fagundes (PR)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).

5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Of. 35/2015-GLDBAG).
7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: cre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Delcídio do Amaral (PT)	1. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	2. Senadora Angela Portela (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	3. Senador José Pimentel (PT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	4. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Telmário Mota (PDT)	5. VAGO ⁽¹⁰⁾
Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁵⁾	6. Senador Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)	1. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB)	3. Senador Dário Berger (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB) ^(7,8)	4. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁴⁾	5. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD) ^(4,9)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. Senador José Agripino (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Senador Paulo Bauer (PSDB)	4.
	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2.
	3.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR) ⁽³⁾	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	2. Senador Vicentinho Alves (PR) ⁽¹⁾
Senador Elmano Férrer (PTB)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Camelli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 - GLDBAG).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wilder Moraes (DEM-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Sérgio Petecão (PSD)	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Hélio José (PSD)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (DEM)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Em 10.06.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wilder Moraes e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado (Of. 20/2015-CI).

2. Em 10.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado, nos termos do art. 89, IV, do RISF, membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 20/2015-CI).

*. Em 20.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Sérgio Petecão, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Hélio José, pelo Bloco da Maioria, Wilder Moraes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Walter Pinheiro, pelo Bloco de Apoio ao Governo e Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 16/2015-CI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador José Pimentel (PT)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT)
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. VAGO ^(1,10)
Senador Gladson Cameli (PP)	5. Senador Ciro Nogueira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ^(11,12)	2. Senador Hélio José (PSD) ^(7,15)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
VAGO ⁽⁵⁾	2. Senadora Lúcia Vânia (S/Partido)
VAGO ^(6,13)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁴⁾
Senador Elmano Férrer (PTB)	2. Senador Douglas Cintra (PTB) ⁽¹⁴⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR (Of. 15/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB).

8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).
13. Em 26.05.2015, vago em virtude de o Senador Antonio Anastasia ter deixado de compor a Comissão (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 30.06.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 44/2015-BLUFOR).
15. Em 09.07.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 192/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT)	1. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senador Lasier Martins (PDT)
Senador Zeze Perrella (PDT)	3.
Senador Delcídio do Amaral (PT)	4.
Senadora Ana Amélia (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Waldemir Moka (PMDB)	1. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	4. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ^(5,6)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁴⁾	5. Senador Hélio José (PSD) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Wilder Moraes (DEM)
VAGO ^(3,7)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1.
Senadora Lúcia Vânia (S/Partido) ⁽⁷⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Blairo Maggi (PR)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).

****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).

4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDB).

5. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

6. Em 24.06.2015, os Senadores Ricardo Ferraço e Hélio José foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (Of. 179/2015-GLPMDB).

7. Em 09.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão como membro titular pelo Bloco da Oposição e passa a integrar como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 140/15-GLPSDB e Memo. 63/2015-GLBSD).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Hélio José (PSD-DF) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senador Zeze Perrella (PDT)
Senador Lasier Martins (PDT)	2. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	4. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Gladson Cameli (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	2. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	3. VAGO ⁽⁸⁾
Senador Omar Aziz (PSD) ⁽⁵⁾	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Hélio José (PSD) ⁽⁶⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽²⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁴⁾
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

**.. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Camelli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).

2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015- GLPMDB).

6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).

7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 26.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Mem. 57/2015-BLSDM).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senadora Angela Portela (PT)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	3. Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Gladson Cameli (PP)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
VAGO ^(3,6,8)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Senador Edison Lobão (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) ⁽⁷⁾	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽²⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

** . Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

****. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).

4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).

6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB)

7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDEM)

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Telefone(s): 61 33031095

E-mail: csf@senado.leg.br

CONSELHOS e ÓRGÃOS**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

SENADORES	CARGO
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 31/01/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. VAGO ⁽³⁾
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾	4.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (DEM-GO)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾	2.
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)	1.
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1.
	2.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
(/)	

Atualização: 16/06/2015

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 11/06/2015.
2. Eleitos na 1ª reunião do Conselho realizada em 16/06/2015.
3. Em 16/06/2015, o Senador Paulo Rocha deixa a suplência e é eleito membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 075/2015-GLDBAG).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**5ª Designação:** 11/02/2011**6ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS	
PMDB	VAGO
PT	VAGO
PSDB	VAGO
PTB	VAGO
PP	VAGO
PDT	VAGO
PSB	VAGO
DEM	VAGO
PR	VAGO
PSD	VAGO
PCdoB	VAGO
PV	VAGO
PRB	VAGO
PSC	VAGO
PSOL	VAGO

Atualização: 12/03/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-4561/3303-5258

Fax: 3303-5258

E-mail: saop@senado.leg.br

4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL)

MEMBROS**PTB**

Senador Fernando Collor (AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽¹⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**4ª Designação:** 04/03/2015**MEMBROS****PMDB**

Senador Eunício Oliveira (CE)

PT

Senador Delcídio do Amaral (MS)

PSDB

Senador Tasso Jereissati (CE)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Acir Gurgacz (RO)

PR

Senador Blairo Maggi (MT)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senador Ciro Nogueira (PI)

PTB

Senador Douglas Cintra (PE)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSOL

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 19/03/2015**Notas:**

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Paulo Paim (RS)
PSDB
Senador Flexa Ribeiro (PA)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Lasier Martins (RS)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PP
Senador Gladson Cameli (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (AL)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSOL
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 17/03/2015

Notas:

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
Representante da sociedade civil organizada
VAGO
Pesquisador com produção científica relevante
VAGO
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303.5258

Fax: 3303.5260

E-mail: saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA GOUVEIA NOWILL*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romário (PSB-RJ) ⁽²⁾**1ª Designação:** 22/08/2013**2ª Designação:** 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Lindbergh Farias (RJ)
PSDB
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Elmano Férrer (PI)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PSOL
Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

Atualização: 07/07/2015**Notas:**

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015

1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.

2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 07/07/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 20/12/2013

MEMBROS	
PMDB	VAGO
PT	VAGO
PSDB	VAGO
PTB	
PP	
PDT	VAGO
PSB	VAGO
DEM	
PR	VAGO
PSD	VAGO
PCdoB	VAGO
PV	VAGO
PRB	VAGO
PSC	VAGO
PSOL	VAGO
SD	VAGO

Atualização: 31/01/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares**COORDENADOR:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾**1ª Designação:** 16/11/1995**2ª Designação:** 30/06/1999**3ª Designação:** 27/06/2001**4ª Designação:** 25/09/2003**5ª Designação:** 26/04/2011**6ª Designação:** 21/02/2013**7ª Designação:** 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)	PMDB
Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)	PMDB
Senador Jorge Viana (PT/AC)	PT
Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	PSDB
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	PSD

Atualização: 06/05/2015**Notas:**

1. Designado Coordenador conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015**Notas:**

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255**Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL*(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)*

SENADOR	CARGO
	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senadora Fátima Bezerra (RN)
PSDB
Senador Antonio Anastasia (MG)
PSB
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT
Senador Reguffe (DF)
PR
Senador Wellington Fagundes (MT)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
Senador Wilder Moraes (GO)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Douglas Cintra (PE)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSOL
Senador Randolfê Rodrigues (AP)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 01/07/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61)3303-5255

Fax: (61)3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL

(Resolução nº 36, de 2008.)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

**PRESIDENTE (art. 88, § 3º do
RISF):**

15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO

(Resolução nº 8, de 2015.)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do

RISF):

16) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
DEM
Senador José Agripino (RN)
PCdoB
Senador Lasier Martins (PDT-RS) ⁽¹⁾
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PMDB
Senador Jader Barbalho (PA)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PSD
Senador Omar Aziz (AM)
PSOL
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
PSB
Senador Roberto Rocha (MA)
PTB
Senador Fernando Collor (AL)
PR
Senador Blairo Maggi (MT)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PT
Senador Jorge Viana (AC)

Atualização: 01/07/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.

1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Anexo II, térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Examinar e emitir parecer, nos termos do § 1º, do art. 166 da Constituição Federal de 1988.

Número de membros: 10 Senadores e 30 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Jaime Martins (PSD-MG)

2ª VICE-PRESIDENTE: Deputado Giuseppe Vecci (PSDB-GO)

3º VICE-PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)

Relator do PLDO: Deputado Ricardo Teobaldo (PTB-PE)

Relator do PLOA: Deputado Ricardo Barros (PP-PR)

Relator da Receita: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Relator do PPPA: Deputado Zeca Dirceu (PT-PR)

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Rose de Freitas - PMDB/ES	1. Dário Berger - PMDB/SC ⁽⁴⁾
Raimundo Lira - PMDB/PB	2. Hélio José - PSD/DF
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. Lúcia Vânia - S/Partido/GO ⁽⁵⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Acir Gurgacz - PDT/RO	1. Gleisi Hoffmann - PT/PR
Walter Pinheiro - PT/BA	2. Angela Portela - PT/RR
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. Davi Alcolumbre - DEM/AP
Wilder Moraes - DEM/GO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Roberto Rocha - PSB/MA	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim - PSC/SE	1. Elmano Férrer - PTB/PI
PP	
Benedito de Lira - AL	1. Ivo Cassol - RO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Edmar Arruda - PSC/PR	1. Danilo Forte - PMDB/CE
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO
César Halum - PRB/TO	3. Expedito Netto - SD/RO
Genecias Noronha - SD/CE	4. Jhonatan de Jesus - PRB/RR
Hildo Rocha - PMDB/MA	5. Kaio Maniçoba - PHS/PE
João Arruda - PMDB/PR	6. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Lelo Coimbra - PMDB/ES	7. Mauro Lopes - PMDB/MG
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Nilton Capixaba - PTB/RO	9. Vitor Valim - PMDB/CE
Ricardo Teobaldo - PTB/PE	10. Washington Reis - PMDB/RJ
Lázaro Botelho - PP/TO	11. Cacá Leão - PP/BA
Ricardo Barros - PP/PR	12. Julio Lopes - PP/RJ ⁽²⁾
Elmar Nascimento - DEM/BA	13. Pedro Fernandes - PTB/MA
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
José Rocha - PR/BA	1. Gorete Pereira - PR/CE
Nilton Tatto - PT/SP	2. João Carlos Bacelar - PR/BA
Paulo Pimenta - PT/RS	3. Jorge Solla - PT/BA
Hugo Leal - PROS/RJ	4. José Airton Cirilo - PT/CE
Wadson Ribeiro - PCdoB/MG	5. Leo de Brito - PT/AC
Wellington Roberto - PR/PB	6. Orlando Silva - PCdoB/SP
Zé Geraldo - PT/PA	7. Valtenir Pereira - PROS/MT
Zeca Dirceu - PT/PR	8. Leonardo Monteiro - PT/MG ^(6,7)
Jaime Martins - PSD/MG	9. VAGO ⁽¹⁾
Walter Ihoshi - PSD/SP	10. Átila Lins - PSD/AM
PSDB, PSB, PPS, PV	
Caio Narcio - PSDB/MG	1. César Messias - PSB/AC
Giuseppe Vecchi - PSDB/GO	2. Leopoldo Meyer - PSB/PR
Gonzaga Patriota - PSB/PE	3. Evair de Melo - PV/ES ⁽³⁾
Hissa Abrahão - PPS/AM	4. Domingos Sávio - PSDB/MG
João Fernando Coutinho - PSB/PE	5. Izalci - PSDB/DF
Samuel Moreira - PSDB/SP	6. Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE
PDT	
Flávia Moraes - GO	1. Pompeo de Mattos - RS
PSOL	
Edmilson Rodrigues - PA	1. Cabo Daciolo - S/Partido/RJ

Notas:

1. Tornada sem efeito a indicação do Deputado Rômulo Gouveia (PSD/PB), em 7/5/2015, conforme Ofício nº 302, de 2015, da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados.
2. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em substituição ao Deputado Sandes Júnior, em 22-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 273, de 2015, da Liderança do PP.
3. Designado, como membro suplente, o Deputado Evair de Melo, em substituição ao Deputado William Woo, em 25-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 136, de 2015, da Liderança do PPS/PV.
4. Designado, como membro suplente, o Senador Dário Berger, em vaga existente, em 27-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 168, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
5. Designada, como membro suplente, a Senadora Lúcia Vânia, em vaga existente, em 1-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 169, de 2015, da Liderança do Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

6. O Deputado Weliton Prado deixou de fazer parte da CMO, conforme Ofício nº 435/2015, da Liderança do PT.

7. Designado, como membro suplente, o Deputado Leonardo Monteiro - PT/MG, em vaga existente, em 09-07-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 451, de 2015, da Liderança PT.

Secretário: Walbinson Tavares de Araújo

Telefone(s): (61) 3216-6892

E-mail: cmo.decom@camara.leg.br

Local: Câmara dos Deputados, Plenário 2

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sarney Filho (PV-MA)

RELATOR: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

Designação: 19/03/2015

Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	2. VAGO
Roberto Rocha - PSB/MA ⁽⁹⁾	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Jorge Viana - PT/AC ⁽²⁾	1. VAGO
Donizeti Nogueira - PT/TO ⁽²⁾	2. VAGO
Cristovam Buarque - PDT/DF ⁽²⁾	3. Ivo Cassol - PP/RO ⁽²⁾
Gladson Cameli - PP/AC ⁽²⁾	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP
Maria do Carmo Alves - DEM/SE ⁽⁵⁾	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Douglas Cintra - PTB/PE	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Eros Biondini - PTB/MG	1. Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO
VAGO ⁽¹²⁾	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Roberto Balestra - PP/GO	3. Valdir Colatto - PMDB/SC ⁽⁶⁾
Sergio Souza - PMDB/PR	4. VAGO ^(12,14)
Jony Marcos - PRB/SE ⁽⁸⁾	5. Rômulo Gouveia - PSD/PB ⁽¹³⁾
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Angelim - PT/AC	1. Alessandro Molon - PT/RJ
Leônidas Cristino - PROS/CE	2. Átila Lins - PSD/AM ⁽³⁾
Jaime Martins - PSD/MG ⁽³⁾	3. Ivan Valente - PSOL/SP ⁽¹¹⁾
Leonardo Monteiro - PT/MG ⁽¹⁰⁾	4. VAGO
PSDB, PSB, PPS, PV	
Ricardo Tripoli - PSDB/SP	1. Antonio Carlos Mendes Thame - PV/MA
Sarney Filho - PV/MA	2. Janete Capiberibe - PSB/AP
PDT ⁽¹⁾	
Giovani Cherini - RS	1. Daniel Coelho - PSDB/PE ⁽⁷⁾

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.

2. Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

3. Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.

4. O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria.

5. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.

6. Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

7. Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria.

8. Designado, como membro titular, o Deputado Jony Marcos, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2015, da Liderança do Bloco PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PTC/PRTB/PSL e PTdoB.

9. Designado, como membro titular, em vaga cedida, o Senador Roberto Rocha, conforme Ofício nº 52, de 2015, da Liderança do Bloco Socialismo e Democracia (Sessão do Senado Federal, de 29/04/2015).

10. Designado, como membro titular, o Deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 249, de 2015, da Liderança do PR.

11. Designado, como membro suplente, o Deputado Ivan Valente (PSOL/SP), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 153, de 2015, da Liderança do PROS.

12. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcus Vicente, em vaga existente, em 1-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 318, de 2015, da Liderança do PP.

13. Designado, como membro suplente, o Deputado Rômulo Gouveia (PTB/PB), em vaga existente, em 2-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 257, de 2015, da Liderança do Democratas.

14. Ofício nº 335/2015, da Liderança do PP, comunicando o desligamento do Deputado Marcus Vicente da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas - CMMC

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 61 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas

(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Finalidade: A Comissão Mista representará o Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA), cabendo-lhe exercer os direitos e cumprir os deveres inerentes à participação nesta organização.

Número de membros: 10 Senadores e 10 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A atividade da CCAI tem por principal objetivo, dentre outros, a fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Deputada Jô Moraes (PCdoB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Líder da Maioria Deputado Leonardo Picciani (PMDB/RJ)	Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Benito Gama (PTB/BA) ⁽²⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) ⁽¹⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) ⁽⁴⁾
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI) ⁽³⁾	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senadora Marta Suplicy (S/Partido/SP) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.
2. Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.
3. Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Heráclito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.
4. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Cássio Cunha Lima, para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 88/2015, da Liderança do Bloco da Oposição, despachado na sessão do Senado Federal de 31/03/2015.
5. Designada, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a Senadora Marta Suplicy para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 10/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 08/04/2015.

Secretário: Thiago Nascimento C. Silva

Telefone(s): 61 3303-3502

E-mail: cocm@senado.leg.br

**Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos
Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**

(Resolução nº 2, de 2014-CN)

Finalidade: A Comissão Mista é órgão de ligação entre o Congresso Nacional e a Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP)

Número de membros: 2 Senadores e 4 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------

Secretário: Clarissa Kiwa Scarton Hayashi

Telefone(s): 61 3303-3503

E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota (PSB-SP)

RELATOR: Deputada Luizianne Lins (PT-CE)

Designação: 05/03/2015

Instalação: 10/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. VAGO
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Marta Suplicy - S/Partido/SP	2. Regina Sousa - PT/PI
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia - S/Partido/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Magno Malta - PR/ES	1. Eduardo Amorim - PSC/SE (14)
PP	
Ana Amélia - RS	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. Cristiane Brasil - PTB/RJ
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSC/MG
Jéssica Sales - PMDB/AC	4. Rosangela Gomes - PRB/RJ
Jozi Rocha - PTB/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
VAGO	7. Delegado Edson Moreira - PTN/MG (7)
Tia Eron - PRB/BA (11)	8. VAGO
Ezequiel Teixeira - SD/RJ (2)	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO (3)	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PTN/PR (7)	11. VAGO
Iracema Portella - PP/PI (8)	12. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA
VAGO (12)	2. VAGO (12)
Erika Kokay - PT/DF (4)	3. Benedita da Silva - PT/RJ (15)
Luizianne Lins - PT/CE (4)	4. Margarida Salomão - PT/MG (15)
Moema Gramacho - PT/BA (4)	5. Maria do Rosário - PT/RS (15)
Rogério Rosso - PSD/DF (5)	6. VAGO
Alice Portugal - PCdoB/BA (6)	7. VAGO
VAGO	8. VAGO
PSDB, PSB, PPS, PV	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Arnaldo Jordy - PPS/PA
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
VAGO (13)	5. VAGO
Mariana Carvalho - PSDB/RO (10)	6. VAGO
PDT	
Flávia Moraes - GO (9)	1. VAGO
PSOL (1)	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.
3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luizianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Moraes, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
12. Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Fonceca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.
13. A Deputada Shéridan deixou de fazer parte da comissão em razão de seu desligamento, conforme Ofício nº 648, de 2015, da Liderança do PSDB.
14. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Amorim, em vaga existente, em 1º-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
15. Designadas, como membros suplentes, as Deputadas Benedita da Silva, Margarida Salomão e Maria do Rosário, em vaga existente, em 10-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 445, de 2015, da Liderança do PT.

Secretário: Gigliola Ansiliero

Telefone(s): 61 3303-3504

E-mail: cocm@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS**ATN nº 1, de 2015 - Consolidação da Legislação Federal**

Finalidade: Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Luiz Sérgio (PT-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Luiz Sérgio (PT/RJ)
Deputado Sergio Souza (PMDB/PR)
Deputado Sergio Zveiter (PSD/RJ)
Deputado Miro Teixeira (PROS/RJ)
Deputado Sandro Alex (PPS/PR)
Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
VAGO

SENADO FEDERAL
Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)
Senador Jorge Viana (PT/AC)
Senador Walter Pinheiro (PT/BA)
Senador Blairo Maggi (PR/MT)
VAGO

ATN nº 3, de 2015 - Responsabilidade das Estatais

Finalidade: Comissão mista destinada a apresentar Projeto de Lei de Responsabilidade das Estatais

Número de membros: 5 Senadores e 5 Deputados

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

RELATOR: Deputado Arthur Oliveira Maia (SD-BA)

Instalação: 18/06/2015

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Arthur Oliveira Maia (SD/BA)
Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)
Deputado Andre Moura (PSC/SE)
Deputado Rogério Rosso (PSD/DF)
Deputado Leonardo Picciani (PMDB/RJ) ⁽²⁾

SENADO FEDERAL
Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Senador Otto Alencar (PSD/BA)
Senador José Serra (PSDB/SP)
Senador Walter Pinheiro (PT/BA)
Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE) ⁽²⁾

Notas:

1. Substituição do Senador Romero Jucá na Presidência da Comissão pelo Senador Tasso Jereissati, conforme ATN nº 4/2015.
2. Vaga criada em decorrência do ATN nº4, de 2015

CONSELHOS E ÓRGÃOS

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Edio Lopes (PMDB-RR)

2ª VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

Designação: 07/04/2015

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Arthur Oliveira Maia - SD/BA	1. Afonso Hamm - PP/RS
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Carlos Andrade - PHS/RR
Celso Russomanno - PRB/SP	3. Carlos Gomes - PRB/RS
Dilceu Sperafico - PP/PR	4. Edmar Arruda - PSC/PR
Edio Lopes - PMDB/RR	5. Elizeu Dionizio - SD/MS
José Fogaça - PMDB/RS	6. Fernando Monteiro - PP/PE
Luiz Carlos Busato - PTB/RS	7. Osmar Serraglio - PMDB/PR
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Renato Molling - PP/RS	9. Ronaldo Benedet - PMDB/SC ⁽⁴⁾
Takayama - PSC/PR	10. Wilson Filho - PTB/PB ⁽¹⁰⁾
Mandetta - DEM/MS ⁽⁵⁾	11. VAGO
PT, PSD, PR, PDT, PROS, PCdoB	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Givaldo Vieira - PT/ES
Benedita da Silva - PT/RJ	2. VAGO ⁽³⁾
Danrlei de Deus Hinterholz - PSD/RS	3. Hugo Leal - PROS/RJ
Domingos Neto - PROS/CE	4. Jorginho Mello - PR/SC
Fernando Marroni - PT/RS	5. Remídio Monai - PR/RR
Rômulo Gouveia - PSD/PB ⁽⁶⁾	6. Jaime Martins - PSD/MG ⁽⁶⁾
Luiz Cláudio - PR/RO	7. Ságuas Moraes - PT/MT
Maurício Quintella Lessa - PR/AL	8. Zeca do Pt - PT/MS ⁽⁹⁾
PSDB, PSB, PPS, PV	
Eduardo Barbosa - PSDB/MG	1. Moses Rodrigues - PPS/CE
Geovania de Sá - PSDB/SC	2. Tereza Cristina - PSB/MS ⁽¹⁾
Roberto Freire	3. Vicentinho Júnior - PSB/TO ⁽¹⁾
Rocha - PSDB/AC	4. VAGO
Jose Stédile - PSB/RS ⁽¹⁾	5. VAGO
Heráclito Fortes - PSB/PI ⁽¹⁾	6. VAGO
PDT	

TITULARES	SUPLENTE
Damião Feliciano - PB	1. Weverton Rocha - MA
PSOL	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo	
Humberto Costa - PT/PE	1. Acir Gurgacz - PDT/RO ⁽²⁾
Fátima Bezerra - PT/RN	2. Angela Portela - PT/RR
Lindbergh Farias - PT/RJ ⁽²⁾	3. Gladson Cameli - PP/AC
Bloco da Maioria	
VAGO ⁽⁸⁾	1. Waldemir Moka - PMDB/MS
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Dário Berger - PMDB/SC
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO
Davi Alcolumbre - DEM/AP ⁽⁷⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força	
Blairo Maggi - PR/MT	1. Eduardo Amorim - PSC/SE

Notas:

- Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Heráclito Fortes, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Tereza Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
- Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- O Deputado Herculano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Ronaldo Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Mandetta, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.
- Designado, como membro titular, o Deputado Rômulo Gouveia, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Jaime Martins, em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia, em 28-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 261, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em vaga existente, em 29-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2015, da Liderança do DEM.
- Vago em razão do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10 de maio de 2015.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 12-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2015, da Liderança do PT.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Wilson Filho, em vaga existente, em 20-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 164, de 2015, da Liderança do DEM, com aquiescência da Liderança do PTB.

Conselho da Ordem do Congresso Nacional

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
Presidente Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)
2º Vice-Presidente Deputado Giacobbo (PR/PR)
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)
3º Secretário Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)
Líder da Maioria VAGO
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Arthur Lira (PP/AL)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)

MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
1º Vice-Presidente Senador Jorge Viana (PT/AC)
2º Vice-Presidente Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
1º Secretário Senador Vicentinho Alves (PR/TO)
2º Secretário Senador Zeze Perrella (PDT/MG)
3º Secretário Senador Gladson Cameli (PP/AC)
4º Secretário Senadora Angela Portela (PT/RR)
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Senador José Maranhão (PMDB/PB)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Atualização: 08/04/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256
Fax: 3303-5260
saop@senado.leg.br

Conselho de Comunicação Social

Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991

Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

Eleição Geral: 08/07/2015

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Walter Vieira Ceneviva	Paulo Machado de Carvalho Neto
Representante das empresas de televisão (inciso II)	José Francisco de Araújo Lima	Márcio Novaes
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	Marcelo Antônio Rech	Lourival Santos
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Roberto Dias Lima Franco	Liliana Nakonechnyj
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Celso Augusto Schröder	Maria José Braga
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	José Catarino do Nascimento	Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Sydney Sanches	Jorge Coutinho
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Pedro Pablo Lazzarini	Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Ronaldo Lemos	Patrícia Blanco
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Miguel Ângelo Cançado	Ismar de Oliveira Soares
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira	Murilo Cesar Ramos
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Henrique Eduardo Alves	Aldo Rebelo

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Fernando César Mesquita	Davi Emerich

Atualização: 08/07/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
CCSCN@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL**PRESIDENTE**

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Deputado Waldir Maranhão (PP-MA)

2º VICE-PRESIDENTE

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Deputado Beto Mansur (PRB-SP)

2º SECRETÁRIO

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)

3ª SECRETÁRIA

Deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP)

4ª SECRETÁRIA

Senadora Angela Portela (PT-RR)

LIDERANÇAS E VICE-LIDERANÇAS NO CONGRESSO NACIONAL**Líder do Governo**

Senador José Pimentel - PT / CE

Vice-Líderes

Senador Walter Pinheiro - PT / BA

Deputado Paulo Pimenta - PT / RS

Líder da Minoria

Deputado Pauderney Avelino - DEM / AM

Vice-Líderes

Deputado Alberto Fraga - DEM / DF

Deputado Carlos Melles - DEM / MG

Senador Ronaldo Caiado - DEM / GO

Senador Ataídes Oliveira - PSDB / TO

Edição de hoje: 190 páginas
(O.S. 12854/2015)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

